

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CURSO DE DOUTORADO
LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (LEAD)**

FELIPE ALVES PEREIRA AVILA

**O DISCURSO E A (RE) SIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA:
O ATENTADO DA RUA TONELERO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de Concentração: Linguística Aplicada

Orientadora: Profa. Dr. Aracy Graça Ernst

Pelotas, RS

2017

FELIPE ALVES PEREIRA AVILA

**O DISCURSO E A (RE) SIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA:
O ATENTADO DA RUA TONELERO**

Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr. Aracy Graça Ernst

Profa. Dr. Ercília Ana Cazarin

Profa. Dr. Janaína Cardoso Brum

Profa. Dr. Clóris Maria Freire Dorow

Profa. Dr. Eliane Teresinha do Amaral Campello

Pelotas, 26 abril de 2017.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial a minha orientadora, professora Aracy Ernst, pela orientação, por sempre alimentar e impulsionar minhas ideias, por ser ao longo de dez anos uma importante fonte de inspiração em todos os níveis acadêmicos, desde a graduação, como bolsista de iniciação científica, até os cursos de Pós-Graduação, mestrado e doutorado. Além disso, por ser a pessoa que depositou confiança em mim e serviu de espelho para que eu exercesse a função de professor em dois estágios acadêmicos; por sempre me indicar os melhores caminhos tanto na minha caminhada como pesquisador como também na minha vida pessoal, tornando-se uma importante figura em minha vida. Suas conversas e conselhos serão úteis para sempre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, por proporcionar um excelente ambiente de amizade e aprendizagem.

Aos membros do Laboratório de Estudos em Análise do Discurso, por compartilharem seus conhecimentos em debates e em sistemáticas reuniões e eventos.

À CAPES pela bolsa concedida.

À minha avó Hilda Marlow Holz (*in memoriam*) por ser peça fundamental no auxílio de minha criação, sua maneira doce e carinhosa é lembrada até hoje.

Aos meus pais, Walter Ney Holz Avila e Maria Carolina Alves Pereira Avila, por serem fundamentais no incentivo ao estudo e me darem todo o suporte familiar.

À minha irmã Raquel Avila Amaral por sempre ter uma palavra de carinho e incentivo.

À minha irmã Cintia Avila Blank por sua motivação e efusiva torcida pelo meu sucesso.

Ao meu cunhado Deividi Silva Blank pelos momentos que se dedicou a dar-me conselhos.

Às minhas sobrinhas Sabine Avila Blank e Stella Avila Blank por encherem a casa de alegria. Suas presenças tem o poder de modificar qualquer ambiente.

À minha esposa Camila Motta Avila, por me proporcionar os melhores momentos de minha vida e fazer com que eu seja feliz a cada dia.

*tabisen to omoishi
harumokurenikeri*

*Quando penso
em partir em viagem,
O fim da primavera.*

Kyoshi (1770-1800)

RESUMO

A década de 50 para Getúlio Vargas estava sendo difícil. A “volta nos braços do povo” não foi suficiente para lograr o apoio da Câmara dos Deputados. O homem que esteve à frente da Revolução de 1930, instaurou a ditadura do Estado Novo e governou o país por quase 19 anos, com uma interrupção entre 1945 e 1950, perdia o seu protagonismo. Carlos Lacerda, jornalista e líder da UDN¹, símbolo e motor contrário ao sistema da época, constantemente publicava o que considerava falhas do governo Getúlio, que, em sua expressão, havia criado um “mar de lama”. Através desse cenário, no dia 5 de agosto de 1954, ocorre na Rua Tonelero, no Rio de Janeiro, o atentado à sua vida. Esse atentado resultou na morte do Major Rubem Vaz que, junto com um grupo de oficiais, estranhamente fora designado para fazer sua guarda pessoal naquele dia. A investida culminaria, dezoito dias mais tarde, no suicídio do Presidente da República, Getúlio Vargas. Ao receber a notícia, no Palácio do Catete, de que Lacerda sofrera um atentado à bala em frente a sua residência em Copacabana, Vargas profere a seguinte frase: “Esse tiro que acertou o major Vaz acertou-me pelas costas”. A proposta deste trabalho é analisar, sob o viés da Análise de Discurso de filiação pecheuxiana, enunciados presentes nos jornais, O Globo, Diário Carioca, Tribuna da Imprensa e A Última Hora de agosto de 1954, visando apontar a participação militar no discurso midiático que culminaria mais tarde no suicídio do presidente Getúlio Vargas. É utilizada, como base teórica de análise, a proposta da releitura do nó borromeano, aqui designado de nó de resignificação que enlaça, indissociavelmente os conceitos de Acontecimento, Memória e História. Utilizam-se também, como princípios analíticos, os conceitos de falta, excesso e estranhamento, concebendo como pressuposto de ordem histórica a influência da mídia no suicídio de Getúlio Vargas e a possível influência do discurso militar nesses veículos. São levados em consideração elementos da materialidade linguística que possibilitam o reconhecimento dos elementos de saber que estão em jogo, provenientes de diferentes regiões do interdiscurso, nos processos discursivos observados. As análises permitem a identificação de representações ligadas a um imaginário que atua no processo simbólico através de saberes relacionados a diferentes Formações Discursivas, possibilitando reconhecer diferentes saberes construídos pela mídia. As sequências discursivas de referência apontam para a posição dos veículos midiáticos em questão acerca da abordagem do Atentado da rua Tonelero que tem como consequência o suicídio de Getúlio Vargas.

Palavras-Chave: Discurso, Imprensa, Getúlio Vargas, Carlos Lacerda, Nó de resignificação

¹ Sigla do partido União Democrática Nacional

ABSTRACT

The 50's were not easy for the Brazilian president Getúlio Vargas. His "return due to people's will" was not enough to gain support from the House of Representatives. In that situation, his opositor Carlos Lacerda was politically stronger, and Getúlio Vargas had no influence like he used to do. The president's performance was not the same as before. The man who had been the leader of the 30's Revolution and established the dictatorship of Estado Novo and also ruled the country for almost 19 years, with a break between 1945 and 1950, was not playing an active role anymore. Carlos Lacerda was the UDN party leader and also the main opponent to the government system of that period. Lacerda used to publishing constantly about what he would consider to be Getúlio's government flaws. According to Lacerda, Getúlio had created a "sea mud". Considering that particular situation of instability, on August the 5th, 1954, Carlos Lacerda was assaulted. That assault mistakenly resulted on Major Rubens Vaz death. Rubens Vaz was strangely responsible for Carlos Lacerda safeguard at that night. This unexpected attack would culminate in Getúlio Vargas suicide, 19 days later. When Getúlio heard the news about the attack, he said: "I was also shot, on my back". This Doctoral Thesis aims to analyse the statements found in specific newspapers on the light of Discourse Analysis: O Globo, Diário Carioca, Tribuna da Imprensa and A Última Hora. All the analysed statements are due to the period of August, 1954. The reinterpretation of the Borromean rings is here used as an analysis mechanism. This reinterpretation mechanism is named in this paper as "(Re)interpretation rings". Through this proposed mechanism, the aim is finding and demonstrating lacks, excesses and strangements in the statements analysed. The assumption of media involvement in Getúlio's suicide is highly considered in this Thesis. Militar influence is also believed. Historical materiality elements are taken into consideration, since they are responsible for awareness of the elements of knowledge. These elements are originated from different fields of interdiscourse and in the observed Discourse Processes. The analyses here presented allow the identification of representation pieces, linked to an imagery that acts through the symbolic process, according to different discursive formations, allowing us to hog a limelight on media distortions about the case. The discursive reference sequences point out the media unfair involvement and broadcasting which culminated in Getúlio's suicide.

Keywords: Discourse Analysis, Press, Getúlio Vargas, Carlos Lacerda, (Re)interpretation Rings.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nó de Resignificação	20
Figura 2: Jornal Tribuna da Imprensa.....	35
Figura 3: General Zenóbio da Costa. Diário Carioca, 11 de agosto de 1954	48
Figura 4: <i>Tribuna da Imprensa, 6 de agosto de 1954</i>	51
Figura 5: <i>Tribuna da Imprensa, 12 de agosto de 1954</i>	52
Figura 6: Reação do povo após noticiarem o suicídio de Vargas. Nas fotos, a sede do Jornal O Globo no Rio de Janeiro e do Jornal Tribuna Gaúcha, sendo depredadas.	53
Figura 7: <i>Fotos retiradas da Capa do Jornal Correio da Manhã do dia 6 de agosto de 1954.</i>	72
Figura 8: Diário Carioca, 10 de agosto de 1954	74
Figura 9: Reportagem sobre o irmão de Getúlio Vargas	77
Figura 10: Lacerda carregado pelos policiais	82
Figura 11: Tribuna da Imprensa, 14 de agosto de 1954	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	112
Quadro 2	113
Quadro 3	114
Quadro 4	116

SUMÁRIO

SITUANDO O TEMA	11
1 ABORDANDO ASPECTOS TEÓRICOS	15
1.1 ELEMENTOS DE ARTICULAÇÃO DO NÓ DE (RE) SIGNIFICAÇÃO	15
1.1.1 Elementos que constituem o nó de (re) significação	16
1.2 NÓ DE RESSIGNIFICAÇÃO	18
1.2.1 Composição do Nó de ReSignificação	19
2 REFLETINDO SOBRE HISTÓRIA	29
2.1 A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA	30
2.2 RELAÇÃO AD E a HISTÓRIA: A HISTORICIDADE	33
3 PENSANDO A MEMÓRIA	38
4 DISCORRENDO SOBRE ACONTECIMENTO	46
5 DESENVOLVENDO O JOGO PARAFRÁSTICO	55
6 CARACTERIZANDO A IMPRENSA	57
6.1 DESCRIÇÃO DOS JORNAIS UTILIZADOS	62
6.2 GETÚLIO VARGAS E A IMPRENSA	65
7 CONTEXTUALIZANDO O ACONTECIMENTO: O ATENTADO DA RUA TONELERO	70
7.1 ATENTADO DA RUA TONELERO	71
7.1.1 As investigações do Atentado	76
7.2 PRELIMINARES SOBRE LACERDA	79
7.2.1 Versão de Lacerda acerca do acontecimento	80
8 TRAÇANDO O CAMINHO DO CAUDILHO	84
8.1 SUICÍDIO DE VARGAS: O FIM DE UMA ERA	88
8.2 LACERDA X VARGAS	91
9 APRESENTANDO OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: A ANÁLISE DO DISCURSO	93

9.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA E IDEOLÓGICA	93
9.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO E CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	97
10 TRABALHANDO OS ENUNCIADOS JORNALÍSTICOS: AS ANÁLISES.....	102
EFEITO DE CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	128
ANEXO A.....	129
ANEXO B.....	130
ANEXO C.....	131
ANEXO D.....	132
ANEXO E.....	133
ANEXO F	134
ANEXO G.....	135
ANEXO H.....	136
ANEXO I.....	137
ANEXO J.....	138
ANEXO K.....	139
ANEXO L	140
ANEXO M.....	142
ANEXO N.....	143
ANEXO O.....	145

SITUANDO O TEMA

Quando tratamos de discursos ligados a fatos históricos, como é o caso do presente trabalho, temos que necessariamente considerar a ressonância de sentidos provenientes de filiações esquecidas, silenciadas ou apagadas e o poder de filiações dominantes. Disso resulta o embate entre gestos interpretativos que provocam lacunas e lapsos pressentidos em resquícios indivisos, mas inescapáveis da narrativa histórica. São atestados da ilusão de univocidade e homogeneidade do sentido, indícios a serem percebidos na aparente estabilidade lógica das formulações sempre equívocas. É importante considerarmos, outrossim, o movimento entre as estruturas e os acontecimentos, as regularidades e as dispersões, os ditos e os não ditos, enfim, tudo aquilo que constitui e consolida a organicidade das redes de filiações de sentidos.

Isso é necessário dizer porque, de alguma forma, durante o período de organização do *corpus* desta pesquisa – o processo de arquivamento já se constitui num ato de interpretação do analista –, tais reflexões foram tomando corpo e possibilitando que avançássemos na compreensão do funcionamento discursivo de enunciados jornalísticos sobre o acontecimento da Rua Tonelero que envolveu duas grandes figuras históricas do país: o Presidente da República Getúlio Vargas e o jornalista Carlos Lacerda. À medida que essas reflexões cresciam, retornávamos às perguntas de base deste trabalho, quais sejam: por que trabalhar com o episódio histórico da Rua Tonelero? Por que recolher enunciados da imprensa e não da História Oficial sobre esse episódio? Que efeitos de sentido produzem esses enunciados jornalísticos? Que "realidade(s)" é (são) criada(s) por eles? Que palavras e expressões são ditas, mas também que lapsos, lacunas, não ditos podem ser aí surpreendidos, apontando para sentidos outros? Até que ponto o imaginário de gerações de brasileiros foi afetado pelos efeitos do discurso jornalístico da época? Será que de alguma forma reverberam em discursos políticos atuais ou foram esquecidos?

Podemos partir do pressuposto de que a memória é que mobiliza nossos discursos, mesmo os cotidianos, portanto, nosso dizer, nosso pensar, nosso fazer, enfim nosso significar são "escolhas" realizadas sob o véu invisível da ilusão da subjetividade que impede a percepção de nossas determinações ideológicas. Essas determinações são da ordem da história vista aqui não como cronologia ou relato de acontecimentos, mas como elemento estruturador da subjetividade e da significação.

A questão da história, seja na acepção acima referida acima, seja em sua modalidade de disciplina ou ciência interpretativa interessa ao presente trabalho, tendo em vista o seu objeto de análise: o discurso jornalístico sobre o acontecimento histórico da Rua Tonelero. Na primeira modalidade, trata-se de considerar, em sua constituição, as determinações ideológicas que modelizam os enunciados produzidos na grande mídia da época sobre esse acontecimento; na segunda, trata-se de buscar elementos históricos que auxiliem sua compreensão.

Com relação às determinações ideológicas, estas se apresentam como um conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX, 1975). Desse modo, no interior de uma formação social, confrontam-se diferentes formações ideológicas, permanentemente reproduzindo o ciclo desigualdade-contradição-subordinação.

Quanto à História, como ciência humana que estuda o desenvolvimento do homem no tempo, tem ela como escopo a análise dos processos históricos, para a compreensão de um determinado período histórico, cultura ou civilização. Os principais objetivos da História, portanto, são resgatar os aspectos históricos, culturais e civilizatórios de um determinado povo ou da humanidade em geral para o entendimento de seu processo de desenvolvimento.

Constituindo-se em argumento de autoridade, a interpretação oficial desses processos faz com que o leitor seja conduzido a aceitar o que é indicado como verdadeiro, sem a possibilidade de entrever outras alternativas de sentido para eles. Assim, a versão oficial é apenas uma interpretação dentre outras possíveis, dependente da posição ideológica daquele que a relata. Conseqüentemente, as outras versões sofrem um processo de apagamento, e o efeito causado é de univocidade interpretativa, isto é, a História narrada oficialmente transmite um efeito de unidade do fato, como se os aspectos que o configuram, objeto dessa narração, fossem fixos e não tivessem motivações outras para ocorrerem. Na realidade, fatos e personagens históricos são tramados numa complexa rede de sentidos que, muitas vezes, inviabilizam sua colocação no espaço do logicamente estável, suscetível de resposta unívoca.

É o que acontece, por exemplo, com a figura de Getúlio Vargas, apresentada normalmente, na História Oficial, de forma positiva, como um bom líder, capaz de tornar reais as aspirações populares. Daí a alcunha de "pai dos pobres" que sintetizava, no discurso do Estado Novo, as características de infalibilidade e compreensão das forças históricas. Entretanto, a sua posição na História do Brasil é condicionada por fatores tão complexos e contraditórios que seria impossível sintetizá-los. Presidente e ditador, numa época de grandes crises nacionais, internacionais, de Guerra Mundial e Civil, Vargas projetava simultaneamente

as imagens mais diversas e que, muitas vezes, desmentiam-se umas às outras. Era, por um lado, considerado político oportunista e cínico, capaz de todas as combinações e manobras políticas, empenhado exclusivamente em manter-se no poder; por outro, esse dito cínico e oportunista implantou leis que beneficiaram a classe trabalhadora brasileira.

Com relação ao seu maior opositor, o jornalista e deputado Carlos Lacerda, é ele uma figura histórica cujas posições políticas eram materializadas através de uma retórica fortemente persuasiva e contundente. Inimigo político de Getúlio Vargas, foi coordenador da oposição à campanha do então candidato à Presidência da República em 1950. Essa condição de opositor estendeu-se até agosto de 1954, durante o mandato constitucional, consubstanciando-se através de acusações que publicava em seu jornal Tribuna da Imprensa.

As ferrenhas críticas de Lacerda a Getúlio e ao seu governo através de seu espaço na mídia fizeram com que culminasse num dos principais acontecimentos para o enfraquecimento do governo Vargas e conseqüentemente seu suicídio, o fato denominado como o “Atentado da Rua Tonelero” que entra na História como uma tentativa frustrada de eliminar Lacerda do caminho de Getúlio Vargas. A bala que foi encomendada para tirar Lacerda da órbita de Vargas acabara por acertar um outro alvo, o Major Rubens Florentino Vaz. Com a morte do Major, instaurou-se um Inquérito Policial Militar, que levou mais tarde o nome de República do Galeão, nome dado à base aérea onde os depoimentos e acareações aconteceram, e viriam a acontecer dez anos mais tarde, servindo de palco também para torturas e mortes durante o Golpe de 64.

Feito esse breve relato sobre o acontecimento da Rua Tonelero com a finalidade de contextualizar a proposta deste trabalho, torna-se necessário justificá-la. Ela se sustenta na inquietude relativa à maneira como os fatos históricos são discursivizados e, por vezes, cristalizados, com auxílio do discurso jornalístico. Isso conduz ao efeito de veracidade e de completude que apaga a contradição, princípio presente em todo e qualquer discurso, impedindo a emergência de outras interpretações.

Para tal reflexão, propomos um mecanismo de interpretação a partir da figura de um nó que busca desopacificar os elementos significantes do fio do discurso. Essa figura entrelaça os conceitos de Acontecimento, Memória e História.

O nó aqui proposto inspirou-se no nó borromeano de Jacques Lacan. O autor menciona, em seu Seminário 20, que o havia notado no brasão da dinastia da família Borromeo. Constitui-se de três círculos, em forma de trevo que simbolizam uma tríplice aliança, tendo como especificidade o fato da interdependência entre eles: se um círculo for rompido, rompe-se a tríade. O autor usou-o para ilustrar a unidade do sujeito. A estrutura

borromeana implica uma equiparação de três ordens: real, simbólico e imaginário, cada uma delas, tendo a mesma importância que as demais. Os anéis se organizam de modo diferenciado. Ao mesmo tempo, esse processo permite, depois que essa organização se dê, sua autoanulação, uma vez que são intercambiáveis, cada anel podendo sempre ser o outro (cf. RABINOVICH, 2005).

A exemplo de Lacan propomos, neste trabalho, a união indissociável também de três elos: a História, a Memória e o Acontecimento. Através da relação desses elementos e da composição desse nó, evidenciamos elementos/saberes não explícitos na linearidade discursiva, possibilitando a identificação de novos sentidos. É o que pretendemos, com este trabalho, realizar.

1 ABORDANDO ASPECTOS TEÓRICOS

1.1 ELEMENTOS DE ARTICULAÇÃO DO NÓ DE (RE) SIGNIFICAÇÃO

Entendemos ser necessário expor a importância do entrecruzamento entre os elementos que fazem a composição da proposta deste trabalho: o nó de ressignificação: o Acontecimento, a História e a Memória. Esses elementos foram selecionados por se constituírem importantes meios de análise, atuando na compreensão dos efeitos de sentido. A proposta de compô-los em um nó dá-se pela tentativa de juntar seus princípios teóricos na tentativa de desopacificar elementos que fazem parte do discurso da História Oficial e do discurso jornalístico, foco deste trabalho

É através do Acontecimento que se podem evidenciar mudanças na História e também impactos e mudanças no discurso. Graças à História, temos o resgate da cena, do fato a ser analisado. Resgatar um fato através da história é trazer uma gama de sentidos ofuscados por construções cristalizadas, defendidas e organizadas por uma determinada formação ideológica dominante. Captar a ideologia da construção do elemento histórico é, além de interpretar o fato sob uma ótica materialista, desencadear questionamentos a respeito daquela forma de fazer história no jornalismo político.

Com relação ao terceiro elemento que compõe o nó, a Memória, é ela concebida como memória discursiva, ou também, entendida neste trabalho como interdiscurso. É possível, através da identificação dos componentes da memória do saber, evidenciar as formações discursivas que estão envolvidas no objeto de análise.

Através da fusão dos três elementos configurados no nó referido – Acontecimento, Memória e História –, temos a proposta deste trabalho. Entendemos, que o funcionamento desses elementos simultaneamente configuram o jogo de saberes que constituem as formações discursivas.

É através da fusão desses conceitos que poderá ser possível tornar visíveis elementos que, para a formação discursiva da História Oficial, não convêm aparecerem e nem para as formações discursivas dos enunciados jornalísticos analisados neste trabalho. Entendemos que, quando se trata de fatos históricos, não devemos nos prender ao sentido imposto pelo discurso institucionalizado, e sim, tentarmos reconstruir e reestabelecer o que subjaz aos sentidos que ali orbitam na tentativa de se apresentarem como verdadeiros. Deve-se ressaltar que, nesta Tese, não há uma preocupação específica em relação à “busca da verdade”, já que a

própria definição de verdade é uma ideia fluida e inconsistente. Busca-se, aqui, a apresentação de hipóteses e possibilidades outras daquelas que foram extensamente expostas pela maior parte da mídia à época do caso aqui retratado.

1.1.1 Elementos que constituem o nó de (re) significação

É importante ressaltar que o nó de ressignificação acima referido é composto por unidades interdependentes e indissociáveis.

Entendemos que, para acionar o nó de ressignificação, é necessário um gatilho interpretativo. E esse elemento mobilizador foi buscado a partir da ideia de sintoma em Žižek (1996). Žižek analisa a reflexão de Lacan acerca da criação da noção de sintoma: Marx o teria definido similarmente à forma como é concebido na psicanálise freudiana. Segundo Žižek, “existe uma homologia fundamental entre suas respectivas análises da mercadoria e do sonho” (p. 297).

Para o autor, o principal questionamento em relação ao sintoma é compreender o porquê que o trabalho manifesta seu valor em forma de mercadoria. Nas palavras do autor, “Porque ele só consegue afirmar seu caráter social na forma-mercadoria de seu produto?” (p. 297). Žižek definirá o sintoma como uma formação cuja própria consistência implica um certo não-conhecimento por parte do sujeito, que só pode “gozar” com seu sintoma à medida que essa lógica lhe escapa, sendo este o sucesso de sua interpretação a própria dissolução deste. (1996, p. 306)

O sintoma é algo que aparece para desmontar um discurso que se pretende universal. Žižek aponta que todo o universal é falso, pois dentro desse universal habita um elemento que o desconstrói: “O sintoma aparece através de uma certa fissura, um desequilíbrio patológico que desmente o universalismo dos direitos e deveres dos burgueses” (1996, p. 306).

Assim, entendemos, neste presente trabalho, que no momento em que se evidencia a ideologia dominante, formadora da História Oficial, tem-se a fissura, inerte ao funcionamento ideológico, necessária para o desencadeamento de novos saberes/novas histórias.

Essa ilusão da cristalização do discurso da História Oficial que produz um efeito de veracidade e inquestionabilidade encobre e ofusca uma imposição de um discurso de dominação que se propõe a blindar elementos que poderiam desencadear o sintoma. Uma vez que o sintoma se mantenha estacionado, não haverá a possibilidade de o sujeito problematizar o fato em questão.

Uma vez que o sintoma se apresenta, tem-se um outro nível de interpretação. Após o sintoma como gatilho do nó, surgem os efeitos desse mecanismo. Os efeitos aqui apresentados como “Ef1” e “ef2”, ou também como “Efeito primário” e “efeito secundário”, não surgem na exterioridade do nó, mas sim dentro do próprio mecanismo, em um elo próprio.

O “Efeito primário” (“Ef1”) é considerado o lacre do sintoma. Ele é o elemento que servirá enquanto mote para a percepção da fissura, pois este, inicialmente, surge como um saber do elo da História. O primeiro efeito apresenta os saberes e interpretações que o discurso oficial da história quer impor. É através dele que se devem captar os estranhamentos, faltas e excessos que farão com que sejam realizadas interpretações através de cada elo. Como resultante ter-se-ão incontáveis efeitos, novas histórias e sentidos que serão caracterizado como “efeito secundário”.

O “efeito secundário” (“ef2”) também se faz presente no nó e no mesmo elo do primário. As novas possibilidades que surgirão no “efeito secundário” não têm como propósito impor uma nova história, mas sim apresentar novas possibilidades que, se evidenciadas, poderiam desestruturar a história imposta como oficial e, assim, resultar em novas consequências no que se refere à Memória, ao Acontecimento e à História – consequentemente, novas implicações no discurso.

Tomando como exemplo o proposto nesta Tese, alguns questionamentos poderiam ser levantados, e, possivelmente, outros efeitos surgiriam, por exemplo: por que não se estranhou o fato de um deputado/jornalista ter sua guarda pessoal formada por elementos da aeronáutica? Por que não há evidências comprobatórias em relação à existência de um prontuário médico, documento de relevada importância, após o suposto atendimento de Lacerda? Ainda cabe o questionamento: houve, de fato, um prontuário? Ainda sobre a situação nebulosa em relação ao atentado e sua investigação: por que Carlos Lacerda se negou a entregar a arma que portava no dia do ocorrido? Como pode alguém ter tamanha autoridade sobre a força policial? Que poderes especiais tinha Lacerda perante a lei?² Será que essa postura de Lacerda não atestaria uma possível aliança com os militares (se assim fosse, caso alguma culpa fosse imposta, Lacerda poderia evocar ajuda de autoridades militares que estavam ao lado dele, recorrendo, inclusive, a pessoas de maior patente)? Finalmente, como se pôde conceber um julgamento de um crime sem que o principal envolvido e vítima estivesse

² Lacerda apresenta no seu livro, *Depoimento*, a sua justificativa para não entregar a arma ao delegado: “O que o senhor pretende é que havido uma discussão entre eu e o Major Vaz, que nós tenhamos tido um pugilato. Eu não entrego a minha arma e o senhor retire-se da minha casa”. (p.135)

presente? Como é possível que se desenrole uma investigação na qual a vítima e testemunha ocular sequer estivesse presente no país (Lacerda estava nos Estados Unidos durante o julgamento)?

Todas essas questões servem como elementos de desconstrução do Atentado. A partir delas, tem-se como resultantes novos “efeitos secundários”, elementos que abalam a estrutura cristalizada do discurso oficial, proposta deste trabalho.

Esses questionamentos também podem funcionar como um sintoma de que algo não vai bem na narrativa oficial.

1.2 NÓ DE RESSIGNIFICAÇÃO

A seguir, apresentamos, na figura de um nó, a proposta de um mecanismo de desopacificação do discurso, através do entrelaçamento de elementos da ordem do Acontecimento, da História e da Memória. O nó que, na perspectiva lacaniana, é formado pelo simbólico – a combinatória sem substância que organiza os significantes –, pelo imaginário – a dimensão do que se vê ou que se pensa que se vê dos objetos– e pelo real – ,aquilo que, por escapar à possibilidade de recobrimento total pelos significantes, permanece na zona do inominável.

Para o trabalho, o nó de Lacan é utilizado apenas como fonte de inspiração na sua constituição, pois o que interessa à proposta deste trabalho são os mecanismos internos de cada engrenagem que, através do gatilho de um sintoma, possibilitarão acessar aos efeitos de sentido.

Acontecimento, Memória e História nada têm a ver diretamente com os mecanismos de Lacan e sua utilização na psicanálise. Os elementos do nó de resignificação são ligados entre si e têm por objetivo desopacificar elementos cristalizados no fio do discurso. Para melhor compreensão, serão determinados, a seguir, os elementos de composição do nó.

Com relação ao Acontecimento, será abordado tanto o acontecimento histórico quanto discursivo; a Memória abordada será a memória discursiva, na perspectiva da Análise do Discurso e a História, será considerada como o espaço para o trabalho da memória.

Cabe ressaltar que os elementos que compõem o nó não são isolados, mas totalmente dependentes do objeto com o qual o analista se depara, compostos pelo Acontecimento

discursivo, a Memória como memória discursiva e a História como uma história alternativa³ composta por certos silenciamentos.

O silêncio age na formação de novos saberes através de apagamentos, segundo Orlandi (1992) o silêncio se configura como “matéria significante por excelência”. Compreender o silêncio como significante tem como efeito o entendimento de um conjunto de significantes sem os “fechamentos” de sentido próprios da linguagem. O silêncio é da ordem do(s) outro(s) sentidos que a linguagem tenta reproduzir ao “um”. Ainda em Orlandi, o silêncio precisa ser entendido como “a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, que o situa na relação do “um” como o múltiplo, que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa”. (1997, p.23)

Ao se tratar da proposta da Tese, entendemos que no momento em que a História Oficial, configura uma “verdadeira história”, ela está deixando elementos de fora da rede do saber, porém esses saberes seguem na órbita, por poderem ser resgatados através da memória discursiva, desse discurso ressoando sentido. Os sentidos que são silenciados, podem aparecer como estranhamentos e no discurso mexendo com novas formulações de sentido e na presente proposta eles saberes encontraram eco no que será denominado de efeitos de sentido (Ef1 e ef2).

1.2.1 Composição do Nó de ReSignificação

A exemplo do nó de Lacan, o nó de ressignificação aqui proposto tem como composição os seguintes elementos: o Acontecimento, a Memória e a História, conforme já referido. Os elementos nele presentesagem no interior do discurso de forma a atuar nos efeitos de sentidos, podendo evidenciar contradições, faltas, excessos e estranhamentos.

³ Entendemos como História alternativa, os elementos silenciados vão compor um outro viés da História.

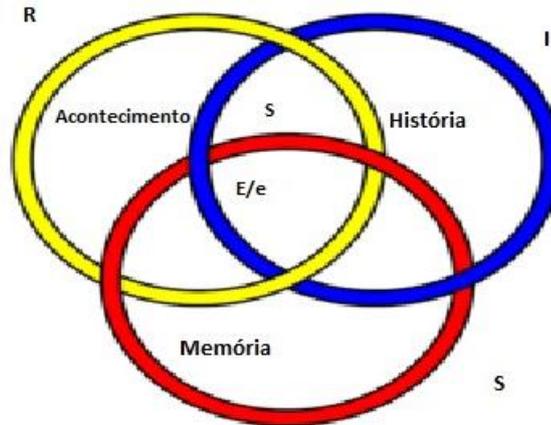


Figura 1 - Nó de Resignificação

Leva-se em consideração, também, o fato de que nenhum discurso é neutro e, para isso, faz-se necessário evidenciar as formações discursivas em jogo, a partir da percepção da forma material daquilo que pode e deve ser dito, procurando mostrar o jogo e as contradições presentes e a falsa transparência que aí é produzida.

De acordo com Mariani,

nada é neutro nem transparente em termos da prática discursiva: os sentidos se produzem em FD's, são regulados por rituais sócio-históricos, são mobilizados interdiscursivamente enquanto na exterioridade que afeta constitutivamente o sujeito. No entanto, a ideologia da transparência dos sentidos na linguagem comparece sempre e de diferentes maneiras, produzindo o efeito de literalidade, ao mesmo tempo em que apaga o processo de imposição hegemônica de uma determinada interpretação. (MARIANI, 1996, p.67)

Acredita-se importante ressaltar que o efeito de literalidade e unicidade, presente no discurso, é passível de desconstrução e de evidenciação das filiações e das formações ideológicas de um determinado discurso. De acordo com Orlandi (1996), para a Análise do Discurso é importante o modo como o sentido é produzido como efeito. Em suas palavras: “Na perspectiva da AD a ideologia não é ‘X’ mas o mecanismo de produzir ‘X’.” Segundo ela,

o que interessa não são as datas, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam. (ORLANDI, 1996, p. 33). Na Psicanálise e na Análise do Discurso não há somente a dimensão da enunciação, que está situada no registro Simbólico, e sim há também a retirada do sentido que provoca a síncope do sujeito, de modo que estamos numa dimensão Real. “Ao introduzir a noção de sujeito e de situação, a AD as transforma porque trabalha o descentramento do sujeito (como origem). (ORLANDI, 1996, p. 27)

Cabe ressaltar também as condições de produção para auxiliar na compreensão de aplicação do nó. Para Pêcheux, o processo de produção do discurso é definido como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em circunstâncias dadas”. As “circunstâncias” de um discurso são suas condições de produção, porém as condições de produção em si são mais amplas do que apenas essas circunstâncias. Portanto, o processo de produção do discurso é o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso num tipo dado em condições de produção dadas. (1997, p. 74)

Tendo como referência o proposto no trabalho, com relação às condições de produção, devemos nos questionar a respeito dos sujeitos presentes no atentado da Rua Tonelero: a) um jornalista, b) o filho do jornalista, c) um sicário e d) um Major.

As condições de produção, caracterizadas pelos elementos anteriormente citados, serviram de base para a mídia deslocar e mascarar os sentidos que poderiam ser questionados no episódio da Rua Tonelero, na medida em que se utilizou do fato para levantar questões sobre o futuro do presidente, anunciando um possível golpe.

Esses questionamentos conduzem o trabalho analítico. Eles se tornam o ponto de partida na investigação do *corpus*. Antes de responder às questões é válido ressaltar a proposta desse trabalho, qual seja, refletir a respeito de um mecanismo de interpretação que possa, junto com as teorias do discurso, descristalizar discursos que, dependendo da formação dominante, são impostos como verdades inquestionáveis.

Nesse contexto, apresenta-se o denominado nó de resignificação.

No primeiro elo do nó, tem-se o Acontecimento que se entende por “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p.17) e ele está em relação de interdependência com outros dois elos, o da Memória e o da História. Para seu resgate, é necessário a mobilização desses três elementos que acionam os níveis de interpretação.

Em um primeiro momento, tem-se o acontecimento sob a ótica da história oficial que é blindada por inúmeros mecanismos discursivos e ideológicos que a compõe. Porém, cabe a ressalva de que os saberes que circulam dentro dessa história oficial, mobiliza o que pode e deve ser dito, esse discurso é dependente de uma Formação Ideológica. Sendo assim, o que é contado pela história passa pelo filtro da FI a qual o sujeito está inscrito.

Como característico do primeiro elo do nó, temos o Atentado da rua Tonelero. Após a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, que culminou na morte do major Vaz, seria peça chave que colocaria a vida do então presidente em xeque.

O atentado é um acontecimento histórico e discursivo, pois causa uma ruptura nos discursos até então já cristalizados. Anos antes, não se imaginava questionar a figura de

Vargas, muito menos exigir sua renúncia. E aí entra a contribuição da mídia para isso. A forma como os jornais exploraram o atentado resgata a ideia de que o sentido é dependente da Formação Discursiva em que os veículos estão inseridos.

No segundo elo, considerando a Memória, encontramos um espaço que circulam lacunas e repetições. É papel do analista analisar a memória discursiva, buscando as lacunas e repetições que significam no fio do discurso. Pretendemos, no atentado da Rua Tonelero, evidenciar esses elementos e apontar a sua influência na interpretação do fato.

Os saberes são acionados na memória discursiva, disponíveis em um registro oculto, encontráveis na “regularização” sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (reconhecimento do que é repetível), reconstituíveis pelo efeito de opacidade marcado no ponto de divisão do mesmo e da metáfora.

Para Scherer e Tascheto,

[...] O funcionamento do discurso supõe que os operadores linguageiros só funcionam com relação à imersão em uma situação, quer dizer, levando-se em consideração as práticas de que eles são portadores. O que coloca em cena uma negociação entre o choque do acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória que coloca em jogo “uma crucial passagem do visível ao nomeado”, no qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar - restabelecido pelos implícitos através do efeito da repetição e da regularização: a condição do legível em relação ao próprio legível (2005, p.3)

O terceiro elo do nó é formado pela história. É através desse elemento que recolhemos as informações necessárias para a análise. O narrado não é levado em consideração quanto a sua veracidade, mas sim aquilo que poderá se configurar, através de lapsos, faltas, excessos ou estranhamentos, como índices de posições-sujeito assumidas

A história narra, afirma e fixa sentidos, precisa figurar-se como unívoca, ou pelo menos, apresentar-se como tal. É através do elo histórico que resgatamos a cena que vai ser examinada, sendo, para isso, importante recorrer às condições de produção, uma vez que são um importante conceito que auxilia esse gesto. Essa noção “remete à discursividade, à exterioridade necessária para compreender os mecanismos de produção de sentido utilizados pelos sujeitos” (GOMES 2006, p. 14).

Na medida em que o nó é estruturado, cabe a observação dos efeitos de sentido. Para Análise do Discurso, é essencial o modo como o sentido se articula como efeito. “Na perspectiva da AD, a ideologia não é ‘X’ mas o mecanismo de produzir ‘X’...o que interessa

não são as datas, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam. (ORLANDI, 1996, p. 30).

Com relação aos efeitos, apresenta-se o efeito de sentido primário, como um tipo de efeito que tem ligação com a realidade, com aquilo que é visível e inquestionável e que constitui um “Lugar Comum”; podemos dizer uma interpretação de estrato raso que contém um ilusório efeito de sentido de concretude. É através dos saberes que o sujeito acha que tem a compreensão daquele acontecimento em que está submerso. Tal efeito abstrai e (re)constrói determinados saberes que camuflam elementos que não podem e/ou devem ser evidenciados no discurso.

No segundo nível, qual seja o efeito de sentido secundário, são os múltiplos sentidos que habitam um “lugar blindado”. É o espaço onde se desencadeiam novos saberes e sentidos que servirão para questionar a homogeneidade que o efeito primário tenta sustentar. É através desses elementos que surgem pistas que não são perceptíveis no nível primário. A função deste estrato de interpretação é o de evidenciar saberes dissimulados que estão em órbita com o acontecimento.

E é através desse gatilho que se passa para o próximo nível de interpretação, o do questionamento. Uma vez que o analista percebe que o denominado discurso oficial não é transparente, ele se depara com contradições, excessos, faltas e estranhamentos, etc. A proposta do nó é incorporar esses elementos e gerar novas interpretações. Não é pretendido aqui chegar a uma interpretação que substituísse a oficial ou que apontasse a(s) verdadeira(s) interpretações, o objetivo é justamente apontar o inesgotável no discurso, mostrar que não existe um discurso inerentemente hegemônico, mas sim que é construído e regado por uma instância maior de poder, no caso do trabalho, a mídia. Devemos apontar as inúmeras possibilidades e desconstruir aquilo que é/foi formado, evidenciando saberes que atestam a participação direta de veículos midiáticos na constituição de discursos.

Outro elemento que surge no nó de maneira secundária, mas não menos importante é o conceito de sintoma abordado em Žižek (1996), na obra *O mapa da ideologia*. O autor aborda o sintoma como uma certa fissura, de uma assimetria, de um certo desequilíbrio “patológico”. (p. 304). O sintoma provoca um efeito de inquietude no discurso e essa inquietude é fundamental para descristalizar os saberes.

Žižek (1996) também nos mostra o sintoma como um elemento subversivo de seu próprio fundamento. Nesse sentido, o autor aponta que o próprio método já é sintomático. O sintoma consiste em detectar um ponto de ruptura heterogêneo para um dado campo

ideológico e, ao mesmo tempo, necessário para que esse campo consiga seu fechamento, sua forma acabada.

O sintoma cifra o efeito do acontecimento na memória e história, auxiliando na des(construção) do efeito de sentido final. Essa cifragem, mensagem concretizada pelo sintoma, segue as mesmas regras de ação de outros fenômenos lacunares do inconsciente.

O papel do nó na função de interpretação é de reconfigurar o discurso dominante, apontando as lacunas que são existentes na linearidade e apontando seus efeitos. Uma vez reconfigurado, o efeito de naturalização do discurso inicial se rompe, e assim desencadeia novas possibilidades e novas interpretações.

Ao retomar os questionamentos iniciais pode-se destacar o que segue.

Com relação a existência de regularidades nos jornais abordados, é possível perceber que, durante o segundo governo de Vargas, constatamos o massivo bombardeio dos editoriais e a posição radical dos veículos contrários a Vargas que não devem ser mostradas unicamente como uma forma de oposição ideológica, ou partidária entre a Lacerda e Getúlio. De várias formas, o discurso da mídia demonstra uma profunda insatisfação contra o Presidente, não apenas porque ele era considerado, e com razão, como o pai dos pobres, mas porque implantou os direitos trabalhistas, fato que incomodou os grandes empresários.

Há regularidades presentes no discurso dos jornais, pois uma das principais táticas midiáticas, que pode ser resgatada nos editoriais, é a de frequentemente ressaltar a legitimidade e constitucionalidade de uma renúncia, um excesso que acaba por sugerir que poderia haver dúvidas sobre seu amparo legal, já que era muito questionado por jornalistas e intelectuais da época.

Tais padrões regulares foram utilizados. Essas regularidades podem ser entendidas como um mesmo discurso que tentava tirar Vargas do poder?

Enquanto isso, durante os últimos dias de governo, e também de vida de Vargas, principalmente por conta da influente mídia, as regularidades no discurso seria para a desconstrução da imagem do presidente eleito pelo voto democrático. Como consequência do bombardeio midiático, manifestações populares aderem aos poucos à pressão e começam a aderir a ideia de renúncia. E a solução seria a tão propagandeada presença militar no governo. A maioria dos manifestantes que assentiram ao apoio militar eram de classe média conservadora. Essa esfera da sociedade aderiu a propaganda midiática de ressignificar a imagem de Getúlio como um líder que "flertou" com o fascismo europeu. De outro lado, a classe trabalhadora, manifestava-se a favor de Vargas, protestando contra os veículos que

eram contra o presidente, porém essas manifestações não ganharam a devida visibilidade midiática.

É através das condições de produção do discurso que o nó consegue estruturar essa crítica a respeito da mídia. O que acontecia, por exemplo, se na época a mídia desse voz, ou ao menos, o mínimo destaque as manifestações pró-Vargas? Silenciar os discursos a favor de Getúlio é reforçar a ilusão de unidade do discurso numa tentativa de reafirmar a credibilidade e construir no imaginário um país sem perspectivas com relação ao seu governo.

Os excessos podem ser percebidos no momento em que a mídia, financiada pelo exército, usa como principal mote o atentado da Tonelero, a morte de um membro, o major Rubens Vaz. A ênfase nos discursos emotivos de Lacerda, destacando sua relação de amizade com o major, permitiu que, de outro lado, o exército trabalhasse na renúncia de Vargas. A proposta do trabalho não é a de desvendar o crime e sim permitir novas interpretações de um fato que ganhou eco graças ao poder exercido pela mídia e que teve como resultante o suicídio do presidente da República.

O major Rubens Florentino Vaz era o segurança pessoal de Carlos Lacerda naquele dia. Lacerda estranhamente tinha um grupo de pessoas ligadas à aeronáutica que estava preocupado com sua integridade e é através desse fato que surgem os seguintes questionamentos: o quão especial Carlos Lacerda, um deputado e jornalista, era para ter um grupo de militares na sua guarda? No que Lacerda lhes era útil, qual o propósito de usá-lo? Aqui, questionamos o estranhamento da estreita relação de um jornalista com as forças armadas. Para os militares, Carlos Lacerda é o principal elo de propaganda, munido de seu jornal ganhava a cada dia mais adeptos.

Não é de importância para mídia levantar tais questionamentos a respeito do atentado. Para ela, é necessário abordá-los da maneira mais superficial sensacionalista, modelando sua narrativa e conseqüentemente cristalizando no discurso um tipo de história inquestionável, uma vez que seu objetivo é ferir o governo.

Ao descrever o funcionamento do nó e compreender como ele age, ainda assim é necessário buscar outros elementos para auxiliar a evidencia de sentidos outros, pois a proposta do mecanismo é a de auxiliar a análise e direcionar seu gesto de interpretação para o objeto. Evidenciando assim, saberes outros que são silenciados pela História Oficial. Deve-se utilizar o mecanismo proposto com os demais elementos que possam vir a somar na interpretação na perspectiva da Análise de Discurso. Utilizar-se do nó, é tomá-lo como um elemento que viabiliza o encontro entre as ferramentas da AD com a proposta de mecanismo. É justamente nesse encontro que acontece a possibilidade de reconhecimento dos processos

de (re)significação. Outro mecanismo de análise importante a que se recorre é a relação parafrástica das SDR recortadas.

Para o trabalho, a noção é extremamente importante para a produção do sentido, sendo colocada por Pêcheux (1997, p. 169) na caracterização da “matriz do sentido”. Para o autor, o conceito de paráfrase está atrelado, por um lado, às definições de substituição e sinonímia, por outro, ao de transformação. Isto é, o sentido pode se estabelecer de acordo com dois funcionamentos diferentes: o do mesmo, que é o “da identidade, da repetição, assegurando a estabilidade da forma lógica do enunciado”; e o da alteridade, que é o “da diferença discursiva, da alteração do sentido induzido pelos efeitos de espelhamento e de deriva” (PÊCHEUX; LÉON, 2011 [1982], p. 172).

Para a paráfrase discursiva produzir sentidos, deve haver ligação com os saberes próprios de uma FD. Diante disso, pode-se pensar que a paráfrase discursiva possibilita que os sentidos se consolidem no interior do domínio que caracteriza certa FD, além de serem regulados por esta instância.

Para o presente trabalho é essencial tratar da paráfrase, a partir de uma dada posição discursiva, pois é a partir do funcionamento parafrástico que se materializam sentidos na constituição do discurso. A paráfrase discursiva configura-se como matriz dos sentidos, pois o “o jogo de paráfrases é que dá as distâncias (relativas) dos sentidos na relação de diferentes formações discursivas. Através das paráfrases, os sentidos se aproximam e/ou se afastam. Confundem-se e se distinguem” (ORLANDI, 1990, p. 41).

Para se estabelecer as relações de paráfrases, também é preciso apreender as relações entre as FDs, sendo que estas estabelecem a ligação entre discurso e exterioridade, que remetem, por conseguinte, ao interdiscurso, o qual permite o retorno do já dito pela forma do pré-construído, marcando sentidos e, ao mesmo tempo, esfacelando a possibilidade de determinação da origem do sentido.

As condições de produção surgem pela primeira vez nos trabalhos de Pêcheux (1969) e se encontram definidas, a partir da reformulação do quadro do esquema transformacional da comunicação de R. Jakobson. Dizem respeito aos “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos a sociologia pode descrever” (COURTINE, 2009).

As analogias entre os lugares objetivamente definíveis estão no discurso por incontáveis “formações imaginárias”, que indicam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro. Sendo assim, as Condições de Produção do discurso são um

ambiente heterogêneo onde os saberes que ali circulam dependem das imagens dos sujeitos que estão aí inseridos.

No que diz respeito ao trabalho em questão, a peça fundamental é saber compreender as condições de produção do Brasil de 1954.e o presente de análise. Caberá, ao analista, identificar os sujeitos de análise, assim como tentar num jogo interpretativo levar em consideração saberes que,na época, tinham efeitos de sentido diferentes.

Os conceitos de falta, excesso e estranhamento (ERNST, 2009) são utilizados como mecanismos de análise no presente trabalho. Na perspectiva da autora, devemos iniciar a análise observando o nível linguístico em sua relação com a memória discursiva. Esse pressuposto teórico será abordado nas análises, porém, além desse mecanismo, buscamos propor uma análise a partir do fato histórico. Para tal tentativa de interpretação no trabalho, será necessário ativar o campo do saber da História. Tomemos como exemplo o prontuário do Hospital Miguel Couto: um detalhe que merece ressalva quando se trata do acontecimento da rua Tonelero é o questionamento que se faz com referência à falta do prontuário do Hospital Miguel Couto. Segundo Lira Neto (2014), não há registros documentais da entrada de Carlos Lacerda no Hospital. Ainda na linha de raciocínio do estranhamento, Lacerda teria sido atingido por uma arma calibre 45 no seu pé. Muito se questiona se, de fato, o jornalista teve seu pé ferido, uma vez que um tiro proveniente de tal tipo de armamento causaria um ferimento muito grave. Lacerda teve, estranhamente, seu pé engessado. Cabe ressaltar que esse tipo de tratamento não é adequado para ferimento a bala. Talvez essas dúvidas não existissem, caso o prontuário não tivesse desaparecido, e Lacerda não tivesse seu pé enfaixado. Tal desaparecimento pode ser considerado como uma falta no discurso do atentado da rua Tonelero, por isso cabe resgatar o conceito de falta que é exposto por Ernst:

A falta, relacionada mais diretamente à ocultação de elementos do interdiscurso de uma dada formação discursiva que só poderão ser resgatados a partir do apelo aos exteriores da linguística, provoca um contingenciamento discursivo. Isso se estabelece em função de determinadas condições de produção históricas e/ou enunciativas, referentes à relação do sujeito com o objeto de que fala, com a língua que fala e com o interlocutor com quem fala. (ERNST, 2009, p. 4)

Os fatos podem ter sido silenciados pela mídia, porém as pistas do discurso remetem ao resgate, atravésdo interdiscurso,saberes que pertencem a exterioridade, como é o caso da história. O apagamento desse material, a descrição de uma condição de produção em que se naturaliza a falta do prontuário, levanta uma nova forma de significação que é ativada pelo

conceito da falta. O que se depreenderia de efeito(s) de sentido(s) caso esse prontuário existisse? Através dessa reflexão é possível se questionar a respeito da veracidade do ferimento à Lacerda, o encobrimento desse saber pela mídia, atesta que a falta presente no discurso condena sua posição ideológica dos veículos e a FD a qual pertence. A incompletude que caracteriza a falta no discurso permite que o sujeito, heterogêneo, encontre nesse espaço um lugar em potencial para preenchimento do sentido de acordo com os saberes que o constitui.

Essa função organizadora é capaz de engendrar a percepção de uma espécie de “diacronia da formação social”. Segundo Mariani (1993), tal função é marcada por uma tentativa de homogeneização de sentidos, ou, ainda, uma homogeneização de formações discursivas. Esse efeito de homogeneização forma uma ramificação de sentidos que permite um ou mais níveis interpretativos e de transformação/criação de novos saberes.

Aprofundando a ideia de Mariani (1993), apresentamos a noção de memória discursiva, como exposta em Orlandi (2006). Pretendemos, assim, entrelaçar os conceitos de esquecimento e memória discursiva.

A memória discursiva, ou interdiscurso, é constituída pelo esquecimento (ORLANDI, 2006, p. 21). Assim, o sujeito falante se "esquece" da formação discursiva à qual pertence, e esse esquecimento lhe possibilita a ilusão de ser a origem do que diz. Para Courtine:

O interdiscurso como preenchimento produtor de um efeito de consistência no interior do formulável e o interdiscurso como oco, vazio, deslocamento, cuja intervenção ocasiona um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do reformulável” (COURTINE, 1999, p. 22)

Tal reflexão alerta para o fato de que a relação esquecimento e memória é um tema muito explorado, porém nada gasto, longe mesmo de estar esgotado. Atentamos, ainda, o fato de que operar a memória na instância enunciativa e discursiva seja tanto um exercício de poder sobre o que é conveniente que se apague (ou se esqueça) quanto uma possibilidade de que o esquecimento do sujeito enunciatador acerca da formação discursiva à qual está vinculado seja condição necessária e fundante para que a instância enunciativa exista, para que se possa enunciar e para que se construa sentido entre interlocutores.

2 REFLETINDO SOBRE HISTÓRIA

Serão considerados, neste capítulo, os aspectos teóricos necessários ao entendimento do acontecimento da Rua Tonelero. Tomando como foco a questão da História.

A História se define como uma ciência da área humana que se dedica a estudar os fatos passados e compreender as permanências no presente. A disciplina tem por objetivo evidenciar aspectos históricos de um determinado povo ou da humanidade em geral, conforme colocado anteriormente, para o entendimento do processo de seu desenvolvimento. Parte do pressuposto de que a compreensão de fatos anteriores se torna de suma importância para a compreensão do presente e para a reflexão sobre os rumos futuros.

Os materiais utilizados pelos historiadores são conhecidos como fontes documentais (escritos) e fontes materiais⁴. Os primeiros têm *corpora* mais delineados do que o segundo, tornando-se necessário para a pesquisa histórica.

Segundo Walter Benjamin (1987) “a história contada pelos vencedores” é tida como história tradicional ou oficial, é a história presente nos livros. Essa história tem por objetivo narrar o passado, depositando um caráter de verossimilhança a esta narrativa, graças aos argumentos políticos e um forçado entendimento, que determina como históricos alguns fatos míticos.

Le Goff (2003) aponta que a História não deve ser compreendida como ciência que estuda o passado, mas sim deve ser abordada como a “[...] ciência da mutação e da explicação dessa mudança” (LE GOFF, 2003, p.11). O historiador mostra vários conceitos de História, tendo como base as línguas românicas: a História como uma busca das práticas realizadas pelo sujeito, a História como “o que os homens realizaram” a partir do objeto de procura; e a História narrativa, verdadeira ou falsa, embasada na “realidade histórica” ou no imaginário.

A História Tradicional é identificada como historiografia positivista. Os tradicionais tiveram influência direta de Comte. O historiador positivista ancora-se no pressuposto de que a história é o próprio fato. Isso significa que só se tem história a partir de documentos que possam comprovar uma suposta verdade. Não havendo, não existirá história, pois não existirão elementos que atestem os fatos. Augusto Comte acreditava que as ciências deveriam se ater em fontes empíricas, portanto, na história positivista o documento é o elemento fundamental para uma análise.

⁴São os vestígios materiais. Sinais que o homem deixa pelos lugares por onde passa. Exemplos: cerâmicas, pedras talhadas e polidas.

Ainda como ressalta Le Goff (1998), a noção sobre o que se entende de História deve ser revisitada e antagonizada. Deve-se fazer uma diferença entre o que chamamos de História Nova e História Tradicional. Para o autor, na História Nova, o homem é ator de sua própria trajetória através do tempo, que, mesmo estando inserido em uma determinada coletividade, anseia a busca pela sua própria individualidade.

Assim retomando a História Tradicional, essa vertente supervaloriza o fato e a história factual. A história se limita naquilo que se pode captar e observar, não sendo permitidas abstrações. Como a filosofia positivista procura valorizar o homem como indivíduo ímpar, não há uma preocupação historiográfica com as massas populares, e sim com os heróis e personalidades que rendem os fatos positivos. Por isso, são notáveis os acentos na história política, militar e diplomática. Os positivistas recorrem à cronologia dos fatos visando o homem como elemento de transformação, refutando o objeto.

Para os historiadores tradicionais a metodologia utilizada pelas ciências naturais necessariamente deveria ser utilizada nas ciências humanas. Dessa maneira, acreditam que a história pode ter um ponto de vista científico dos fatos, sendo “verdadeira” e isenta de abstrações.

A história, como filosofia do conhecimento, abrange um papel secundário dentro do Positivismo, sendo sua obrigação apenas descrever os fatos, de forma imparcial. A evolução de uma sociedade de modo algum é vista relacionada a fatos, ou seja, é a história.

Todavia, muitas vezes, encontramos na literatura dessa área do conhecimento versões de acontecimentos históricos que são somente apreciados quanto ao seu desfecho, não sendo consideradas questões importantes relativas às causas que os determinaram. Além disso, muitas vezes, há o falseamento ou omissão de informações que, caso fossem consideradas, produziriam um efeito diferente daquele estabelecido pela História oficial. Essa abordagem da História, muitas vezes, conveniente e adequada aos que detêm o poder, acaba cristalizando determinados saberes e não outros, haja vista sua ligação com posições que contradigam a relatividade presente em toda e qualquer interpretação factual dos processos históricos.

2.1 A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA

A história compõe um dentre uma gama de discursos sobre o mundo. Mesmo que esses discursos não formem o mundo, eles se apropriam e lhe emprestam sentidos. Uma fração desse mundo é o objeto que se busca, o passado.

Passado e história são elementos antagônicos, são autônomos e estão muito distantes entre si no tempo e no espaço. Uma vez que o mesmo objeto de análise pode ser abordado através de diferentes gestos de leitura e interpretação.

Jenkins (2013) aponta dois exemplos para distinção de passado e história: o passado já aconteceu e os historiadores só conseguem resgatá-lo mediado por certos veículos como livros, artigos, documentários, etc.; o passado já passou e a história é o que os historiadores fazem com ele quando põem mãos à obra. A história é o ofício dos historiadores e pesquisadores.

Inicialmente, era através do documento que se tinha credenciais de acessar e reconstruir o passado, o material era um retrato da realidade, uma via direta e imediata dos acontecimentos e das personagens. Com isso tínhamos a ilusão de que os fatos e os documentos poderiam ser acessados de maneira asséptica e de que relatávamos os fatos da maneira como realmente acontecia, ou de que encontrávamos “o” passado, apenas em acervos, através de materiais que dali pertenciam.

Ainda em Jenkins (2013), encontramos que “o documento não é reflexo do acontecimento, mas que é ele mesmo um outro acontecimento”. Em outras palavras, a materialidade construída por estratos de interpretações. O próprio recorte, o olhar a forma de descrever o objeto, já o impossibilitaria de ser retrato do passado, na verdade é produzido um modo de ver o passado, sob o olhar de um pesquisador que está sujeito a influenciar o objeto e sua descrição.

Analisadas como prática discursiva, podemos dizer que as palavras deixam de ser pensadas como transparentes, pois o pesquisador historiador deve prestar atenção ao discurso, à maneira pela qual um objeto histórico é produzido discursivamente, e à própria narrativa que constrói ou reproduz.

A análise de um acontecimento pode ser feita de diferentes maneiras. É o que Hayden White (*apud* JENKINS, 2013) expõe, quando afirma que um mesmo acontecimento poderia ser contado e interpretado não apenas a partir de diferentes perspectivas classistas, mas também por meio de diferentes modos narrativos, seja como tragédia, seja como comédia, seja como drama, entre outras formas literárias existentes.

Outro item importante a ser resgatado para compreensão da análise histórica é a Historiografia. A Historiografia é a ciência que examina, analisa e registra os fatos da história ao longo do tempo. Essa área do conhecimento também pode ser definida como a ciência que relata como os seres humanos fizeram história com o passar do tempo. A análise

historiográfica estuda épocas e estados variados dando a compreender os métodos, as formas e os objetos de estudo.

A ciência historiográfica se configura a partir de arcabouço de métodos que são utilizados no estudo de acontecimentos históricos. Ela propõe critérios objetivos na medida do possível para ser compreendida: estudo bibliográfico e crítico dos escritos sobre a própria história, suas fontes e os autores que estudaram essa matéria. A historiografia moderna concede muita importância à política como um todo.

Tal forma de análise se consolidou como uma matéria científica já que conta com o objetivo de estudos e com métodos e recursos que servem para analisar tal objeto de estudo. Nesse sentido, a metodologia historiográfica se dispõe a buscar fontes que lhe pareçam verossímeis, a fim de sustentar e dar credibilidade aos fatos que são por ela analisados. Além de tudo o que conhecemos como historiografia, essa ciência também procura entender o que é exatamente o que nos ensina a história da humanidade, qual é o objetivo do seu desenvolvimento, como podem conviver e coexistir a subjetividade e a objetividade na hora de realizar História, que é o que se considera um evento ou acontecimento histórico e como pode influir no meio e na compreensão de determinados fenômenos históricos.

A historiografia mantém uma relação de atrito com a memória, pois a memória está implícita na escrita da história, mas a historiografia toma distância dela, duvida e, para opor-se a ela recorre à exterioridade do vestígio arquivístico. A análise historiográfica é um “trabalho de memória”, que busca a lembrança com a pretensão de verdade e fidelidade.

Para Reis:

A historiografia mantém relações complexas com a memória. Por um lado, a memória é a matriz da historiografia, a sua matéria primeira. A historiografia é só uma forma de transmissão da memória e representa para ela um enriquecimento, um aprofundamento. A historiografia conserva lembranças e comemorações revelando a memória a ela mesma, cada vez mais. (2010, p. 41-42).

Assim, graças a historiografia temos atualmente o conhecimento dos fatos históricos do passado antigo e recente e ancora o saber para os envolvidos nos estudos da história do mundo e do homem.

Sendo assim, torna-se importante revisitar o passado para entender certas mudanças e permanências, e é importante que o analista do discurso e o historiador busquem no passado respostas para suas inquietudes, tomando certos cuidados, pois resgata a memória da humanidade com objetivo de ampliar a compreensão da condição humana. Como afirma L. P.

Hartley (1953), “o passado é um país estrangeiro: fazem as coisas de modo diferente por lá”. As histórias são, simultaneamente, uma história da história. Eis porque cada quadra histórica deve ser escrita sob novas perspectivas.

2.2 RELAÇÃO AD E A HISTÓRIA: A HISTORICIDADE

Um dos conceitos que se somam à Análise do Discurso, para este trabalho, é o de historicidade⁵.

Utilizar o conceito de historicidade em AD acarreta analisar os processos de formação dos sentidos, considerando as implicações de ordem ideológica. Para o trabalho, buscamos a historicidade que determina os processos discursivos em foco. Sua utilização participa da proposta do nó de ressignificação que busca desvidenciar saberes que se constituem dentro da ilusão da subjetividade e da univocidade de sentido. Aplicar a historicidade na leitura dos *corporado* trabalho induz o analista a perceber as pistas, sejam linguísticas ou históricas, que desfazem sentidos já estabelecidos, evidenciando procedimentos ideológicos que apontam para o instituído ou para os deslocamentos e rupturas no discurso.

A historicidade age de modo a relacionar o analista do discurso ao historiador. História e historicidade se apresentam como conceitos diferenciados. Assim se posiciona Horta Nunes:

Aos historiadores ligados à AD cabe questionar a transparência da linguagem, levando-se em conta a espessura da língua. Aos analistas de discurso, a história passou a ser vista não como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos (1996, p.1)

Com relação à prática de análise, não pretendemos, criar um meio de comprovação e sim evidenciar a rede de sentidos que pertencem à composição do saber. Acionando a historicidade presente na materialidade do *corpus*, muda-se a visão de história como unidade cristalizada e assim se permitem outros efeitos de sentido além desse efeito de cristalização. Horta Nunes aprofunda sua concepção sobre historicidade e afirma:

⁵ Para Foucault, historicidade não acarreta a história retratada no texto, mas em sua materialidade.

[...] em síntese que a noção de historicidade desloca a noção de história como conteúdo e como fonte unívoca de interpretação. O sufixo-idade nos parece funcionar aí como um índice desse modo de conceber a história na análise de discurso, juntamente com as noções de processo de constituição do sentido e de gesto de interpretação. (HORTA NUNES, 1996, p.1)

Ainda sobre o conceito acerca da historicidade e sua relação com a História, Le Goff, baseado em De Certeau, diz:

Há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma práxis social”. E, analisando Paul Ricoeur, o qual ressalta um paradoxo no fundamento epistemológico da História, desdobrando-a em um modelo de acontecimentos e em outro modelo estrutural, concorda que “[...] é sempre na fronteira da história, no fim da história que se compreendem os traços mais gerais da historicidade” (LE GOFF, 2003, p. 20).

Vale ressaltar que para a análise do discurso não basta para o analista manter-se no nível da interpretação, da decodificação e, por isso, Orlandi aponta o conceito de “compreensão”. Para a autora existe uma diferença entre aquilo que é “o inteligível, o interpretável e o compreensível”. Segundo Orlandi, o inteligível se caracteriza pela “atribuição de sentido automatizante, denominado codificação”, o interpretável é a “atribuição de sentido levando-se em conta o contexto linguístico (coesão)” e o compreensível que é a “atribuição de sentidos considerando o processo de significação no contexto de situação, colocando-se em relação enunciado/enunciação”. Ainda em Orlandi, “compreender, a perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação”. (1988, p 115)

Sendo assim, torna-se importante para a análise não simplesmente interpretar, devemos problematizar e apresentar os conflitos que a interpretação gera. Devemos perceber os diferentes rumos que os sentidos produziram em um mesmo espaço discursivo.

Podemos através dessa reflexão apontar, por exemplo, a relação entre História, historicidade e materialidade linguística presente no discurso do *corpus* deste trabalho.

À título de ilustração, apresentamos, discurso do atentado da rua Tonelero do Jornal Tribuna da Imprensa do dia 5 de agosto de 1954.



Figura 2: Jornal Tribuna da Imprensa

SDR1 – “A HONRA DA NAÇÃO BRASILEIRA EXIGE A PUNIÇÃO DESTE CRIME” – Brigadeiro Eduardo Gomes

SDR2 – “A Nação exige os nomes dos assassinos”

Inicialmente entendemos como necessário analisar os gestos de interpretação apoiados nas posições-sujeito e após apontar para as filiações discursivas, explicitando o jogo de sentidos e dos sujeitos nessas condições de produção, para assim evidenciar a relação entre as SDR.

Podemos afirmar que tais SDR encontram-se em uma relação de complemento, pois é possível encontrarmos evidências de encadeamento entre ambas. A SDR1, “A HONRA DA NAÇÃO BRASILEIRA EXIGE A PUNIÇÃO DESTE CRIME”, está posicionada quase ao topo da capa do jornal. Apesar de tal enunciado se encontrar em formatação tipográfica distinta no espaçamento imagético do periódico, podemos evidenciar o elo existente dessa SDR com a SDR2, “A Nação exige os nomes dos assassinos”. Tal relação de encadeamento pode ser evidenciada pela ligação imposta pelo veículo das expressões “nação” (reforçada pela repetição em ambas as SDR) e “crime” e “assassinos”. As SDR acabam por se complementar na medida em que o Tribuna da Imprensa apresenta a voz do discurso militar como uma extensão da voz da “Nação”.

Em um questionamento inicial levantamos a seguinte problematização: se a nação exige o nome dos assassinos, não se pode dizer que é a mesma nação da SDR1, pois nesta está inserida a voz de um brigadeiro, um argumento de autoridade que surge na tentativa de somar

a ideia do periódico. No momento em que a expressão não é analisada de forma mais crítica, nação torna-se um termo genérico, com efeito de univocidade e totalidade.

Faz-se necessário resgatar saberes que orbitam a materialidade dos enunciados retirados do arquivo, expor as FDs em jogo, seus choques e contradições. Segundo Horta Nunes construir dispositivos de análise de arquivo que levem em conta a historicidade dos sentidos e que permitam compreender a pluralidade dos gestos de interpretação para além de uma relação imediata com as instituições, parece ser um campo produtivo para a continuidade das práticas de leitura de arquivo que a AD promove (1996, p. 3).

Também entendemos importante questionar que sujeito é esse que através de um periódico se utiliza de um fato para (des)construir imagens? Antes de explicitar o conceito de sujeito, salientamos a importância de comentar a respeito do termo ideologia. Pêcheux busca essa concepção em Althusser, nos “Aparelhos Ideológicos de Estado”, e a partir daí, o autor empregará a expressão “reprodução/transformação das relações de produção” para explicitar que a ideologia não é uma particularidade que se possa buscar em uma determinada classe social. A ideologia surge nos aparelhos, não sendo uma máquina ideológica, que viria a se transformar em um instrumento da classe dominante, mas sim porque é a partir daí que se formam as relações de subordinação/desigualdade. Sendo assim, a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos.

A questão da evidência do sujeito ofusca conseqüentemente o fato de que ele se constitui no processo de interpelação/identificação a partir das regiões que lhes são designados, através das formações discursivas, nesse processo. O discurso midiático, tomando como exemplo o objeto deste trabalho, pode ser resgatado como elucubração. Nele o sujeito tem a ilusão de isolar-se da cena que descreve, e assim não percebe que o seu relato ocupa espaços e produz efeitos de sentidos que estão ligados a sua identificação ideológica. No caso da análise, não se torna fato do acaso que Lacerda em seu jornal tenha resgatado a FD militar através do enunciado de um brigadeiro: isso apenas atesta sua posição com relação à influência militar na averiguação do fato da Rua Tonelero.

Outro conceito de Pêcheux que entendemos importante é o da forma-sujeito. O autor caracteriza como forma-sujeito o efeito do processo de incorporação juntamente com o de dissimulação, onde há a identificação do sujeito com a FD que o abarca, segundo Pêcheux, “como se eu que falo estivesse no lugar onde alguém me escuta”. (1988, p.153). No caso acima, o jornal de Lacerda assume a forma-sujeito da FD militar. O discurso jornalístico, nesse caso, funda-se no discurso militar. Daí decorre que a forma de como a mídia cristalizou o atentado da Tonelero faz com que se torne obscuro o acesso ao discurso de Vargas.

Ater-se ao efeito de cristalização do discurso sobre um fato é essencial para o analista, pois é através do processo de descristalização que percebemos a rede de saberes que estão orbitando o discurso, no caso deste trabalho, da mídia.

Sendo assim, questionar e problematizar interpretações da história oficial se torna um árduo, porém importante, caminho a ser construído. Instrumentalizar os conceitos da AD juntamente com a proposta do trabalho é apontar para a construção da posição do analista em seu gesto de interpretação acerca de seu *corpus*. Isso acarreta como consequência a percepção de saberes que agem no interior do enunciado, provocando, no caso do trabalho, a sustentação de um discurso militar na sociedade.

Portanto, para interpretar o *corpus*, devemos levar em conta que o sentido não existe em si mesmo, pois só pode ser construído através das condições de produção de um determinado enunciado, sofrendo mudanças de acordo com a FI de quem o produz.

Com relação as formações imaginárias, acredita-se importante para o trabalho compreender a funcionalidade do discurso jornalístico atuando no político, pois é por via desse mecanismo que são modeladas as imagens que ancoram os propósitos de convencimento e manipulação dos políticos e jornalistas. A respeito da posição-sujeito assumida pelo sujeito e da identificação do interlocutor com o mesmo, cabe apresentar o que se tem em Osakabe:

Parece que a melhor forma de se saber qual a imagem que o locutor pensa que o ouvinte faz dele é a de tentar saber a quais imagens, enquanto candidato, o locutor insiste em atender. Isso porque é na insistência em atender a essa imagem que se pode explicitar essa própria imagem (1999, p.82).

Assim cabe ressaltar a forma como os jornalistas se utilizaram do fato da Tonelero para ressignificar saberes e direcionar a interpretação dos fatos perante a sociedade. Por isso, não existe sentido acabado, ele é resultado de uma possível transparência da língua, mas está sempre em movimento, e se produz dentro de uma ordem histórico-social, daí a necessidade de ressaltar a importância dos efeitos de sentido em relação ao propósito do trabalho.

3 PENSANDO A MEMÓRIA

Ao abordarmos a história e a política, não podemos desconsiderar o fato de que a memória é configurada por esquecimentos e lacunas, ditos e não ditos, assim como silêncios. Tal percepção diz respeito à perspectiva discursiva.

No entanto, como representação e cognição, na perspectiva fenomenológica, a memória é a “minha/nossa lembrança”, que pode ser passiva, uma evocação, um aparecimento espontâneo, ou pode ser uma conquista através de um trabalho sobre a memória.

Para Reis (2010), a memória está voltada para a realidade anterior. A “anterioridade” é a marca da memória, onde há “distância temporal” determinável, “profundidade temporal”. A memória é do passado, é o fenômeno da presença de uma coisa ausente, mas que esteve anteriormente aí.

Já para a Análise do Discurso, a memória diz respeito aos sentidos de nosso dizer. Eles constroem-se, configuram-se, apagam-se e silenciam-se de acordo com a posição ideológica daquele que discursiviza os eventos históricos. Ao tratar do atentado da Rua Tonelero, tema do presente trabalho, vale ressaltar o fato de que diferentes configurações se formam no discurso jornalístico a partir dos elementos da memória.

Para composição do nó, proposta do trabalho, será entendida a memória como memória discursiva, conforme apresentado anteriormente. A memória discursiva são as redes de memória que permitem a retomada de discursos já-ditos, atualizando-os à historicidade do acontecimento discursivo. A composição da discursividade estabelece a materialidade de uma memória social marcada historicamente.

Segundo Pêcheux:

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010, p.52)

Aqui cabem alguns questionamentos: quais são os efeitos de sentido do discurso jornalístico frente ao acontecimento da Rua Tonelero, uma vez que ele se refere mais a saberes que remetem à renúncia de Vargas do que ao atentado em si? Ou até mesmo quando se utiliza do discurso sobre a morte de um oficial, por que dá ênfase à questão político-militar? Quais são os mecanismos discursivos utilizados pela formação discursiva midiática

que encobre determinados elementos da cena do crime, como, por exemplo, o que diz respeito ao fato de um oficial militar fazer a guarda pessoal de um jornalista, e também o que se refere à troca de um inquérito policial por um inquérito militar? Enfim como a mídia se utilizou do Atentado da rua Tonelero para dar voz ao discurso militar, ao de Lacerda e assim auxiliar a construção de um golpe?

Mariani (1993) aponta que o papel da memória histórica tem como uma de suas responsabilidades “fixar um sentido sobre os demais”, ou seja, a memória histórica teria a função de engendrar um domínio em que a organização de uma representação temporal linear (sistemizada em noções de passado, presente e futuro) fosse possível. Tal mecanismo seria marcado pela tentativa de homogeneização de formações discursivas. Tal homogeneização pressupõe certos silenciamentos.

Para a autora:

A memória social é um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. (1998, p. 34).

Tal processo relacionado à memória cria um efeito de naturalização do saber. Instaure-se um lugar comum e, neste lugar comum, habita uma ilusória realidade. Tal ilusão não exclui os saberes que não estão na órbita deste lugar comum, pelo contrário, os saberes de fora se fazem presentes através do pré-construídoque, de acordo com Pêcheux, é:

[...] uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado [...] O efeito de pré-construído em sua forma pura é a colocação de uma existência singular e a verdade universal que afeta as asserções que incidem sobre essa singularidade (2009, p. 99).

O dizer é, portanto, uma constante ressignificação. Se para cada enunciado proferido, o sujeito se filia a uma determinada significação, ele automaticamente rejeita outros enunciados, que poderiam estar presentes no discurso. Essas operações são inconscientes.

A noção de esquecimento vem para contribuir com a noção de sujeito que, na AD, é marcada pelo reconhecimento da falta e da clivagem na sua constituição e não pela ideia de centralidade, de unidade, de origem do sentido. Essa perspectiva constitui uma ilusão necessária na formação do sujeito, a fim de que ele continue a produzir discursos de acordo

com Pêcheux. O sujeito como centro e origem do sentido passa a ser questionado, já que ele situa o seu discurso em relação aos discursos do outro.

Para a AD, o sujeito é essencialmente ideológico e histórico, pois está inserido num determinado lugar e tempo socialmente situados. Seu discurso se instala, pois, em relação aos discursos do outro. No imbricamento entre o linguístico e o social, a enunciação passa a ser um fator relevante para a interpretação, para a constituição do significado. Aliado a esse fato, encontramos a afirmação de Pêcheux (1997) que diz ser a interpretação um “gesto”, isto é, um ato no nível simbólico. É o lugar próprio da ideologia em que a interpretação é “materializada” pela história.

Remontar um fato passado e de tamanha importância política e social como foi o atentado da Rua Tonelero, requer o resgate através da memória, porém resgatar um fato através da história oficial é reconstruir uma cena discursiva com elementos cristalizados, até então apagados e ou ressignificados no discurso.

Segundo Nora

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada. (1981, p. 7)

Esse resgate histórico através da memória é realizado a partir de um olhar peculiar, uma vez que a influência da mídia agiu profundamente no atentado e recriou um novo fato. Remontar esse cenário é buscar elementos do passado e (re)adaptá-los ao presente e às redes de memória que envolvem esses dois tempos, adequar a história a memória.

Ainda em Nora, a memória não é sinônimo de memória.

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, do esquecimento, inconsciente, de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. Já a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (1993, p. 9)

Contudo, o sujeito tem a ilusão de ser dono daquilo que diz, como se os sentidos tivessem nascido no instante do dizer. Mas não é isso que ocorre: o sujeito não é fonte, nem origem daquilo que diz. Essa questão é trabalhada por Pêcheux, constituindo-se como teoria dos dois esquecimentos.

Com relação ao sujeito sob a perspectiva da Análise do Discurso, este é submetido a uma ordem que é anterior e exterior, que é a ideológica, para Pêcheux:

o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estarem confundidos, no interior do que se poderia designar como processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos de condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção (1999, p. 92).

Sendo assim, o sujeito sofre interpelação na ordem da história, da ideologia e do inconsciente no processo de enunciação. Em virtude disso, Pêcheux (1999) aponta que os enunciados são determinados social e historicamente e que o sujeito manifesta-se ideologicamente através de seu discurso, sendo assujeitado a uma determinada formação discursiva (FD). Seu discurso torna-se, portanto, vinculado à forma-sujeito da FD por ele assumida.

Com base nos ditos de Pêcheux, aponta-se a noção bipartida de esquecimento. O número 1 é de ordem ideológica. Demonstra a relação que o sujeito possui com a ideologia, que os sentidos não se originam no sujeito, apenas se inscrevem em seu discurso. No exato instante em que o sujeito se crê como fonte e dono do saber, como aquele que é capaz de “criar” aquilo que profere e se vê como originador de enunciados e do discurso, é aí que se instaura o esquecimento número 1. A partir do esquecimento número 2, devido à egocêntrica ilusão de ser fonte do saber, o sujeito acredita que aquilo que discursiviza é transparente e verdadeiro. No caso de estudo desta Tese, o esquecimento número 1 e 2 operam no discurso dos jornalistas pois, ao relatarem o atentado em seus jornais, pois tinham a ilusão de que poderiam fazê-lo de forma clara e real, como se a sua versão acerca do fato fosse a verdadeira. Apesar de seu pressuposto compromisso com a “verdade”, eles ainda se veem, de certa forma, como descritores dos fatos, mantendo ilusoriamente o distanciamento discursivo que se atribui a um profissional do jornalismo. Tal distanciamento, ancorado no engano da impessoalidade jornalística, é apenas mais uma evidência do esquecimento número 2 que toma conta do sujeito. Os jornalistas se creem donos e fontes daquilo que (re)produzem em seus veículos midiáticos, entretanto, são apenas vítimas do narcisismo que opera em todo e qualquer sujeito. Dessa forma, mobiliza, sem o perceber saberes ideológicos relativos a sua posição-sujeito.

O esquecimento número 1 diz respeito a uma zona de domínio inacessível ao sujeito, o esquecimento número 2 fica dentro do domínio do sujeito. O primeiro é o ponto de

articulação entre ideologia e inconsciente. O segundo, entre a linguística e a teoria do discurso.

A respeito do primeiro esquecimento, Pêcheux afirma

Por outro lado, apelamos para a noção “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que [...] esse exterior determina a formação discursiva em questão. (PÊCHEUX, 1988, p. 173)

Em relação ao esquecimento número 2, o sujeito tem a ilusão de que é capaz de expressar, na materialidade linguística, exatamente o que tem a "intenção" de dizer. Nessa concepção, as palavras refletiriam o que quis dizer, como se houvesse selecionado as palavras exatas para a produção do discurso.

Segundo Pêcheux:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formulá-lo na formação discursiva considerada. (PÊCHEUX, 1988, p. 173)

O esquecimento número 1 é de ordem ideológica. Demonstra a relação que o sujeito possui com a ideologia, mostra que os sentidos não se originam no sujeito, apenas se inscrevem em seu discurso. O esquecimento número 2 é de ordem discursiva. Assim, não há uma relação direta entre as palavras e as coisas, as palavras e os objetos dos quais queremos falar. Isso se constitui em uma ilusão que o sujeito possui a respeito do sentido.

Tais afirmações nos permitem demonstrar que há uma relação entre os esquecimentos. Por acreditar que o sentido está cristalizado e as palavras se constituem reflexos daquilo que queremos dizer, o sujeito esquece-se de que esse sentido pertence ao já-dito, ao interdiscurso, aos saberes que se encontram ancorados a uma memória, ao que já foi sinalizado, discursivizado, anteriormente. Cada sentido carrega uma história que se realiza e ressignifica no momento da enunciação.

Pêcheux argumenta que a memória deve ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e de memória construída do

historiador” (1984, p. 50). O funcionamento do discurso supõe que os operadores linguageiros só funcionam com relação à imersão em uma situação, quer dizer, levando-se em consideração as práticas de que eles são portadores. O que coloca em cena uma negociação entre o choque do acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória que coloca em jogo “uma crucial passagem do visível ao nomeado”, no qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar - restabelecido pelos implícitos através do efeito da repetição e da regularização: a condição do “legível em relação ao próprio legível” (SCHERER e TASCHELO, 2005). Nesse sentido, Pêcheux acrescenta:

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (1999, p. 52).

A memória apresenta particularidades quando relacionada com o discurso, e a partir dessa relação que ela será abordada como interdiscurso, marcado como aquilo que remete a outra instância. Ao abordar um fato histórico, se faz necessário recorrer à memória discursiva, pois é através desta que se tem o resgate de saberes de outras áreas que estão figurando aquele discurso histórico. Mobilizar saberes do interdiscurso, no caso da proposta deste trabalho, é poder perceber que outros discursos externos que podem ser remontados através de pré-construídos no auxílio da interpretação da cena do atentado. Nesse sentido, Orlandi expõe o seguinte sobre a relação entre memória e discurso:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível. (ORLANDI, 2005, p. 31)

A noção de memória, na acepção simplificada de um dos seus possíveis sentidos, está intrinsecamente ligada às lembranças que processamos em relação a fatos ou acontecimentos do passado. É importante lembrar que, nesta Tese, para analisarmos o discurso sobre o atentado da rua Tonelero e todos os vieses que nele foram tramados, fizemos uso de diversos textos jornalísticos da época. Dessa forma, é inegável que, como analistas, estejamos nos

ancorando na memória construída sobre este acontecimento durante os anos que separam o atentado e a escritura deste trabalho. Assim, não podemos ignorar a importância da memória e o peso do passado que ela carrega, não apenas na tentativa de desenredarmos as tramas discursivas com as quais nos deparamos, mas, também para verificarmos as condições de produção em que tais publicações foram feitas.

Mesmo com o surgimento de novos recursos para a compreensão do passado, como imagens trazidas pelo cinema ou pela pintura, o ponto de partida para o processo interpretativo são os textos escritos do passado, ou memorizados no presente, que procuram descobrir o que aconteceu, juntando fragmentos dispersos, caracterizando-os em uma certa forma e buscando seus possíveis sentidos. Portanto sob viés da memória através da história se tem a formação de uma trama narrativa do passado a partir das fontes existentes, dos recursos teórico-metodológicos selecionados e de um olhar, dentre vários outros possíveis, marcado por nossa atualidade, vale dizer, por nossa inserção cultural e social, enfim, por nossa própria subjetividade. Na apresentação do livro intitulado “A História Repensada” (JENKINS, 2013), Margareth Rago afirma:

Hoje, quando novas forças sociais, étnicas, sexuais e geracionais ganham espaço e respeitabilidade no mundo público, já não se pode afirmar simplesmente que a História é o registro do que aconteceu no passado, pois se vários acontecimentos foram lembrados e registrados, muitos perderam seus rastros, foram esquecidos ou deliberadamente apagados. (2013, p. 10)

A História deve ser vista como “prática discursiva”, pois ela produz efeitos. Os historiadores são obrigados a prestar atenção ao discurso, à forma como um determinado objeto histórico é produzido discursivamente e à própria narrativa que constroem ou reproduzem.

Nenhum historiador ou analista do discurso consegue abarcar e assim recuperar a totalidade dos acontecimentos do passado ou os efeitos de sentido que os enunciados a eles relacionados carregam, porque as possibilidades de interpretação desses acontecimentos e enunciados são várias.

Os estudos de memória dão-se a partir da necessidade de refletir através de seus efeitos na constituição e naturalização de determinados saberes ligados ao suicídio de Getúlio Vargas. Toma-se como exemplo o atentado na Rua Tonelero, Rio de Janeiro, agosto de 1954.

A memória, por ser conhecida como o lugar dos esquecimentos e repetições, não se restringe apenas a estes valores. As repetições - aqui também entendidas como excessos - e

esquecimentos são elementos sintomáticos portadores da qualidade de dar efeito de sentido a determinados saberes que estão em jogo.

Para a formação de uma memória histórica, é relevante ressaltar a importância do esquecimento. Graças a esse tipo de silenciamento, estabelecido pela materialização da história no interior das formações discursivas como principal meio de enraizar-se e constituir uma ou inúmeras memórias históricas. O esquecimento permite através de uma fissura o escape para a memória influenciar e instituir alterações na memória social.

A pergunta que se faz é: quais implicações discursivas (efeitos) são resultantes dos esquecimentos e repetições quando relacionados à memória? O papel da memória encaixa-se na proposta deste trabalho compondo um dos elos do nó de resignificação. O propósito deste trabalho é, portanto, a partir desse nó, tornar visíveis efeitos que estão subjacentes ao saber e que de forma ilusória criam um efeito de sentido capaz de passar uma nova realidade.

4 DISCORRENDO SOBRE ACONTECIMENTO

Para ocorrer um acontecimento, não basta que o fato se apresente como novidade, ele deve causar uma ruptura no presente e instaurar um novo saber, é preciso que exista algo que provoque um novo efeito de verdade que o saber anterior não permitia. Quando ocorre um acontecimento, ninguém pode prever sua resultante, seus efeitos, porém mesmo que ele “acabe” e permaneça apenas no campo na memória, não deixa de causar efeitos tanto para o sujeito quanto para a história, pelo contrário, segue causando ressignificações ao longo dos processos discursivos. O acontecimento propõe um efeito de verdade, podendo ser aceito ou não.

Abordar a noção de Acontecimento requer uma reflexão a respeito dos conceitos de acontecimento histórico e discursivo. Tais conceitos, embora estejam, de certa forma, interligados, constituem-se de maneira heterogênea dentro da teoria da Análise do Discurso. Em sua conferência, posteriormente publicada no livro “Discurso: Estrutura ou Acontecimento”, Pêcheux (1990) apresenta a primeira noção de acontecimento como “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. Assim, deve-se considerar de que forma o fato da Rua Tonelero foi veiculado e ressignificado, o que interfere na construção da memória. Dessa forma, considera-se o atentado um acontecimento discursivo, já que tal ocorrido remexeu as redes de memória, gerando novos discursos, novas significações e novos efeitos de sentido.

Entender o atentado como um acontecimento discursivo requer a percepção de que uma rede de saberes foi modificada. Através desse “encontro entre a memória e uma atualidade”, tem-se uma reorganização do discurso político. O acontecimento discursivo determina uma quebra com o saber cristalizado, e instaura novos saberes, no caso do atentado, a ação do acontecimento faz com que se instaure via interdiscurso saberes ligados a um Getúlio Vargas referente a outra condição de produção, tem-se através desse gatilho saberes ligados a um ditador, pois um presidente eleito democraticamente não poderia agir como mandante de um crime.

O acontecimento discursivo pode referir-se ao abalo e conseqüente modificação tanto de apenas uma FD quanto de várias, considerando-se, evidentemente, a incidência de saberes advindos de outros lugares, de outras FDs, no desarranjo e reajandoda(s) rede(s) de saber (es).

O conceito de “democracia” foi alterando-se a partir da atualização dos discursos que se referiam ao atentado e isso fez com que o crime da Tonelero fosse caracterizado como um acontecimento discursivo.

Após o atentado, Carlos Lacerda assumiria nacionalmente o papel de maior opositor de Getúlio Vargas sob alegação de defender a “democracia”. Tal oposição não pouparia nenhum ataque pessoal contra seus opositores, críticas e denúncias, e até campanhas abertas de Golpes Militares.

Segundo Carlos Lacerda:

O Getúlio não teria condições de fazer um Estado Novo porque as condições do Estado Novo estavam ultrapassadas, isto é, o fascismo tinha sido derrotado na Europa. Um Estado Novo com aquelas características, digamos, com aquelas marcas mais do lado fascista, seria muito difícil. Mas um peronismo, um populismo de fundo ditatorial também, baseado numa popularidade autêntica, e a partir dela uma programação autoritária, isso sem dúvida. Foi o que aconteceu. O Getúlio era absolutamente incompatível com um regime democrático.⁶

Carlos Lacerda, atravessado por saberes de uma FD militar, torna-se o intermediador dos militares com a nação, fazendo com que ele seja interpelado pela Formação discursiva militar e assim acreditar, através dos saberes que compõe essa FD, que uma intervenção militar seria a melhor alternativa para o país.

Em termos da AD, o sujeito faz-se um sujeito-enunciador no instante em que ele se filia a uma determinada Formação Discursiva assumindo posições-sujeito ligadas a esta FD em certas circunstâncias. Como afirma Pêcheux:

O sujeito, ao relacionar-se com a forma-sujeito, pode assumir diferentes posições de sujeito, as quais vão desde a plena identificação com a forma-sujeito, refletindo o saber de sua formação discursiva, até divergir desse domínio de saber, aí introduzindo o diferente e o divergente, que instauram uma contradição (PÊCHEUX, 1999, p. 116).

É também graças ao atentado da Tonelero que o discurso de Lacerda se propagaria de forma positiva no âmbito nacional, ganhando assim, destaque maior até mesmo dentro da UDN, e criaria com o auxílio de seu jornal um movimento popular pró-lacerdista. O jornalista que anteriormente era considerado um insano por atacar o presidente sem motivo, a partir do acontecimento ganha maior visibilidade e espaço, tal consequência iria inclusive surtir efeitos

⁶ Carlos Lacerda. *Depoimento*, (1977, p. 110)

anos mais tarde, através de sua importante participação no apoio do Golpe de 1964. O discurso de Carlos Lacerda em seu jornal, defendendo a democracia influenciou diretamente na opinião pública, e auxiliou na configuração de um discurso golpista para os militares tanto em 1954 quanto em 1964.

Após o atentado duas novas instâncias ganham maior evidência, uma Formação Discursiva Militar, e uma FD pró Vargas que tinha como único meio midiático o jornal a Última Hora. É preciso refletir que o discurso político, quando potencializado pela mídia acaba sendo condicionado para uma estabilização do sentido, pois após o atentado existe uma tentativa mídia ao divulgar

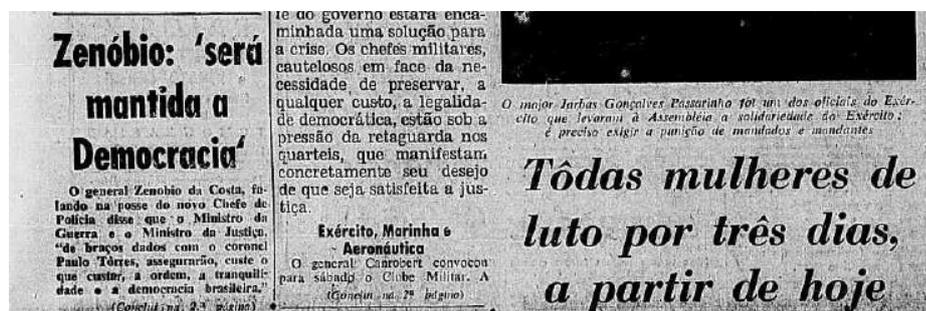


Figura 3: General Zenóbio da Costa. Diário Carioca, 11 de agosto de 1954

A partir desse momento com apoio da população à renúncia de Vargas é perceptível que o efeito de sentido de democracia tenha se alterado por causa de novos sentidos mobilizados por uma FD Militar que até então não tinha espaço. Tal mobilização fez com que esse sentido de democracia não seja o mesmo. A aceitação do povo em relação a queda de Vargas e a instituição de uma junta militar era considerada um movimento democrático, tanto pelo povo, quanto pelos opositores de Getúlio.

Com relação à questão do acontecimento histórico, também se considera importante ressaltar que para este trabalho o fato da Rua Tonelero é caracterizado como um, já que foi um fato com teor altamente significativo no que se refere às suas graves consequências históricas. O Atentado da Rua Tonelero ocorreu num momento de extrema tensão política, cuja relevância é inegável. Daí ser justificável constituir-se num acontecimento histórico na perspectiva de pecheutiana. A ruptura foi tamanha que tal evento pôde ser considerado um caso à parte no momento em que se pode depreender sentidos novos a partir desse acontecimento.

É inegável o fato de que o atentado faz parte da história brasileira. Ele interferiu na linha histórica e ainda ecoa na atualidade. É importante, entretanto, que se faça uma ressalva

sobre se é possível considerá-lo também um acontecimento discursivo, se existem mudanças no discurso a partir desse acontecimento.

No caso do acontecimento da Rua Tonelero, vários enunciados jornalísticos, como analisaremos posteriormente, encontravam-se em ordem parafrástica e remetiam a um mesmo enunciado do senso comum – um crime não pode ficar impune –, como por exemplo: “Para honra da nação brasileira, confio que esse crime não ficará impune”. (5 de agosto de 1954 – capa O Globo), “A nação exige o nome dos assassinos” (5 de agosto de 1954 – p. 2 Tribuna da Imprensa), “A nação inteira está revoltada e exige a punição dos responsáveis” (6 de agosto de 1954 – p. 7 Diário Carioca), “Cabe ao poder judiciário punir os autores do covarde atentado.” (6 de agosto de 1954 – capa A Última Hora). Esse atentado que levou o major Vaz a óbito, impôs-se como um fato não fortuito, nem acaso nem acidente, conseqüentemente ele exigiu uma punição e também demandou reflexões, quais sejam: quem foi o responsável pelo atentado? O que o motivou? Quais suas conseqüências?

Pode-se dizer, portanto, que tal acontecimento foi construído a partir da memória. Esse atentado que levou o major Vaz a óbito não foi um fortuito acaso, ou acidente, conseqüentemente ele impõe uma punição e também demanda algumas reflexões, quais sejam: quem foi o responsável pelo atentado? O que o motivou? Quais suas conseqüências?

Como uma breve tentativa de se responder a tais questionamentos (que nada têm de inocentes e/ou ingênuos, mas sim, que provêm do estranhamento causado pela forma como o ato foi performatizado e pelos efeitos de sentido que ecoaram pelos meios de comunicação à época), propõe-se uma leitura baseada nas evidências que se apresentam no todo significativo do contexto político-ideológico e midiático nas quais se deram as condições de produção do acontecimento. Primeiramente, quem ganhou com o atentado? Os militares ganharam, pois, de forma indireta, desestabilizaram o governo Vargas (que foi profundamente afetado pelas críticas e pela queda de apoio popular do presidente) o que, de certa forma, abriu caminho para que as Forças Armadas tomassem o poder em 64, dez anos após o ocorrido. Ainda: quem ganhou, ganhou o quê? O principal benefício que a força militar pôde obter de tal ocorrido foi que o desequilíbrio de Getúlio se deu de forma não diretamente relacionada ao exército, pois, se assim ocorresse, seria de forma escancaradamente inescrupulosa. E, afinal, quem ganhou, ganhou como? Os militares ganharam, a partir da vitimização de um representante das Forças Armadas, respaldo social, o que lhes garantiu uma possibilidade de estratégia para a tomada do poder que estava por vir, e desde já engendrada. Ou seja, a forma como ganhou se deu a partir de um aproveitamento de situação, a qual possibilitou umavitoria contra o inimigo sem que se precisasse “sujar as mãos”.

Antes do atentado, Carlos Lacerda utilizava seu jornal para a construção de um “O golpe em nome da democracia”. Para Lacerda, a democracia era um produto de Vargas, um golpe era uma solução para o momento e não deveria ser encarado como um combate a democracia, mas sim, contra Vargas. Neste cenário, Carlos Lacerda encarava o discurso golpista as representações negativas que o presidente representava.

Entendemos que o atentado da rua Tonelero é um acontecimento discursivo, pois a partir desse episódio desencadearam-se diversos sentidos. Como consequência do atentado, tivemos a atribuição de novos efeitos inclusive perceptíveis na própria formação discursiva midiática.

Segundo Ferreira (2013), o acontecimento discursivo como gesto de interpretação na história pressupõe que seja acionada, já na largada, uma rede conceitual que vai operar de modo articulado para tentar construir as condições necessárias que propiciem esse evento do discurso.

Depois do fato, a mobilização da mídia, que, por coincidência, estava no local representada pelos repórteres do Diário Carioca, descreve todo evento com mapas gráficos, trajetória do veículo, e a própria tentativa de atentar contra Lacerda. Ainda nas primeiras horas, as declarações de Lacerda “acusando um só homem”, faz lembrar o que diz Pêcheux: “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar”(1990, p. 19).

Do atentado ao suicídio, o *Tribuna da Imprensa* aumentou seu tom de ferocidade em seus ataques ao presidente ou qualquer membro de seu governo e até aqueles membros que se consideravam neutros dentro da UDN. Para Maria Gusmão:

A derrota do impeachment mostrara aos setores anti-getulistas que todas as tentativas legais de afastar Vargas do poder seriam vãs. Restava, portanto, a alternativa da deposição pura e simples, cujo sucesso dependia da criação de um clima de total hostilidade à própria figura do presidente (2002, p. 144).

Carlos Lacerda tentaria a partir do atentado construir um discurso que rompesse com a legalidade, porém sempre alegado que faria “em nome da democracia”, uma vez que, em sua óptica, no governo de Vargas, a democracia jamais seria atingida. Esse cenário golpista travestido de legalidade era constantemente divulgado pelos veículos que fazia parte, construindo um discurso genérico direcionado a população e a UDN que através da grande imprensa, justificariam a conduta autoritária e inconstitucional que perpassaria o suicídio estendendo-se até 1964.

O sentido de democracia atribuído aos discursos de Lacerda, fizeram com que a população aceitasse a ideia de que o atentado da Tonelero deveria ter como consequência a deposição de Vargas. As repetições fizeram com que saberes ligados à figura de Vargas fossem apagados e outros ressignificados.

Para o exemplo a seguir, resgata-se Pêcheux:

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série léxico-sintaticamente determinada de pontos de deriva passíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÊCHEUX, 1997, p. 53).



Figura 4: *Tribuna da Imprensa*, 6 de agosto de 1954

Com base em Pêcheux, o enunciado pode ser entendido em duas partes: o primeiro destaque dá-se para a expressão “oligarquia” e a segunda para o conceito de “Democracia”, que figura como suporte para o acontecimento discursivo. É possível evidenciar pela própria posição-sujeito de Lacerda e de seu jornal que democracia está diretamente associada à oligarquia, quando se tratado do governo de Vargas. Assim, Lacerda explicita novos sentidos que ressignificam a rede significante da memória discursiva, atrelando o sentido imposto como negativo em “oligarquia”, uma vez que uma democracia não pode derivar de um sistema oligárquico.

Isso, somado a divulgação em periódicos com grande alcance e suposta credibilidade, acarreta em um efeito de veracidade no discurso de Lacerda, caracterizando-o como um salvador e remontando Vargas como o presidente eleito inconstitucionalmente em 1930.

Após o atentado da Tonelero, A FD Militar cria um novo sentido para democracia, fazendo com o que o povo se filiasse a um efeito de sentido democrático vinculado a Lacerda. Mais tarde, dez anos depois, Lacerda utilizar-se-á dos mesmos mecanismos discursivos implantados em 1954 para justificar o golpe de 1964 como democrático e necessário.

As críticas ao governo Vargas foram tão fortes e sistemáticas que surtiram efeito. A partir do fato que culminou na morte do major Vaz, o povo começa a questionar-se novamente sobre que figura é essa que os governa.



Figura 5: *Tribuna da Imprensa*, 12 de agosto de 1954

Nesse momento, o povo acredita que a melhor solução é a deposição de Getúlio de qualquer maneira. Em termos de acontecimento discursivo, é através dessa revolta popular que se percebe a influência do discurso udenista, viabilizado por Lacerda, atacando Getúlio e defendendo, em nome da democracia, sua deposição. A ruptura foi tamanha que parte do povo, que apoiava Vargas incondicionalmente, revolta-se e mune-se dos argumentos de Lacerda, compactuando com seu discurso e pedindo a cassação do presidente.

Porém treze dias mais tarde, com o suicídio de Vargas, essa imagem criada por Lacerda que foi acolhida por parte da população foi rompida novamente. A Carta Testamento deixada por Vargas, garantida pelo tiro no peito, desconstruem o sentido que Lacerda construía com a Tonelero e aquele Vargas ditador, déspota volta a ser o homem que deu *status* de Estado ao Brasil, Vargas agora é lembrado novamente como o homem que agiu pelo Brasil, o pai dos pobres o homem que deu as mínimas condições de vida para a população mais carente.

A investida de Carlos Lacerda, afirmando que Getúlio Vargas era anti-democrático que se consolidou no período das investigações do atentado, terminam no momento em que

Getúlio atenta contra a própria vida. Como consequência desse suicídio, as estratégias utilizadas por Lacerda teriam que esperar dez anos para surtirem efeito.



Figura 6: Reação do povo após noticiarem o suicídio de Vargas. Nas fotos, a sede do Jornal O Globo no Rio de Janeiro e do Jornal Tribuna Gaúcha, sendo depredadas.

Para finalizar, entendemos neste trabalho que o atentado da Tonelero pode ser considerado um acontecimento discursivo, além de histórico, uma vez que através dele existe uma ruptura no sentido da palavra democracia. Sua desconstrução foi utilizada de tal modo que ecoou no golpe de 1964 onde a mídia se utilizou dos mesmos mecanismos para justificar o golpe “em nome da democracia”.

5 DESENVOLVENDO O JOGO PARAFRÁSTICO

Através do jogo parafrástico, é possível verificar qual/quais saberes orbitam um determinado discurso. A partir da noção de formação discursiva, que aponta o que pode e deve ser dito, consegue-se também evidenciar aquilo que não pode e não deve ser exposto. A questão da paráfrase para o trabalho considera-se importante, pois ela evidencia a influência de outros discursos mostrando assim, outras possibilidades de interpretação.

Tem-se em Orlandi (2003, p. 275), “o sentido está sempre no viés”, isto é, para depreender sentido de um discurso cabe questionar-se o contrário. Como exemplo: o que o discurso X significa ao dizer isso? Ou: de outra forma, o que não está sendo significado quando fala disso?

Devemos abordar o modo como os saberes são resgatados de outras instâncias e como se dá o processo de atualização arquitetado no horizonte discursivo a partir da utilização de paráfrases discursivas. Segundo Orlandi, “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer”. (1999, p. 36)

As paráfrases geram múltiplos sentidos do dizer consolidado. Ela é um importante mecanismo para a percepção das formações discursivas em jogo, pois as palavras e expressões são pistas discursivas que remetem a posição e a formação discursiva daquele que a enuncia. Assim, como diz Orlandi (2005), “Daí dizemos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros”. A infinitude de possibilidades não está dissociada do sujeito, pois é a partir dele que se configuram as relações de linguagem e as relações com os outros sujeitos. Sobre isso, Orlandi afirma: “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. (2005, p. 21)

A FD é resgatada na para elucidar a compreensão da paráfrase, pois é numa FD que se realiza o “assujeitamento” do sujeito (ideológico) do discurso. Entendemos pelo termo de processo discursivo: “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimos, etc., funcionando entre elementos linguísticos”. (PÊCHEUX, 1975, p. 146)

Para auxiliar na construção dos sentidos que o jogo parafrástico constitui é preciso remeter a outro campo do saber da AD: o interdiscurso. Segundo Orlandi (2007), o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciativo. Ele se apresenta como séries de formulações que

derivam enunciações distintas e dispersas que formam o conjunto do domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso.

Para a proposta de atuação do nó, as relações parafrásticas são imprescindíveis, uma vez que um dos elos que a paráfrase recorre é a memória - um dos elos desse mecanismo constitutivamente indissociável - e acioná-la juntamente com o nó é recorrer, também, a participação da história e do acontecimento (não necessariamente juntos).

Como forma de exemplificar, apresentamos duas SDRs retiradas dos Jornais O Globo e Tribuna da imprensa

- a) Contra o crime, mas sempre pela constituição e a democracia – *O Globo*
- b) Afastamento, Licença ou renúncia de Getúlio, exige a oposição – *Tribuna da Imprensa*

Existe entre os enunciados uma relação parafrástica, pois ambos defendem a sustentação das leis, legitimadas na constituição e ao mesmo tempo pedem a saída de um presidente eleito pelo voto direto.

O primeiro enunciado aciona a memória discursiva. Nele, podemos encontrar uma imposição velada de culpabilização, evidenciada através do pedido de impeachment, tendo como justificativa o crime da Tonelero. A palavra “democracia” está ligada às expressões relativas a despotismo, ditadura, tirania, etc. Essas palavras, representadas na matriz de sentido, revelam o entendimento do jornal perante o governo de Getúlio. Elas resgatam na memória uma representação de um presidente estadista. Ainda, no segundo enunciado, podemos verificar um posicionamento mais explícito a favor da deposição de Vargas. Tal posicionamento, adotado pelo veículo durante o período democrático de Vargas, pode ser evidenciado através do mecanismo da história, juntamente com as condições de produção.

Sendo assim, a expressão apresentada no Globo encontra-se na mesma matriz de sentido do que é apresentado pelo Tribuna da Imprensa. Por isso, é perceptível que ambos possuem uma formação discursiva contrária a de Vargas.

Os usos das paráfrases para este trabalho aparecem como importante método de contribuição, cujo o propósito é descristalizar saberes, que é a finalidade do nó de ressignificação. Vale ressaltar que o processo de (re)organização da condição de produção desse discurso é basilar para a análise aqui proposta. Entendemos que a partir dessa (re)organização, novos sentidos são gerados. A partir disso, a união dos efeitos que a paráfrase produz, está intimamente relacionada com a(s) nova(s) significações e (re)configurações que as novas condições de produção podem gerar.

6 CARACTERIZANDO A IMPRENSA

Imprensa Nacional surge no período imperial do Brasil, em 13 de maio de 1808, chamada de Impressão Régia. Recebeu, ao longo dos anos, vários nomes: Real Officina Typographica, Tipographia Nacional, Tipographia Imperial, Imprensa Nacional, Departamento de Imprensa Nacional, e, novamente, Imprensa Nacional.

Diferentemente dos principais países latino-americanos, o Brasil iniciou o século XIX sem tipografia⁷, sem jornais e sem universidades (que contribuía para a formação do público leitor).

Da Revolução de 1930 até o fim do Estado Novo, em 1945, o contexto político nacional variou entre a inconstância do Governo Provisório, a Revolução de 1932, o curto intervalo democrático que resultou com a Constituição de 1934, e a instauração do Estado Novo em 1937. Tais eventos fizeram com que a imprensa acompanhasse as revoluções, posicionando-se em função dos acontecimentos, inclusive alinhando-se com as facções em combate em 1932.

A partir do golpe de estado de 1937, a mídia tornou-se limitada. O governo Vargas anulou o direito de liberdade de imprensa que resultou no desaparecimento de informações contrárias ao governo. A influência estatal sobre a mídia aumentava com a aceitação popular do governo. Como consequência, surge uma Carta constitucional, outorgada no mesmo ano, que tornava a imprensa um serviço público e como tal sujeita ao controle estatal.

Em 1939, surge o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), pelo decreto-lei nº 1915, em 27 de dezembro. Sua função era de censurar a produção midiática, produzir conteúdos e controlar o fornecimento de papel.

Uma repartição especial na polícia foi criada para vigilância dos profissionais de imprensa e os jornais eram submetidos à avaliação dos agentes da censura, e ordenados a enfatizar os feitos do governo reproduzindo a propaganda do Estado.

Com relação à produção intelectual da década de 50 no Brasil, o foco principal de divulgação eram as propagandas ligadas ao anticomunismo, pela elaboração de projetos que visavam ao desenvolvimento industrial da nação.

“Apresentava-se um país de estrutura econômica ainda moderada o bastante para obrigar os voos da imaginação desenvolvimentista, estava pronto para ser modelado” (FARO & QUADROS, 1991, p. 45). A principal meta a ser conquistada era o desenvolvimento

⁷ Arte e processo de criação na composição de um texto, física ou digitalmente.

econômico. “Industrialização, urbanização e tecnologia eram as palavras de ordem do momento. Partidos políticos, sindicatos e imprensa cerraram fileiras em torno do projeto nacional-desenvolvimentista” (VELLOSO, 1991).

Com relação ao desenvolvimento midiático, foi um período no qual surgiram jornais como a *Última Hora* (1951) e o *Tribuna da Imprensa* (1949). Tais veículos introduziram novas roupagens no *layout* dos jornais, incorporando novas técnicas gráficas, formatação e novas linguagens, renovando, assim, a imprensa.

O jornal *Última Hora* teve como seu fundador o jornalista Samuel Wainer, e teve seu lançamento em 12 de junho de 1951. Houve uma edição paulista, além de uma nacional, que abarcava Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas, Santos, Bauru e no ABC Paulista. Wainer descreve seu jornal como “jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo”, o de Getúlio Vargas.

Nos anos 50 o jornal foi alvo de críticas do *Tribuna da Imprensa*, periódico concorrente. Lacerda denunciava o jornal por corrupção, uma vez que recebia empréstimos e facilidades de grandes empresários e do Banco do Brasil. Wainer propôs a formação de uma CPI para averiguar as transações realizadas entre a empresa e o Banco. A CPI de fato aconteceu em junho de 1953 e perdurou até novembro do mesmo ano. Ao encerrar suas investigações, a Comissão concluiu que as empresas jornalísticas em geral faziam negócios com irregularidades junto ao Banco do Brasil.

As estruturações dos jornais da época buscaram inspiração na imprensa estadunidense, de acordo com Lins da Silva (1991), “as inovações introduzidas no jornalismo brasileiro a partir da década de 50 se fizeram sob a égide de alguns dos jornalistas que vieram dos EUA durante a década de 40, como Pompeu de Souza, Danton Jobin e Samuel Wainer”.

Foi em 1951 que se originou a primeira escola de propaganda, chamada de Casper Líbero, em São Paulo, e nesse mesmo período tem-se a fundação da Associação Brasileira de Agências de propaganda. Com isso os jornais passaram a ter 80% de sua receita dos anunciantes.

Podemos traçar o jornalismo a partir da divisão entre dois polos (TRAQUINA, 2004): o polo positivo é o ideológico⁸, onde o jornalismo é caracterizado como um serviço público gerador de informações para a formação cidadã, intercedendo pelo povo os abusos de poder. O

⁸ Para complementar o sentido de ideologia proposto na tese, busca-se em Althusser, Para o autor, a tese que a ideologia não tem história não deve ter um sentido negativo (a ideologia está fora dela), mas sim positivo. É positivo, pois o caráter próprio e específico da ideologia é ser dotada de uma estrutura e de um funcionamento tal que ela é um realidade não histórica, no sentido que essa estrutura e funcionamento estão presentes sob uma mesma forma, imutável, na história inteira. Como afirma Althusser: “Por um lado, creio poder sustentar que as ideologias têm uma história própria (embora esta história seja determinada em última instância pela luta de classes); e, por outro lado, que a ideologia em geral não tem história, não num sentido negativo (a sua história está fora dela), mas num sentido absolutamente positivo”. (1974)

jornalismo como negócio e as notícias como mercadoria formam outro polo: o econômico, por vezes, visto como negativo do campo jornalístico. Aqui a questão econômica age na constituição do primeiro polo e, a partir dessa influência, surge a obsessão pelo capital que acaba por desvalorizar os princípios ligados à ideologia profissional. Em meio a inquietude entre os polos, os diversos “jogadores” do campo tentam mobilizar, para as suas estratégias comunicacionais, os seus acontecimentos, os seus assuntos, ou as suas ideias e valores.

Como construção social é possível pensar o jornalismo em três níveis (cf. TRAQUINA, 2004) para analisar os fatos e as notícias como uma “construção” social, como decorrência de interações entre diversos agentes sociais. No primeiro o nível, os jornalistas interatuam com inúmeras fontes de informação. À vista disso, muitos funcionam com a finalidade de mobilizar as notícias como parte de seu artifício comunicacional, criando, modelando e desconstruindo os acontecimentos de acordo com que aborda o fato. Há, durante esse processo de etapa, a divulgação dos acontecimentos. No segundo nível, há o contato entre jornalistas como integrantes de uma comunidade que compartilha uma identidade profissional, valores e cultura comuns. Devido às limitações de tempo, “as interações têm lugar dentro e fora da sala de redação, e crescentemente num ambiente global de notícias, sem parar, 24 horas por dia”. (TRAQUINA, 2004, p. 29). Os estudiosos e profissionais da área jornalística demarcam, em última análise, as notícias e contribuem efetivamente para a construção de uma realidade. No terceiro nível, os jornalistas, na sua definição de notícias, também compartilham, de forma indireta, com sociedade, por via dos limites com que os valores sociais demarcam os limites entre o normal e o anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante. Porém, a definição dessas expressões está diretamente ligada a um imaginário com o qual o discurso midiático procura estruturar.

Com relação ao evento da Tonelero, os jornalistas que estavam a serviço de seus veículos, buscaram proporcionar uma interpretação que levasse a sociedade entender como aceitável, a manobra velada de depor um presidente. Valeram-se diretamente de formas particulares de seus discursos para categorizar saberes e fatos que influenciassem de forma dinâmica o ambiente social.

O jornalista e professor Alexandre Rossato Augusto ressalva que a conduta jornalística se organiza a partir de dois momentos (*apud* FAUSTO NETO, 1991): operação e construção, cujas regras são elaboradas, independentes do sujeito, uma vez que, quando este as apanha, elas já estão organizadas no campo da linguagem. É a interação com vários discursos que se tem como resultante a notícia. A finitude do discurso jornalístico se caracteriza em um tipo de dito, isto é, “[...] as mensagens que ganham formas de matérias, segundo economias

específicas a cada sistema e/ ou suporte de comunicação e que produzem dimensões classificatórias da realidade”. (*apud* FAUSTO NETO, 1991, p. 29).

Posada, ao se questionar a respeito da notícia, indica justificativas que compactuam como questionamento: de que forma do discurso midiático se relaciona com a política na formação de novas realidades.

A notícia é uma instituição social e uma realidade histórica, legitimadas socialmente para cumprir a função de estruturar a realidade mesma. Os meios de comunicação são o lugar onde se produz a realidade das sociedades industriais contemporâneas. Dentro dessas análises, a linguagem ocupa um lugar central. A forma como se constrói socialmente a realidade é atribuindo-lhe sentido, ou seja, nomeando-a. (POSADA, 1992, p. 123)

Os meios de comunicação, teoricamente, têm a função de autoridade necessária para compor uma realidade social. Nessa perspectiva, é a partir deles que se constituem realidades que (re)montam uma sociedade. O que se destaca nesse trabalho é a maneira como os sentidos são atrelados através da forma como os jornais estruturam suas notícias. Cabe ressaltar que essa formação de realidade está ligada diretamente às filiações dos jornais. Cada realidade criada é fruto de um efeito de sentido proveniente de uma formação discursiva, que aponta o que o sujeito pode e deve dizer.

As inúmeras fontes jornalísticas, não apenas as apresentadas neste trabalho, tinham por objetivo principal construir uma realidade de acordo com suas posições ideológicas. Os fatos eram expostos com a finalidade de opacificar o discurso que vigorava, não obstante utilizavam-se da notícia como mecanismo de articulação para seu propósito. A função dessa manobra é a de legitimar uma posição ideológica. A forma como o crime se caracterizou, como conspiratório, gerou influências diretas na sociedade, enraizando-se no imaginário da época.

Para Nascimento (2002), abordar o discurso jornalístico é pensar sobre uma forma de ação, é motivar as relações sociais, não mais por sua área temática, mas por sua forma de significar. É relevante levar em conta que o discurso remete a outros lugares que não aqueles imediatamente constatados no texto. O discurso jornalístico sob a ótica da ação, do movimento, proporciona um melhor olhar sobre seus contornos significantes.

O discurso jornalístico [...] não reflete a realidade. Traduz e a constrói via recursos discursivos, simulando realidades mediante todo um sistema próprio de cada veículo em que os jornalistas captam um certo número de informações e que são transformadas em notícias por meio do discurso perpassado pelas rotinas produtivas, experiência do jornalista e pela ideologia e cultura do veículo. É no campo midiático que o cotidiano dos campos sociais ganha anunciabilidade, transparência e pluralidade para o consumidor, mas essa visibilidade se dá sob uma forma específica do campo dos media, e não, dos de origem e é ofertada como verdade absoluta pelos veículos que tentam vender seus produtos no competitivo mercado do discurso da informação. (ROSA, 2002, p. 3)

Atualmente, não negamos mais a atuação da imprensa, mais precisamente, nas situações em que ocorre a tomada de decisões políticas. A própria mídia tem reconhecido tal questão e dedicado vários pontos para discussão sobre ética. Segundo Mariani:

[...] está cada vez mais em evidência esse aspecto do entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia: a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias. (1998, p. 62)

Os periódicos lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ou previsíveis. Assim como, por vezes, possibilidades criadas pela própria imprensa. Em sua atuação, o discurso jornalístico insere aquilo que é inesperado, aquilo para o que até o momento não existe memória, ou possível/previsível, isto é, fatos para os quais se podem dizer algo porque carregam similaridades com episódios já realizados.

Mariani ainda aponta que

A produção de sentidos na notícia dos fatos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas (eles também sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante no jornal. Por outro lado, há eventos políticos produzidos para se imporem como notícia. Nesse caso, a imprensa torna-se um veículo usado por determinados grupos/partidos para ganhar visibilidade (ou notoriedade) política. (MARIANI, 1988, p. 63)

A maneira que a imprensa cobriu o atentado da Tonelero acarretou na mudança de sentidos no discurso, o que potencializou o surgimento de um acontecimento discursivo, o sentido de democracia antes defendido por Lacerda se instaura de tal modo que a população se revolta e exige a deposição do presidente.

Devemos dar visibilidade ao discurso midiático e na forma como ela pode influenciar mudanças nas redes de sentido. Os jornais foram utilizados com um único propósito, usar a

notícia como elemento de manipulação social, criando e caracterizando um estereótipo da figura do presidente, que dezenove dias mais tarde, por pressão também da imprensa, se suicidaria.

6.1 DESCRIÇÃO DOS JORNAIS UTILIZADOS

A) *O Globo*

Fundado em 29 de julho de 1925, O Globo foi idealizado por Irineu Marinho, que, devido a uma morte precoce, ficou menos de um mês no comando da sua recente criação. O Globo foi pensado para o público carioca urbano e metropolitano e faz parte do Grupo Globo, de propriedade da família Marinho, que conta com grandes outros meios de comunicação, como a Rede Globo de Televisão, a Rádio Globo e ainda outros tipos de veiculações midiáticas, como canais de televisão fechados, editoriais de revista e editora de livros. O jornal O Globo é nacionalmente reconhecido por seu posicionamento político fortemente conservador e de tendências que respaldam a ideologia de direita. Apoiou o regime militar de 64 e, apesar de se vender como responsável pela transmissão de “fatos” e informações para o povo tem relações íntimas com grandes corporações e instituições empresariais.

O Globo foi criado por Irineu como uma espécie de recuperação moral. Irineu, que em 1911 havia criado o jornal A Noite, vendeu as ações da publicação vespertina com a promessa de recuperação das ações, acordo que não veio a ser cumprido. Assim nasceu a inspiração para a formulação de uma gazeta que se voltasse para o público do Rio de Janeiro, que veio a ser O Globo. Alguns companheiros do seu antigo jornal juntaram-se ao novo projeto. Após sua inesperada morte, O Globo ficou sob comando do amigo íntimo da família Marinho, Eurycles de Matos. Roberto Marinho, filho primogênito de Irineu, assumiu o comando do jornal em 1931, após a morte de Eurycles.

O recém-mencionado posicionamento político conservador se mostrou determinante na maneira como o atentado a Lacerda foi veiculado por tal gazeta, que, apesar de tentar aparentar imparcialidade, se posicionou de forma axiomática em relação ao fato. O jornal tenta passar o efeito de imparcialidade, porém cede espaço a muitos militares de patentes altas, além disso, investe fortemente em Carlos Lacerda dando-lhe espaço na televisão. Este periódico se aproveita da posição agressiva do jornal de Lacerda e o usa como escudo deixando o discurso hostil para seu “concorrente”. Dessa forma, identifica-se uma tomada de posição que preza pela preservação do jornal, que pretende, de certa forma, evitar um embate,

provavelmente considerado demasiado vulgar para ser estampado na gazeta carioca da família Marinho. Dar espaço para Lacerda era a forma mais fácil de atingir o governo de Getúlio Vargas, que se mostrava pouco disponível ao diálogo com o jornal O Globo.

B) Tribuna da Imprensa

Criado em 1949 por Carlos Lacerda, o Tribuna da Imprensa se caracterizou como uma publicação que muito se dedicou a criticar as influências getulistas ao governo Dutra. Carlos Lacerda já havia trabalhado em outro jornal, assinando uma coluna de mesmo nome, mas, por questões de desacertos com os seus superiores (Lacerda atacou a família Soares Sampaio, que mantinha laços de amizade forte com eles), foi desligado da organização, porém obteve o direito de continuar usando o nome de sua coluna como quisesse o que veio a dar nome ao jornal Tribuna da Imprensa. O Tribuna da Imprensa se tornou o grande porta-voz das proposições da União Democrática Nacional (UDN), que mantinha forte oposição política às ideias de Vargas. Apesar de o governo Dutra não se identificar de forma total com os ideais da UDN, muito pouco próximo estava do plano político proposto por Vargas, o que lhe garantiu, de certa forma, uma blindagem contra críticas mais fortes, rendendo ataques mais discretos por parte da publicação de Lacerda. O Tribuna da Imprensa se considerava um jornal democrático e, de forma irônica, se propunha a “cristianização da sociedade”, convicção difundida para que obtivesse apoio popular mais abrangente.

A gazeta de Lacerda se pretendia de cunho mais popular e, por isso, manteve uma tradição de denúncias de grandes corporações que, segundo ele, podiam engendrar estratégias que apenas beneficiariam os donos de grandes instituições. Foi contra, por exemplo, a implementação da Fábrica Nacional de Motores, já que havia participação em sociedade anônima com a família Soares Sampaio. Expunha de forma contrariamente agressiva, também, políticas de controle exterior de renda, e, inclusive, propôs planos que teriam como meta uma maior igualdade social, que seria atingida com maiores benefícios para a população considerada mais marginalizada na sociedade da época, através da criação de zonas rurais agrícolas no Distrito Federal.

C) A Última Hora

Fundado pelo jornalista Samuel Wainer em 1951, ganhou considerável expansão, já que chegou a ser publicado em vários estados de forma concomitante. O A Última Hora enfrentou diversas acusações por parte de diferentes veículos de comunicação, sendo taxado de subversivo, duvidoso e inescrupuloso. Sua natureza supostamente improba se deu devido a acusações de relações financeiras ilegais feitas com o Banco do Brasil, o que, inclusive, acabou por deflagrar uma CPI para investigar tais ligações. A partir das investigações, tudo o

que se conseguiu provar foi que grande parte das instituições midiáticas mantinham ligações financeiras pouco louváveis com o Banco do Brasil, que parecia facilitar o crédito (ou seja, dar apoio) de forma duvidosa para grandes empresas de comunicação. Devido ao fato de o A Última Hora apoiar o governo Vargas, inúmeros ataques lhe foram desferidos, incluindo a acusação de ser patrocinado de forma escusa por uma pessoa ou instituição desconhecida (já que não se sabia como o jornal conseguia se manter) até a tachação de comunista, com o intuito de desmoralização perante a conservadora visão política da época.

Com relação ao atentado, o jornal A Última Hora passa a rotina do presidente como “normal”: descreve os fatos do dia, mas sem transparecer o abalo de Vargas. Quando aborda o atentado, diz que confia na justiça e que os envolvidos devem ser punidos, independentemente de quem sejam. Esse posicionamento denuncia a tentativa de abafar a crise pela qual o governo passava, tentando mostrar uma imagem de um Vargas inabalável e inabalado.

D) Diário Carioca

Fundado em 17 de julho de 1928 por José Eduardo de Macedo Soares teve seu fim em 31 de dezembro de 1965. O Diário Carioca teve como propósito ser o principal veículo de oposição ao governo de Washington Luís. Seu criador, de tradicional família fluminense, era ex-integrante da Marinha e ocupava a patente de primeiro-tenente. Após sair da marinha dedicou-se à política e posteriormente à imprensa. Já em 1912, fundara O Imparcial. Embora suas atividades políticas durante a Primeira República estivessem vinculadas ao poder institucionalizado, a partir de dado momento Macedo Soares passou a refletir uma das correntes de oposição à estrutura política vigente.

O jornal deu apoio a Revolução de 1930, defendendo a ideia de que a revolução era a solução para os problemas do Brasil. Dias antes do início da Revolução, um encontro de líderes da Aliança Liberal foi realizado na própria redação do jornal. Na reunião estavam presentes Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, João Pessoa, os Lima Cavalcanti, Café Filho, Getúlio Vargas e Juarez Távora. Em 24 de outubro, a primeira página do jornal estampava: “A Redenção Brasileira — vitoriosa em todo o país a Cruzada Santa da Liberdade Nacional”. Em dezembro daquele ano, o Diário Carioca rompia com a situação, acusando os males trazidos pelo governo provisório ao país: “uma administração incompetente e uma política mesquinha”. O governo revolucionário era visto como uma “marcação de passo”. Mais tarde, o número que trazia o editorial “Balaio de caranguejos” foi impedido de sair.

Mesmo sendo contrário do governo, o jornal circulou através de milhares de provas impressas nas próprias oficinas do jornal. A partir daí, Macedo Soares manteve-se em oposição constante ao governo provisório. Em janeiro de 1932, Horácio de Carvalho Júnior

torna-se diretor-presidente, reservando-se Macedo Soares a posição política do jornal. As acusações eram diretas sobretudo aos “tenentes”, acometidos “nos cargos mais importantes, estando com a faca e o queijo na mão”. O próprio Macedo Soares era membro do Clube 24 de Fevereiro, criado em 16 de fevereiro de 1932 e tinha como principal objetivo a defesa da reconstitucionalização do país e se opor ao Clube 3 de Outubro, a mais importante associação tenentista. O novo clube pretendia realizar uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal no dia 24 de fevereiro, data em que foi aprovada a Lei Eleitoral, primeiro passo para a convocação de uma assembleia nacional constituinte. Em 24 de fevereiro, Macedo Soares assegurou que o Clube 3 de Outubro tinha o objetivo de “sustentar pela violência um regime de poderes discricionários que Getúlio Vargas planejava prolongar no país”. Não tendo ao seu lado os civis liberais nem com os democratas, Getúlio utiliza-se de um sistema militarista aproveitando-se do rótulo de heroísmo e abnegação dos antigos revolucionários e do encanto e da ambição dos novos.

6.2 GETÚLIO VARGAS E A IMPRENSA

Desde a implantação do Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas sempre teve uma relação de turbulência com a imprensa, pois foi durante esse período que se sentiu a necessidade por parte do governo de justificar o regime implantado, construindo e difundindo a boa imagem do presidente.

Porém a atenção com a propaganda já existia antes da subida de Vargas à presidência. Em 1931 o Departamento Oficial de Propaganda, inspirado no molde nazista, tinha como método aplicar de maneira sistemática as informações sobre a população. Tais "informações" deveriam ser absorvidas de forma imediata utilizando todas as perspectivas oferecidas pelos instrumentos utilizados, como o rádio e o cinema.

A partir de 1939, sentiu-se a necessidade de expandir o alcance da propaganda e assim, Vargas cria o Departamento de Imprensa e Propaganda. A função do Departamento era de controlar, centralizar, orientar e coordenar a propaganda do governo. Agora além do rádio e cinema, também a literatura o teatro e o esporte passaram a ser fiscalizados pelo governo. Os veículos associavam o presidente a feitos que eram de interesse de grande parte da população, principalmente aos trabalhadores que usufruíam dos direitos trabalhistas concedidos por Vargas.

Vargas sente a necessidade de criar uma organização de censura, o DIP dividia-se em cinco de divisões, dedicadas aos setores considerados estratégicos para a propagação do ideário do regime de Vargas. A Divisão de Radiodifusão era uma das mais destacadas, por ter sob sua vigília o mais importante meio de comunicação do país, assim como a Divisão de Imprensa, a qual cabia o controle do conteúdo que se veiculava pelos jornais, revistas e livros brasileiros. (CAMPOS, 2005)

Com a população ao seu lado, durante este período, Vargas conseguiu de forma satisfatória utilizar-se do DIP para censurar o que achava necessário. No entanto em maio de 1945, Vargas ordena o envio do exército para combater, ao lado dos Aliados, as forças fascistas na Batalha de Monte Castelo.

Essa atitude levanta uma brecha para os veículos contrários a Vargas, que circulavam de maneira clandestina, mas surtiram efeito. Muitos intelectuais e jornalistas da época se questionaram do porquê da invasão, uma vez que Getúlio conduzia o Brasil de forma semelhante a de Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália.

Nem mesmo o poder do DIP e a justificativa econômica dada por Vargas de que haveria investimento -como de fato houve- por parte dos Estados Unidos na construção da Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, foram suficientes para deter a inquietude da população com a contradição disseminada pelos veículos alternativos. Fator que levou a renúncia de Vargas no ano de 1945.

Após um período afastado (1945-1950) Getúlio Vargas volta para o cenário político, porém encontra um DIP enfraquecido e não conta com o apoio que tinha anteriormente. Vargas Lança-se a candidatura com bastante dificuldade, tem como mídia apenas o método panfletário e carros de som, felizmente para Vargas ele ainda tinha o apoio do povo e, nas eleições de 1950, consegue com 48% dos votos válidos voltar nos “braços do povo”.

Como presidente tenta timidamente retornar com as ações do DIP, porém naquele cenário formava-se um grande e perigoso inimigo, Carlos Lacerda.

Durante sua volta à presidência, Vargas não contou com o apoio da imprensa escrita e falada de maior circulação no país. A imprensa em geral, proferia ataques violentos às propostas políticas, econômicas e sociais. A grande mídia criticava Vargas desde antes de seu mandato, procuravam algum foco onde pudessem se ancorar e minar uma possível renúncia. A mídia se recusava a apoiar Vargas, principalmente pelas marcas deixadas no Estado Novo, onde Vargas figurava como um ditador. Sempre que possível recordavam de que a Constituição de 1937 abolira a liberdade de expressão do pensamento e de que todos os meios

de comunicação foram então submetidos à censura e a constante fiscalização dos agentes do DIP.

Com a grande maioria da imprensa, quase a totalidade, contra o governo, Vargas decide incentivar a criação do Jornal A Última Hora, veículo considerado inovador por usar técnicas de comunicação que não eram utilizadas em solo brasileiro.

O jornal criado por Samuel Wainer tinha apoio de recursos vindos do Banco Hipotecário de Crédito Real de Minas Gerais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Ainda com considerável apoio popular, o viés escolhido para ataque ao governo foram as políticas administrativas e econômicas. As críticas eram na maioria das vezes sobre o foco nacionalista e as restrições ao capital estrangeiro adotado pelo governo.

A partir de 1953 o inimigo de Vargas não seria apenas mais um jornal e sim, uma pessoa. Carlos Lacerda aparece como figura de grande impacto no cenário midiático e político. O deputado e jornalista aproveita do espaço de seu próprio jornal, o Tribuna da Imprensa, e inicia os ataques a Vargas.

A fama de Lacerda se espalha de forma muito rápida e assim consegue a credibilidade necessária de parte da população e de empresários com recursos. E através do empresário Assis Chateaubriand, Lacerda consegue investimento para seu jornal e espaço de destaque na Rádio Globo e na Rede Tupi de televisão.

Os investimentos pesados em Lacerda enfraquecem vertiginosamente o governo de Getúlio Vargas que agora precisa se preocupar também com a perda de apoio das Forças Armadas. Enquanto isso, o jornal de Vargas, já em descrédito, segue apontando um lado até que utópico do governo, enaltecendo inaugurações de setores de empresas, discursos aos trabalhadores e acontecimento de pequena expressão.

O clima de tensão entre a oposição e o governo resultou na tentativa de atentado a Carlos Lacerda, em 5 de agosto de 1954. A partir desse caso inflou a imprensa, que de modo geral manifestou-se em editoriais contra a permanência de Vargas à frente do governo. Lacerda ganha mais força ao ser fotografado com o pé engessado carregado por dois policiais: as forças armadas encontram o mote necessário para pedir o impeachment e Vargas e fazer o tão esperado golpe.

Do atentado ao suicídio foram dezenove dias de tensão ao governo Vargas: a mídia consegue o apoio de grande parte da população que começa a crer que Vargas não era aquilo que eles achavam, mas sim ainda um ditador do Estado Novo que manda matar seus inimigos.

Com o apoio da população, o exército monta guarda na porta do palácio do Catete, chegando até deixar de prontidão a artilharia e a cavalaria, porém, com o suicídio de Vargas,

todo o apoio ao exército e aos inimigos do presidente se tornaram inimigos da população. A sede do jornal Tribuna da Imprensa e o Globo foram vandalizadas, vários repórteres foram agredidos.

A comoção foi tanta que a iniciativa de golpe das Forças Armadas caíra por terra, assim como a credibilidade de Lacerda e de seu jornal, que só seriam recuperadas na investida do Golpe de 1964.

O Jornal Diário Carioca fez um discurso de defesa dos preceitos formais do regime democrático e procurando soluções dentro da constituição, e fez dura oposição ao governo Vargas, antes e depois da Tonelero. Esse jornal evoluiu ao longo da crise, passando, logo após o atentado, a acusar o presidente da República de responsável pelo crime da Tonelero e a pedir sua renúncia. Já o jornal O Globo, teve uma conduta menos emotiva e mais objetiva. Esse jornal não atribuiu a Vargas a responsabilidade direta pelo atentado e o apelo à renúncia só aconteceu às vésperas do suicídio. Tal conduta deve ser problematizada e se questionar o motivo pelo qual o jornal se manteve em uma posição mais objetiva. Uma vez que se tem um jornal como o Tribuna da Imprensa atacando ferozmente o presidente, não se faz necessário que os outros periódicos se utilizem de um discurso mais explícito com relação ao ataque. Isso parece funcionar como uma forma de utilizar o jornal de Lacerda como um escudo e centralizar uma possível crítica apenas no jornal do deputado.

A população foi informada do suicídio de Vargas pelo rádio. Todas as estações divulgaram para todo o país a Carta-Testamento deixada pelo presidente.

Nos periódicos, o jornal Última Hora foi o primeiro a sair com a notícia, com duas edições extras, expondo detalhes e estampando o enunciado proferido por Vargas dias antes “só morto sairei do Catete”. O jornal se preocupa em passar a imagem de um presidente que cumpria o que prometia, reforçando a imagem de um presidente com honra. O Globo e o Tribuna da Imprensa demoraram para sair às ruas, pois a comoção gerada pelo suicídio desencadeou a fúria da população, que cometeu atos de vandalismo nas sedes dos jornais, assim como agrediram jornalistas.

Deve-se observar que durante esse período principais órgãos de imprensa, com algumas exceções, agiram tanto na construção de um consenso a respeito da inviabilidade política e moral da preservação do mandato de Getúlio, quanto na intermediação entre os diferentes grupos das elites políticas para a resolução do impasse. A imprensa fez um apelo no sentido da manutenção dos preceitos da constituição. Porém, midiaticamente, articulava a saída do presidente, inflando discursos contrários perante a população. Mesmo defendendo a constituição federal, as ações midiáticas podem ser entendidas como um golpe, pois

manipulavam e ressignificavam discursos: de um lado, expunham apenas o que lhes convinha a respeito do governo, de outro, potencializavam e legitimavam ações militares. A mídia pediu a renúncia de Vargas, juntamente com a continuidade constitucional através da posse do vice-presidente.

7 CONTEXTUALIZANDO O ACONTECIMENTO: O ATENTADO DA RUA TONELERO

Ao abordar o crime da Rua Tonelero, é importante destacar um elemento conceitual da Análise do Discurso: as condições de produção.

Segundo Orlandi (1999), podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico-ideológico.

É através da cena discursiva apresentada que se desencadeiam elementos que auxiliaram a proposta deste trabalho. Com o apoio das CP, é possível determinar FDs e FIs, posições- sujeito e elementos da história que serviram de apoio interpretativo para o trabalho.

Para Courtine

Se a noção de condições de produção, incorpora um “vetor de formações imaginárias” constitui um quadro geral para definição das CP do discurso (ou de qualquer discurso), parece-nos necessário distingui-la das CO de um discurso ou de vários discursos particulares, como estas podem encontrar-se definidas em um trabalho de AD. (2009, p. 50)

Courtine ainda aponta que a noção de CP do discurso evidencia um conteúdo empírico e heterogêneo simultâneo. A partir dessa elucidação, destacamos na cena de análise os diferentes saberes e contradições que se depreendem da CP. O autor demonstra que, inclusive, devemos relacionar as CP à questão da contradição, existente no interior de toda formação discursiva.

As CPs funcionam de acordo com as sequências discursivas que fazem parte do *corpus* discursivo funcionando como um filtro que agirá em determinadas extrações de um campo discursivo determinado de um “universal de discurso”, extração ou isolamento de sequências discursivas determinadas, uma vez delimitando o campo discursivo de referência. (COURTINE, 2009)

Daí a importância desse conceito para a análise do trabalho, pois é a partir dela que pretendemos remontar a situação tanto do atentado quanto do panorama social da época. As reflexões com base nesse conceito auxilia a análise dos enunciados proferidos durante o período do atentado a Lacerda ao suicídio de Vargas.

7.1 ATENTADO DA RUA TONELERO

Definitivamente, de todos os contrários ao governo de Getúlio Vargas o mais radical era Carlos Lacerda. O jovem jornalista lançara o nome de Luís Carlos Prestes para a presidência da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Com o passar do tempo, não apenas se distanciou dos comunistas e se aproximou dos militares: o jornalista tornou-se inimigo do comunismo. Tendo seu jornal como principal arma, Lacerda desferia os mais violentos ataques a Vargas. No início da década de 1950 o jornalista tem espaço na Rádio Globo, que serviu de entrada para a TV Tupi. Com o apoio dos dois maiores aparelhos midiáticos da época, Carlos Lacerda exigia incessantemente a renúncia de Getúlio Vargas e apelava ao exército para que eles “reestabelecessem a democracia no Brasil”. Como consequência dos dizeres de Lacerda surge, no âmbito getulista, a convicção de que era preciso silenciá-lo. O chefe da guarda presidencial, Gregório Fortunato – leal servidor de Getúlio por mais de 30 anos -, decidiu então conspirar o assassinato de Lacerda.

Foi durante a madrugada do dia 5 de agosto de 1954, que ocorreu o crime da Rua Tonelero, no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro, episódio que mudaria a história do país.

Lacerda era constantemente ameaçado é através desse pressuposto que tenta se justificar a presença de oficiais da Aeronáutica para garantir sua segurança durante seus comícios e aparições. E foi na volta de um desses eventos que ocorreu o atentado. Quando Lacerda chega à sua casa na Rua Tonelero, ao lado de seu "segurança do dia", o major Rubens Vaz e seu filho Sérgio, são surpreendidos pelo ímpeto de um homem armado que tenta acertar o jornalista. O major, desarmado, toma a frente de Lacerda, entra em luta corporal com o criminoso e leva um tiro mortal no peito.

Durante a luta, Lacerda coloca seu filho a salvo na garagem do prédio, e volta para a rua, ao chegar na cena do crime, Lacerda percebe um carro em disparada e o major já morto no chão.

O guarda municipal Sávio Romero, que ouvira os disparos e fora verificar o que estava acontecendo, também foi atingido pelo fugitivo, que entrou num táxi. Mesmo caído, o vigilante conseguiu atirar contra o carro e anotar sua placa. No dia seguinte, o jornalista publicou em seu editorial no Tribuna da Imprensa a emboscada que sofreu. Getúlio Vargas, seu opositor, foi responsabilizado como único mandante do atentado.

O Jornal Correio da Manhã estampava em sua capa duas fotos de Lacerda. Numa delas aparecia amparado por amigos, no Hospital Miguel Couto, a caminho da sala de radiografia.

Na outra, já estava na mesa dos raios-X, com o pé esquerdo enfaixado. O texto relatava que o jornalista e deputado fora atingido por um tiro. Sérgio Lacerda, seu filho, escapara ileso. O major Rubens Florentino Vaz, um dos oficiais da Aeronáutica, que havia passado a escoltar o dono da *Tribuna da Imprensa* por medida de segurança, não teve sorte.



Figura 7: Fotos retiradas da Capa do Jornal Correio da Manhã do dia 6 de agosto de 1954.

Na cena do atentado, encontrava-se um jornalista esportivo, Armando Nogueira, do *Diário Carioca*. Armando morava na Tonelero e se encontrava a poucos metros da cena conversando com dois colegas de redação que lhe haviam dado carona.

A seguir o relato de Nogueira:⁹

“Eu vi o jornalista Carlos Lacerda desviar-se de seis tiros de revólver à porta de seu edifício, na Tonelero”, narrou Armando Nogueira, em um texto que precisou ser escrito às pressas, a tempo de sair na primeira edição do dia. “Carlos Lacerda acabara de se despedir de um amigo, na ocasião o Major Vaz, e já ia entrando em casa quando um homem magro, moreno, meia altura e trajando terno cinza surgiu por trás de um carro e, abaixado descarregou o revólver, quase à queima-roupa. Lacerda foi acertado no pé esquerdo; o major, atingido no peito morreu pouco depois”.

⁹ O relato completo de Nogueira está disponível no anexo deste trabalho.

Na manhã após o atentado, Lacerda criticava Getúlio Vargas dedicando exclusivamente a culpa do atentado no presidente, segundo Lacerda, “Um regime de corrupção e terror”, “Getulio é o responsável intelectual”, “O governo de Getúlio Vargas é, pois, além de imoral, ilegal. É um governo de banditismo e de loucura”. As críticas não apenas apareciam em seu jornal, Tribuna da Imprensa, como também se utilizavam de outros meios de comunicação como o rádio, através da rádio Globo, que dava espaço ao jornalista pelo programa “Fala a UDN” e a televisão, através da TV Tupi Lacerda ganha espaço para expor sua indignação a respeito do atentado. A imagem de repúdio social com atentado foi potencializada, e assim Lacerda usaria o jornal como porta voz desse movimento “anti-getulista” e passaria pedir abertamente a sua renúncia:

A Getúlio Vargas dirijo, de todo coração, um apelo supremo; presidente da república: renuncia para salvar a República. Getúlio Vargas: deixa o poder para que o teu país, que é o nosso país, possa respirar nos dias de paz que os teus lhe roubaram. Sai do poder, Getúlio Vargas, se queres ainda merecer algum respeito como criatura humana, já que perdeste o direito de ser acatado como chefe do governo. (Tribuna da Imprensa, 11 de agosto de 1954)

Ao tomar conhecimento do atentado, o presidente da República teria dito a seguinte frase ao ministro da justiça, Tancredo Neves, “Esse tiro que acertou o Major Vaz acertou-me também pelas costas”.

Enquanto cerca de quinhentas pessoas protestavam em frente ao palácio do governo exigindo a punição do assassino, Getúlio inquiriu o chefe de sua segurança pessoal. Questionou Gregório se algum membro da Guarda Presidencial estaria sob suspeita de envolvimento no crime, porém, quando inquirido, Gregório respondeu que não e que não havia qualquer tipo de relação.

A medida em que o caso era apurado, mais forte ficava a participação da guarda presidencial no atentado. O cerco se fechava para Gregório Fortunato o Chefe da guarda e Climério Euribes, integrante da polícia de Vargas.

Segundo Lira Neto, “os jornais puseram seus repórteres na rua e trataram de levantar a vida pregressa de Climério Euribes. Na foto publicada por todos os periódicos, o rosto coberto de cicatrizes dava um aspecto soturno ao suspeito”.

profissional. Seria somente um informante, um “secreta”, designado para seguir os passos de Lacerda e, depois, relatar a Climério onde e com quem o jornalista estivera. O objetivo, nesse caso seria devassar a vida do dono da Tribuna da Imprensa, a fim de elaborar um dossiê detalhado o suficiente para fazê-lo calar nas críticas ao presidente”.

Ainda na biografia *Getúlio*, de Lira Neto, o autor traz o relato de Alcino, que diz que:

Alcino relata em sua versão que ele recebera, pelo trabalho, uma licença de investigador de polícia e um salário fixo. Ele estava na Tonelero, na madrugada do atentado cumprindo apenas a ordem de observar os passos de Lacerda e aproximou-se do carro de Vaz apenas para anotar a placa. Porém ao se aproximar foi visto pelo major que desconfiou de sua atitude e tentou imobilizá-lo e nesse momento ouviu-se disparos na direção deles, onde uma dessas balas acertaria Vaz pelas costas ao mesmo tempo que Alcino sacara sua arma para desferir um tiro no peito do oficial. Depois disso, segundo seu relato, saiu correndo para não ser atingido pelos disparos, que continuavam vindo em sua direção. (2014, p. 314)

Aos relatos de Alcino cabe a seguinte reflexão: se a história do suspeito contada vinte anos mais tarde fosse verdadeira, de onde partiriam os primeiros disparos, enquanto Alcino e Vaz estavam em luta corporal? Podemos questionar se estaria presente à cena do atentado outro atirador, que jamais fora identificado? Ou seriam aqueles os tiros que Lacerda disse ter efetuado para revidar a agressão? Assim, poderíamos concluir que o tiro que acertou Vaz pelas costas partira da arma de Lacerda?

Armando Falcão, em seu livro de memórias intitulado *Tudo a declarar* (1989), expõe uma circunstância que não apareceu na época do atentado. Falcão encontra Lacerda no Miguel Couto com o pé enfaixado, e em seguida o levou de volta para casa em um táxi. Segundo falcão: “O jornalista teria explodido, em um surto de consciência”. “Acho que vou enlouquecer! Foi uma tragédia o que acaba de acontecer. Penso que fui eu quem matou Vaz”. “Dei uns tiros a esmo, já sem óculos, e tenho a impressão de que ele estava na minha frente.” (FALCÃO, 1989 *apud* LIRA NETO, 2014).

Mesmo com a inquietude de Lacerda, a perícia apurou que a arma que fez o disparo contra o major Vaz partiu de uma arma calibre 45 de uso restrito das Forças Armadas, mesmo arsenal utilizado pela guarda presidencial.

Assim, cabe outro questionamento: “Seria possível como parte da conspiração que o projétil da autópsia fosse trocado e assim incriminar Gregório para chegar a Getúlio?” Ou também, “Será que Lacerda realmente não teria acertado o major Vaz? Lacerda quando foi procurado para entregar sua arma, se negou a dá-la a perícia”.

Segundo o livro *Depoimento* de Carlos Lacerda, o delegado de Copacabana o procurou em seu apartamento para levar a arma que o jornalista portava no momento do atentado, porém sem sucesso, segundo o livro Lacerda teria dito: “Para que o senhor quer minha arma, querem me incriminar, já?” (1977, p. 102)

Da maneira que for, sob tortura ou não, Alcino assumiu a culpa assim que foi preso em 13 de agosto de 1954 e a sua versão passaria adiante como história oficial: Climério o contratara para cometer um crime contra Carlos Lacerda. Inquirido sobre o mandante intelectual do crime Alcino teria dito que nunca ficou bem claro, mas que segundo ele “Pelo que me disseram, era coisa do Dr. Lutero”,¹⁰ declarou sob julgamento no Galeão.

7.1.1 As investigações do Atentado

Ouvido pelos jornalistas após retornar ao ministério, Tancredo assegurou que todas as providências seriam tomadas para a completa e imediata elucidação do crime. Inicia-se uma grande instabilidade no Catete. Na medida em que se aproximava o lançamento das edições dos jornais que circulavam a tarde. No momento em que saíram, os periódicos traziam novas informações ao público. O motorista do automóvel, cuja placa foi anotada pelo vigilante, apresenta-se voluntariamente na delegacia, ainda na madrugada. Nelson Raimundo Correia, chofer de praça, relatou aos policiais que o seu carro trabalhava naquela noite na esquina do Palácio do Catete e que um homem desconhecido, que ele nunca havia visto antes naquele local, lhe solicitou uma corrida até Copacabana. Ao chegar nas imediações da residência de Lacerda, o passageiro saltou do veículo e solicitou que ele o aguardasse. Depois de poucos minutos, retornou ao táxi com uma arma na mão, calibre 45, e mandou que saísse do local o mais rápido.

A polícia não se convenceu do relato do motorista e um detalhe chamou a atenção dos investigadores. Como ele anteriormente tinha relatado, que trabalhava na esquina do Catete, mais precisamente, na rua Silveira Martins, os policiais resolveram mantê-lo na delegacia detido para novas averiguações.

Com o passar das investigações, as peças do quebra-cabeças foram indicando a participação de Gregório no crime, tornando-se o principal suspeito, junto com ele Climério

¹⁰ Carlos Heitor Cony, *op. Cit.*, p. 239; Lutero Vargas, *op. Cit.*, p. 327.

Euribes de Almeida¹¹, um dos membros da Guarda Pessoal. Com a proximidade de incriminar Climério e Gregório, Getúlio solicita a Gregório que chame ao Palácio Climério, porém o Anjo Negro, ao invés de cumprir a ordem de Vargas, arma a fuga de Climério e diz que não o encontrou.

O motorista Nelson Raimundo continuou recluso e na madrugada do dia 7 de agosto revelou mais detalhes. Ele teria contado que naquela noite levou duas pessoas, desmentindo o relato anterior de apenas um, porém afirmou reconhecer um dos transportados, era Climério Euribes de Almeida. Natural de São Borja, Climério foi integrante do batalhão provisório comandado por Benjamin Vargas, durante os combates na Revolução Paulista, assim como Fortunato, tenente da Guarda Presidencial.

Com o término da Guarda Presidencial, Gregório Fortunato fica preso no Galeão. Os militares tentam a qualquer custo que ele entregue o nome de Getúlio como mandante do atentado, porém sem sucesso. No entanto, no dia 15 de agosto de 1954, Carlos Lacerda recebe um pedido de dentro do Galeão. O pedido era que se fizesse uma edição falsa do Tribuna da Imprensa¹². Nesta edição, constaria que Benjamin Vargas, o irmão de Getúlio, teria fugido para o Uruguai.



Figura 9: Reportagem sobre o irmão de Getúlio Vargas

A notícia motivou Gregório a falar que o crime era uma armação, que ele apenas acompanhava os passos de Lacerda para se fazer visível numa tentativa de amedrontá-lo. Mesmo com esse relato, Gregório não entrega o nome de nenhum membro a família Vargas, absorvendo a culpa que o mantém preso no Galeão.

¹¹Foi convidado por Gregório Fortunato para integrar a guarda pessoal do presidente Vargas. Foi então nomeado investigador de polícia e, posteriormente, entrou para o Departamento Federal de Segurança Pública. Com a deposição de Vargas (29/10/1945), foi dispensado de suas funções.

¹²Não foi encontrada a edição desse jornal nos acervos pesquisados. A suspeita é de que só existisse uma cópia e não se sabe o paradeiro da mesma.

¹³Imagem retirada do filme *Getúlio* (2014)

O crime da rua Tonelero foi julgado apenas em 1956, dois anos mais tarde, e teve como condenações a de Alcino João do Nascimento (33 anos de prisão), com pena depois reduzida. Cumpriu 23 anos e sobreviveu a duas tentativas de assassinato. Gregório Fortunato foi condenado a 25 anos, vindo a ser assassinado na prisão, assim como Climério, condenado a 33 anos. José Antônio Soares foi condenado a 26 anos. Nelson Raimundo, a 11 anos.

Alguns questionamentos ainda podem ser levantados a respeito deste fato. Por mais que Carlos Lacerda fosse declaradamente “anti-Vargas”, o inimigo n.º 1 do “Mar de lama” daquele governo, a presença de um Major se faz no mínimo estranha. Coincidência ou não, dez anos mais tarde, através das forças armadas, com investimento financeiro e ideológico dos Estados Unidos, implanta-se no Brasil a Ditadura Militar, que durou 21 anos.

Outra interrogação pode ser levantada nesse caso. Ou seja: de quem partiu o tiro que matou Ruben Vaz? Segundo Armando Falcão, em seu livro de memórias, “Tudo a Declarar”, de 1989, na manhã seguinte ao ocorrido, Lacerda o encontra muito nervoso, e diz que poderia ter sido o autor do disparo fatal que matara o major que fazia sua segurança.

Em seu livro autobiográfico, intitulado “Depoimento”, Lacerda diz que se negou a entregar sua arma para ser periciada. Dessa forma, levanta-se mais um questionamento: por que o delegado, com toda sua autoridade, não exigiu a arma e fez a perícia? O que estaria por trás desta negação, e quais seriam os efeitos, caso esse fato fosse averiguado de maneira diferente? Para qual lado pesaria mais na balança dos interesses? De um lado havia a suposta culpa, e, de outro, uma possível derrubada de poder.

Ainda explorando os estranhamentos do fato, por ocasião do atentado da Rua Tonelero, Lacerda levava um tiro no pé de uma arma calibre 45, porém, uma arma deste porte causa um estrago muito grande. Segundo a história, Carlos Lacerda teria sido alvejado no pé, protegido seu filho, dado à volta (ferido) em sua garagem, subido uma escada, e sacado sua arma, para aí sim, revidar os tiros. Podemos nos questionar se uma pessoa ferida com uma arma calibre 45 poderia percorrer todo o itinerário descrito? Até poderia. Mas o prontuário do Hospital Miguel Couto, onde Lacerda deu entrada, misteriosamente desapareceu, deixando mais uma das inúmeras lacunas que são expostas a inúmeros questionamentos.

7.2 PRELIMINARES SOBRE LACERDA

Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1914. No final dos anos 20, iniciou sua carreira jornalística, publicando artigos para o jornal Diário de Notícias. cursou Direito de 1932 a 1934 na UFRJ.

Lacerda foi membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que foi fundada em 1935 com o estilo de "frente popular", extinta por Vargas dois anos depois. Essa agremiação tinha como foco a mobilização das massas, propunha a luta contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio.

Em de 1937, com o fechamento do Congresso Nacional e a extinção de todos os partidos políticos no país, é instaurado o Estado Novo. A partir de 1938, Lacerda dedicou-se às atividades jornalísticas. Seu rompimento com o partido comunista ocorreu em 1939. Durante o período de redemocratização do país com a renúncia de Vargas 1945, Lacerda torna-se “freelancer” e inicia sua carreira de jornalista no jornal Correio da Manhã, onde criou, mais tarde, a seção denominada "Na tribuna da Imprensa".

Em 1947, candidata-se a vereador e é eleito pelo Rio de Janeiro através da União Democrática Nacional (UDN). Em 1949 termina suas atividades no jornal Correio da Manhã. Porém, manteve usufruto do título, Tribuna da Imprensa, de sua coluna e, então se utiliza desta para lançar seu próprio jornal, batizando-o esse nome. Assim, em dezembro de 1949, fundou um jornal que na sua visão, representava a UDN, e fazia oposição a figura de Getúlio Vargas.

Após Vargas renunciar o poder, em outubro de 1945, O ex-presidente lança-se a candidatura a senador em dezembro e é eleito, porém a UDN iniciaria uma campanha ferrenha através da imprensa contra a diplomação de Getúlio Vargas. Esta seria a proposta da “maioria absoluta”. Lacerda publicou a proposta udenista em seu jornal ao defender uma nova eleição entre Vargas e o Brigadeiro Eduardo Gomes, segundo vice-líder eleições. Segundo Otavio Dulce (1989, p 102) “Simultaneamente, a imprensa anti-populista, em coro com os membros mais impetuosos da UDN, dava curso a uma campanha cerrada contra Vargas, acusando-o de pretender reconstituir a ditadura de que fora deposto”. Em suas memórias, Lacerda voltaria ao assunto da “maioria absoluta”, a descrença na Constituição de 46, e o conflito com os “bacharéis” da UDN. Segundo o livro *Depoimento* de Lacerda:

Defendi a tese de que é preciso: primeiro, reformar a legislação eleitoral; segundo, desmontar a máquina da ditadura; depois, convocar as eleições. Convocar eleições em cima disso é apenas coonestar a volta da ditadura com o voto popular. Coisa que se deu depois com o Perón. Mas explicar isso aos juristas da UDN era coisa inviável, porque eles tinham do direito uma concepção puramente estática, isto é, eram incapazes de conceber um "direito político", isto é um direito dinâmico. Para eles aquilo era sagrado. Não, agora é voto, então é voto". Depois tentavam inventar fórmulas. Depois que perdiam eleição, diziam para a gente assim: "Vamos fazer uma campanha pela maioria absoluta. Só quem ganhar com maioria absoluta é que ganha". Eu reclamei: "Agora, depois da eleição? Eu vou defender. Mas é uma tese estúpida e perdida de antemão. Então o sujeito já ganhou e você muda a regra do jogo depois do jogo? Como é?" Era tudo inviável. Quem ia resistir a uma vitória daquelas? (1977, p 102)

Em 1953, Lacerda torna-se membro e fundador do “Clube da Lanterna”¹⁴, agregando diversos membros parlamentares (de maioria udenistas), militares e intelectuais contrários ao governo Vargas. Em 1954, a situação política se agravou quando, na madrugada do dia 5 de agosto, acontece o crime da rua Tonelero que tem como desfecho a morte de um Major da aeronáutica, integrante de um grupo de oficiais que serviam de proteção a Lacerda, que teve apenas um ferimento no pé, conforme já exposto..

No dia 12 de agosto, Lacerda publicou em seu jornal um manifesto convocando as forças armadas a tomarem providências no sentido de ordenarem a renúncia de Vargas, afirmando categoricamente o envolvimento do presidente, através de sua guarda pessoal, na execução do plano de atentar contra a vida do jornalista. "Perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime. Este homem chama-se Getúlio Vargas". Carlos Lacerda, 12 de agosto de 1954 – Tribuna da Imprensa.

No dia 22 de agosto, a exigência da renúncia de Vargas começou a se espalhar entre os militares. Ilhado politicamente e com o presságio de ser deposto, Vargas suicidou-se no dia 24 de agosto no Palácio do Catete.

7.2.1 Versão de Lacerda acerca do acontecimento¹⁵

Lacerda narra o fato, referindo-se inicialmente a palestra que proferiu no pátio do colégio São José no Rio de Janeiro. Alega que inicialmente um oficial nomeado como Borges deveria estar com ele, porém o escolhido para aquela noite foi o Major Rubens Vaz. Os presentes naquela noite então eram: Lacerda, seu filho Sérgio e o Major Vaz.

¹⁴Organização civil fundada em 28 de agosto de 1953, no Rio de Janeiro (então Distrito Federal) pelo jornalista Carlos Lacerda para combater o governo do presidente Getúlio Vargas.

¹⁵ Versão retirada do livro *Depoimento* de Carlos Lacerda

O livro de memórias de Lacerda, “Depoimento” (1977), relata que o atentado estaria programado para acontecer na saída do colégio, mas muitos alunos ficaram em volta do palestrante, impedindo que o crime fosse ali cometido. Então, após muita conversa e autógrafos, os três se dirigem ao apartamento localizado na Rua Tonelero.

Ao parar o carro, Rubens Vaz e Lacerda ficaram a conversar na calçada. O major aconselhava o jornalista a moderar os seus discursos, pois ele estava muito exaltado nas críticas ao governo, e isso poderia lhe prejudicar.

Nesse instante, Lacerda, que durante a conversa não encontrava a chave de sua casa, vai até uma entrada alternativa de seu edifício, para destrancar a porta principal, e, ao voltar, percebe um homem mulato, de chapéu desabado, a uma distância de três metros do carro. Quando Lacerda se dá conta, o tal homem abre o paletó, saca uma arma, e começa a atirar.

Lacerda também portava um revólver, a mesma arma que mais tarde ele se negaria a entregar. Durante uma tentativa de se soltar do filho, Lacerda sente uma dor no pé esquerdo, ao olhar, vê o sangue, e percebe que foi atingido. Nesse momento, perde o Major Vaz de vista.

Mais tarde, o inquérito apurou que Vaz havia avançado no sujeito, que atirara primeiro. Esse fato foi corroborado pelo atirador de nome Alcino, considerado assassino profissional pela polícia.

Até hoje esse fato não ficou bem esclarecido. A versão oficial é de que apenas um assassino havia no local. Porém, ficou insinuado no inquérito, que outra pessoa estava no local para fiscalizar a operação, e posteriormente matar o assassino, destruindo, com isso, qualquer possibilidade de provas quanto à autoria e a origem do crime.

Após o atentado, Lacerda e Vaz (já morto) foram levados até o hospital. Vaz fora conduzido a capela, Lacerda, a uma sala de cirurgia. Estranhamente, após o ocorrido, ele sai com o pé engessado e carregado por policiais. Muitos contestam que um ferimento a bala não poderia ter como curativo o gesso, tratamento que inclusive prejudicaria a cicatrização. Mas, para estranheza, o prontuário do hospital Miguel Couto, sumiu e não se tem registro nem da entrada de Lacerda e nem de Vaz.



Figura 10: Lacerda carregado pelos policiais

Fonte: Imagem retirada do blog. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-atentado-que-nao-houve-a-carlos-lacerda-por-raul-varassin/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

Lacerda, foi liberado na mesma madrugada, e, já em casa, recebe o delegado responsável pelo inquérito. Inicialmente, foi questionado se naquela noite houvera discutido com o major. Em seguida, foi-lhe solicitada a arma. Lacerda, entretanto, nega-se a entregá-la com receio de que o delegado quisesse incriminá-lo a partir de uma construção de fatos que o levariam a acertar Vaz.

Um amigo de Lacerda, também ligado a aeronáutica, Aduino, solicita ao Brigadeiro Eduardo Gomes um inquérito policial-militar, uma vez que a arma calibre 45 era uma arma de uso restrito. O Brigadeiro aceita a ideia. Instaura-se, então, a chamada República do Galeão.

A partir de agora as investigações passaram a ser de responsabilidade da Aeronáutica. Começaram as investigações, a partir do chofer de praça, que se entregou a polícia na manhã seguinte. O motorista disse que fazia ponto na Rua do Palácio do Catete.

Durante as primeiras investigações, Lacerda aos poucos começa a participar, estranhamente, sem restrição da República do Galeão, e junto com seus advogados, requer a presença de Gregório Fortunato.

Nunca foi descoberto um autor intelectual do atentado; as investigações pararam em Gregório. Interrogado pelas forças armadas e por Lacerda, os questionadores queriam que Fortunato citasse Getúlio ou algum familiar que pudesse vir a ser o mandante do atentado, porém o Anjo Negro se portara de forma leal, e absorve a culpa, não relatando ninguém da família Vargas e nem o presidente.

Ainda segundo o livro *Depoimento*, Lacerda apresenta uma teoria que não pode provar, mas que ele, como foco do atentado, se dá o direito de pensar. Ou seja, de que houvera um mentor intelectual do crime, que não era Fortunato, mas possivelmente Benjamin Vargas, irmão de Getúlio. Por isso, ele foi intimado a depor no Galeão. Todavia, nada se apurou contra Benjamim.

Para Lacerda, a conspiração teria sido provocada por Bejo Vargas, sabendo disso, teria se sentido traído pela família. Agora, não era apenas o chefe da guarda o suspeito, mas também um irmão.

Segundo Lira Neto, um dos ajudantes de ordens do palácio, major José Henrique Accioly, tem a incumbência de localizar por telefone o irmão do presidente, Benjamin Vargas, que se encontrava em Petrópolis. O recado era que Getúlio queria se encontrar com Bejo para falar a respeito de Climério. Porém ao saber da missão, “Gregório Fortunato chamou um motorista do palácio e, sem avisar nada a ninguém, disparou rumo à cidade serrana, com o objetivo de encontrar Benjamin no meio do caminho. Estacionou e ficou esperando que o automóvel de Bejo chegasse até o local. Os dois veículos pararam no acostamento. A conversa entre Gregório e Benjamin Vargas teria duas versões distintas. Na primeira, exposta por Bejo durante o inquérito que apurou a morte de Vaz, Gregório teria se queixado das desconfianças de que vinha sendo alvo – e da forma áspera como estaria sendo tratado por todos no palácio, inclusive por Getúlio, a quem sempre fora tão devotado. Na segunda, incluía no relatório do inquérito pelo coronel José Adil de Oliveira, o chefe da guarda pessoal teria desmoronado emocionalmente e confessado que ele próprio mandara matar Lacerda” (2014, p. 303).

O fato é que nunca se chegou ao nome de um mandante intelectual do atentado, as investigações estacionaram em Gregório, o que se tem de exato em relação ao atentado é que a bala que deveria “silenciar” Lacerda acabou tirando a vida do Major Vaz que se oferecera para segurança pessoal do jornalista. A outra grande vítima do infeliz atentado acabaria sendo o próprio presidente.

8 TRAÇANDO O CAMINHO DO CAUDILHO

Getúlio Dorneles Vargas é natural de São Borja, no Rio Grande do Sul. Nasceu no dia 19 de abril de 1882. Foi o Presidente da República que mais tempo ficou no cargo, governou de 1930 até 1945 e de 1950 a 1954. Utilizou certas práticas de alterações políticas e revolucionárias, que fizeram o Brasil alavancar, e ser um dos principais países da América Latina.

Segundo Lira Neto (2012), Getúlio Vargas era desde cedo, era fascinado pela carreira militar. Logo aos seus dezesseis anos, “burlou” o seu documento de identidade, para se alistar antes do previsto no Exército. Em seguida, entrou na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Durante o período acadêmico, Getúlio iniciou seu trajeto político. Em 1909, foi eleito deputado estadual e reeleito em 1913. Entre 1922 e 1926 ocupou uma cadeira na câmara federal.

Na década de vinte, Getúlio torna-se Ministro da Fazenda, sob a nomeação do então presidente Washington Luiz. Vargas fica até 1928 no cargo, ano em que se torna Governador do Rio Grande do Sul. Em 1930 concorreu à presidência do Brasil pelo Partido da Aliança Liberal, porém sem sucesso.

Segundo Vianna “O início da luta pela sucessão presidencial se deu a 5 de agosto de 1929, na Câmara dos Deputados. Três Estados – além de Minas e Rio Grande, a Paraíba, governada por João Pessoa – Constituíram, junto com as oposições dos demais 17 Estados, a Aliança Liberal, coligação pluripartidária, cujo manifesto de lançamento veio a público no Rio. A 20 de setembro, uma convenção proclamou solenemente as candidaturas da ALN, para o pleito a realizar-se no dia 1º de março de 1930: Getúlio Vargas presidente e João Pessoa para vice (1974, p 77).

Na ocasião, derrotado por Júlio Prestes, Vargas protagoniza um golpe de Estado com auxílio dos militares. Então, a partir de 1930, passa a governar o país através de decretos, até o ano de 1934, ocasião em que foi eleito presidente constitucional através do voto do Congresso. Em 1937, designa de Estado Novo o seu governo, que representa um “Estado de Exceção”, pois o Parlamento foi dissolvido, e as organizações políticas proibidas.

Nesse tempo, Vargas atrelou o poder dos estados ao governo central. Deu voz tanto aos latifundiários quanto às classes média e baixa. Colocou o Brasil no âmbito dos negócios, competindo com o capital privado. Criou as Leis trabalhistas, nacionalizou recursos e minérios, e modernizou a indústria brasileira.

Durante a II Guerra Mundial, o Brasil estreitou as relações diplomáticas e comerciais com Estados Unidos, e isso levou o Brasil a se juntar aos aliados naquele conflito. Com essa aliança, Vargas começa a ser questionado pela oposição que acabara levantando o seguinte pressuposto: Por que Vargas luta contra um sistema na Europa que é igual ao seu no Brasil? Com isso, Vargas renuncia o cargo. O novo presidente passa a ser Eurico Gaspar Dutra, um antigo aliado de Vargas, que assume até as próximas eleições.

Em 1930 Vargas foi às eleições para votar em si, aquele voto duraria mais de uma década, pois a partir de sua eleição Getúlio iria proferir um golpe, chamaria de Governo Provisório, governaria por decretos até 1937, quando deveriam ocorrer as eleições diretas como ele mesmo prometeu, porém Vargas dá mais um golpe, centraliza o poder e governa até sua renúncia em 1954.

Em 1933 Getúlio convoca a Assembleia, na ocasião, anuncia a nova Carta Magna, chamada de “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”. Nela, constavam diretrizes revolucionárias para época, como o direito do voto secreto, o ensino primário obrigatório, o voto das mulheres e diversas leis trabalhistas. As novas leis colocam um fim à República Velha, período que era conhecido pelo controle eleitoral de coronéis e donos de grandes propriedades rurais. A nova constituição defendeu também que, após sua publicação, o primeiro presidente seria eleito de forma indireta pela Assembleia Constituinte. Não surpreendentemente, Getúlio Vargas foi o eleito. “Em 15 de novembro de 1933, os 254 deputados começaram a trabalhar na nova constituição. Menos de um ano depois, 16 de julho de 1934, a nova Carta era promulgada” (BUENO, 2013, p 349).

Durante este período, duas vertentes políticas começaram a influenciar a sociedade. De um lado, os direitistas da Aliança Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, que planejava um Estado totalitário. Do outro, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que se inspirava no regime soviético. O aliancismo, responsável pela intentona comunista, teve como referências Luiz Carlos Prestes e Olga Benário. Para os adeptos do comunismo, Vargas era um grande problema para o país.

Esses partidos tinham caráter nacional, diferentemente das agremiações que predominaram durante a República Velha, que geralmente representavam apenas São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, etc.

Getúlio retorna ao poder em 1951. Durante sua campanha, ele não teve apoio da imprensa, limitando-se a fazer campanha através de caminhões e de panfletos. A imprensa, na ocasião, optou por atacar Getúlio sob o viés do desenvolvimento econômico e social, uma vez que não tinha poder para atacar a sua imagem que era positiva com a população. Essa

campanha negativa surgia da imagem que ele tinha entre intelectuais e jornalistas. Em virtude do Estado Novo, muitos o denominavam de Ditador e Tirano. Tais membros da sociedade tinham como principal justificativa o seu mandato durante a década de 30, governo que proibiu os meios de comunicação de circularem de maneira livre. O tempo de Vargas no poder durou quinze anos. Após esse período, ele se retirou da política, exilando-se em sua propriedade rural. A invasão à Itália, com os “pracinhas”, que eclodiu como uma contradição no Brasil, pesou na decisão de Vargas.

Após o “autoexílio”, em 1949, Getúlio Vargas decide concorrer à presidência da República e, depois de uma campanha de apenas 53 dias, obteve 48,7% do eleitorado, enquanto o segundo colocado, Brigadeiro Eduardo Gomes, atingiu apenas 29,6% dos votos.

Vargas foi eleito com importantes propostas: os programas de reforma social, que visavam à autonomia econômica do país, e a criação da Vale do Rio Doce de Mineração, da Fábrica Nacional de Motores, e a dinamização da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Nas questões sociais, através do Nacionalismo e do Trabalhismo, ele se propunha intensificar o que foi proposto durante o ano de 1930, fazendo com que as leis atingissem os trabalhadores rurais, até então sem nenhum tipo de benefício junto ao governo.

No ano de 1951, através do PTB, Getúlio Vargas retorna “nos braços do povo”, à presidência da República pelo voto popular mercê do apoio e do prestígio criados ao longo de décadas. Nos últimos momentos de seu governo, porém, as pressões de grupos opositoristas vinculados a mídia e aos militares desencadearam uma grave crise política que o levou ao suicídio.

Sendo apenas a segunda eleição presidencial após o fim do Estado Novo, as Eleições de 1950 revelavam o quadro de uma democracia que caminhava muito vagarosamente. Durante seu primeiro governo, Getúlio Vargas havia feito com que os partidos políticos, os sindicatos e a renovação das lideranças políticas se perdessem força, porém é esse contexto que Vargas estabelece a imagem de líder carismático e defensor do povo.

No início de 1950, os partidos políticos tinham escassas opções para a escolha de um nome que pudesse concorrer às eleições com possibilidade de vitória. O Partido Social Democrata, ao qual o presidente Dutra era filiado, apresentou o desconhecido mineiro Cristiano Machado. Por outro lado, a União Democrática Nacional representava ainda mais a ausência de líderes ao lançar novamente a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes.

Assim sendo, estava formada as condições ideias para que Getúlio Vargas retornasse ao cenário político. Representando a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, Vargas faz sua campanha valendo-se do apoio das lideranças populares e sindicais. Ao mesmo tempo,

conseguia atrair os líderes do PSD e, assim, também buscar os votos que representavam os pequenos centros urbanos.

Em 1951, Vargas compôs o monopólio estatal sobre o petróleo, a partir de uma ação nacionalista, com grande apoio. Denominou-se assim a campanha de "O petróleo é nosso", que resultou no apoio popular. A partir dessa investida, com apoio de multinacionais estadunidenses, criou-se a Petrobrás, que monopolizou as atividades de exploração e refino das reservas de petróleo encontrado em território brasileiro.

No entanto, essa personagem histórica controvertida preferiu matar-se a ser deposta em circunstâncias humilhantes, em 1954, o que lhe realça a estatura e obriga respeito às suas convicções. Não são muitas as figuras públicas dispostas a morrer pelas ideias que dizem representar. Identificado com a criação das leis trabalhistas no Brasil e fundador, mais tarde, do PTB, fundou também o PSD, onde agrupou homens que não poderiam ser chamados de defensores intransigentes dos interesses das classes trabalhadoras. Abrindo o país ao capital estrangeiro, em muitos setores da economia nacional, conseguiu ao mesmo tempo ser o patrono não apenas do nacionalismo lúcido, como no caso do petróleo, mas igualmente de correntes extremadas do nacionalismo xenófobo.

A rigor, seria possível apontar Vargas como uma dessas personalidades "líquidas"¹⁶, que cedem às pressões e às circunstâncias. No entanto, Vargas mais absorvia as pressões do que se submetia a elas, mostrando não somente grande capacidade de sobrevivência política, mas também grande cuidado em preservar sua identidade, a despeito das constantes oscilações de linha política.

Seja como for, com a chegada de Getúlio ao poder, através da Revolução de 30, da qual era o chefe ostensivo mais por força do cargo que então ocupava, como Presidente do Rio Grande do Sul, do que por sua militância revolucionária, inicia-se para o Brasil uma nova era. Getúlio Vargas foi um divisor de águas, sendo perfeitamente aceitável dividir a história nacional em antes e depois de Vargas. Essa posição, façam-se os juízos que se fizerem, nada abalará a sua imagem construída ao longo da história, tanto para o bem quanto para o mal, ou para ambos.

¹⁵O conceito de modernidade líquida refere-se ao conjunto de relações e dinâmicas que se apresentam em nosso meio contemporâneo e que se diferenciam das que se estabeleceram no que Bauman chama de "modernidade sólida" pela sua fluidez e volatilidade.

8.1 SUICÍDIO DE VARGAS: O FIM DE UMA ERA

O dia 24 de agosto foi sem dúvida o dia mais catastrófico da história do Brasil para pelo menos três gerações, (1930, 40 e 50). Na madrugada daquele dia, o presidente se suicidou com um tiro no coração. A morte de Vargas estende-se à nação, seus aliados e inimigos. Ao longo de quase vinte e cinco anos no poder, Getúlio foi a principal figura do país. Naquele momento como ele mesmo previu na Carta-testamento que escreveu: “saía da vida para entrar para história”.

O presidente que se suicidara certamente não era o soldado da revolução de 30, tampouco o ditador ferrenho de características fascistas de 37. Quem deixava a vida naquele momento era o presidente que voltou nos braços do povo, o pai dos pobres, o escudo dos trabalhadores, o brasileiro efusivo. Aquele tiro desencadeava a imagem de um homem que decidiu abrir mão de sua vida para impedir o avanço da ideologia dos conservadores. Era o presidente que se sacrificava em nome do que o país tinha de melhor.

O haraquiri¹⁷ cometido por Getúlio Vargas estremeceria seriamente seus admiradores, que se sentiram desprotegidos, mas por outro lado devastaria profundamente aqueles que conspiravam contra ele. As forças armadas, Carlos Lacerda e o integralista Olímpio Mourão, juntamente com a mídia que os apoiava, deveriam esperar por mais uma década para agirem em função do golpe que esquematizavam. Os efeitos do suicídio na população foram tão grandes que tal conspiração em curso necessitou fazer uma pausa por dez anos. Em vida Getúlio governou por quase vinte anos os rumos da nação. Após seu suicídio, torna-se um espectro e inicia sua influência na política até os dias atuais.

A forte pressão que Vargas e governo vinham sofrendo, encabeçada pelos udenistas liderados por Carlos Lacerda não era novidade no panorama político da época. Os contrários a Vargas, que estavam desde seu primeiro governo fazendo ferrenha oposição, tiveram como trunfo o episódio da Rua Tonelero; uma chance ímpar de lutar pela renúncia do presidente. O atentado que visou Lacerda, e vitimou o major-aviador Rubens Vaz, foi instantaneamente associado ao governo, mais diretamente, ligado ao presidente. Mais uma vez Lacerda, agora porta-voz de ideais conservadores, usou como palanque seu jornal, Tribuna da Imprensa, para disparar críticas ao governo e declarando: "Perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime. Este homem chama-se Getúlio Vargas". Era o início do fim.

¹⁷ Conhecido como *seppuku*, prática atrelada à cultura japonesa, era executado na tranquilidade do castelo ou da residência do nobre guerreiro (samurai). Era um ritual de suicídio bastante elaborado e que evocava a enorme racionalidade do ato.

Os 19 dias que separaram o atentado e o suicídio do presidente foram caracterizados por um intenso jogo político. As forças armadas, ligadas à Aeronáutica, posicionaram-se contra o governo, enquanto a oposição, no Parlamento brasileiro, corroborava com a ideia de afastar Getúlio da presidência. Nesse cenário, deram o primeiro passo para derrotar Vargas e pode-se dizer que com um erro do governo. Logo no início das investigações do crime da Tonelero, ficou evidente o envolvimento de membros do Palácio do Catete. A cada dia, mais se descobria sobre esse envolvimento, que chegou ao chefe da guarda pessoal do presidente, que era comandada por Gregório Fortunato. Agora nada mais falta à oposição. A renúncia passou a ser imposta de forma ferrenha, mas Getúlio Vargas parecia ganhar tempo em busca de uma solução que lhe fosse favorável.

Alcino João do Nascimento, o assassino confesso de Vaz, fez novas acusações que conduziam a figura do presidente: as novas evidências levavam a crer que teria havido envolvimento de familiares seus. Ao mesmo tempo a oposição ocupa a tribuna da Câmara para exigir a renúncia. Afonso Arinos, líder da bancada udenista, em um de seus discursos, solicita a Vargas que "tenha a coragem de perceber que seu governo é hoje um estuário de lama e um estuário de sangue".

Neste cenário de crise os militares propõem através de Café Filho uma dupla renúncia. Café procura Getúlio e faz a proposta. Caso Vargas aceite, ambos sairiam do poder, porém Café Filho por estar ao lado dos militares, não teria problemas políticos, Já Getúlio seria encaminhado diretamente ao Galeão para depor.

Para Vianna, esse encontro ocorre no dia 21 de agosto, três dias antes do suicídio e Getúlio teria respondido a proposta de Café Filho: "Não renunciarei de forma alguma. Daqui só sairei morto". Mais tarde Vargas explicaria para Tancredo Neves: "O problema de deixar ou não o governo parece-me secundário. A questão é deixá-lo com honra. Não posso sair enxovalhado, com essa pecha de condescendente com o roubo e o homicídio". (1974, p 174)

Finalmente, é preso Climério Euribes de Almeida, o último envolvido no atentado, que culpa Gregório de tê-lo acordado para matar Carlos Lacerda. As novas denúncias de que um dos filhos do presidente mantinha negócios com o chefe da guarda desestabilizam a delicada sustentação política do governo.

Três dias antes do trágico final, o Exército entra no Rio de Janeiro, e a Aeronáutica e a Marinha declaram "estado de alerta". Pois mais uma vez, Vargas diz categoricamente que não renunciará.

A dois dias do suicídio, os militares ordenam a renúncia e, novamente, Vargas não a aceita. Ao ouvir a proposta, Vargas teria dito "daqui só saio morto". Na véspera de suicidar-

se, surge pelas forças armadas um documento assinado por generais apoiando a decisão de uma intervenção militar na investida de exigir a renúncia de Vargas. Ao tomar conhecimento de tal documento, que ficou marcado na história como Manifesto dos Generais, Vargas declara mais uma vez que não renunciará.

Na noite que antecede o suicídio, sem saída para uma investida, Vargas se reúne com o ministério para medir a real situação, que naquele período, está em um estado muito grave. Ouvidos os seus aliados, Vargas aceita afastar-se até que o IPM estivesse concluído. Naquela madrugada do dia 23 para 24 de agosto, o país tomou conhecimento da decisão do presidente. Poucas horas separaram este comunicado da notícia que Vargas recebeu, de que os generais não aceitavam a solução da licença. Ou renunciava ou seria deposto.

O cerco se fecha, e mais uma vez Vargas declara que não renunciará. No dia 24 de agosto, Getúlio Vargas, no comando do Brasil por 24 anos, com uma carta-testamento e um tiro no coração, cumpre com o que teria prometido durante a crise: "Se me quiserem depor, só encontrarão o meu cadáver".

O suicídio de Getúlio Vargas evitou um golpe militar que pretendia depô-lo. O almejado golpe tornou-se dispensável, pois Café Filho, um conservador assumiu a presidência. O suicídio de Getúlio fez com que se apagasse a imagem de corrupto criado pela imprensa, naquele momento o presidente tornara-se vítima e a conspiração que o perseguia muda de lado, evidenciando que os verdadeiros conspiradores são seus inimigos, Getúlio passa a ser vítima das circunstâncias, tornando-se um mártir, garantindo a popularidade do trabalhismo, do PTB e de sua família, uma vez membros foram colocados sob suspeita tanto de corrupção quanto de participação no atentado à Lacerda. Além disso, consegue blindar as investigações de irregularidades de seu governo que Café Filho pretendia fazer.

A atmosfera de comoção provocada pela morte de Getúlio teria auxiliado a vitória de Juscelino Kubitschek e João Goulart nas eleições de 1955, vencendo a UDN, adversária de Getúlio. JK e Jango devem ser encarados como "herdeiros políticos" de Getúlio.

Como último trunfo, Vargas, para garantir a vitória sobre seus adversários, deixa a carta-testamento, em que teve o cuidado de contar com detalhes minuciosos suas escolhas políticas e o motivo que "deixa a vida para entrar para história". Vargas endereça a carta-testamento¹⁸ ao povo brasileiro.

¹⁸ A Carta-Testamento está presente na íntegra no anexo deste trabalho.

8.2 LACERDA X VARGAS

Uma das personagens mais contraditórias da política nacional, Carlos Lacerda pode ser considerado uma figura importante no cenário político nacional porque esteve presente nos principais momentos de turbulência do século XX. O mais importante deles alude ao suicídio de Getúlio Vargas. Lacerda foi o principal organizador da queda crise do segundo governo de Vargas.

O confronto ideológico os dois aumentou quando ocorre o atentado que Lacerda sofreu ao chegar na sua casa. Graças a esse episódio irrompeu um movimento das Forças Armadas que determinavam a renúncia de Getúlio, que se suicidou dias depois.

Inimigo declarado Vargas, Lacerda ficou conhecido por suas posturas controversas e pelas polêmicas que seus discursos causavam. Por causa de seu semblante e de sua voz forte ganhou a alcunha de “Corvo” de seus adversários políticos. Lacerda foi o primeiro governador estado da Guanabara e ainda é lembrado como uma importante figura política marcada na história do Brasil.

Durante sua trajetória política, logo cedo como estudante, aderiu a causa comunista. Porém no final da década de 30 desliga-se do movimento por julgar o comunismo antidemocrático. A partir de então, Lacerda passou a criticar de forma agressiva os comunistas no país e se associou à União Democrática Nacional.

Durante a campanha de Getúlio para seu segundo mandato, Lacerda, que havia dito: "O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar." (LIRA NETO, 2014, p. 276).

Como primeiro resultado da vitória de Vargas, o partido da oposição, a UDN de Lacerda, defendeu junto ao TSE a tese de que Vargas deveria ter a maioria absoluta e não a relativa. Como a constituição não afirmava esta necessidade o TSE declarou Getúlio Vargas e seu vice, Café Filho, como legalmente eleitos, em 1951.

Seu discurso se propagava com muita força nas camadas sociais. O principal motivo foi a fundação de seu jornal que lhe permitiu um espaço primordial nos ataques à Getúlio. Os ataques constantes tiveram consequências e em agosto de 1954, acontece o episódio da rua Tonelero.

Quanto mais se aproximavam as eleições de 1950, mais agitação dentro da UDN e também por Carlos Lacerda acontecia em relação a barrar a candidatura do então senador Getúlio Vargas, como aponta Benevides (1981, p 81):

Ataques virulentos viriam, quotidianamente, do jornalista Carlos Lacerda; este se torna - dentro da UDN e fora dela - a encarnação militante do antigetulismo, nada poupando a figura de Getúlio Vargas, a quem se referia em termos bem distantes da tradicional elegância dos bacharéis udenistas: "Esse traidor profissional aí está [...] morrerá algum dia de morte convulsa e tenebrosa. Pois ninguém como ele para morrer de morte indigna, da morte de mãos aduncas em busca do Poder, ó pobre milionário de Poder, ó insigne tratante, ó embusteiro renitente! Ele louva e lisonjeia um povo que, de todo o seu ser, ele despreza. Ele não tem com o povo senão a mesma relação que teve com esse mesmo povo a tuberculose, a febre amarela, a sífilis. É uma doença social, o getulismo. (Tribuna da Imprensa, 12/8/1950)

As ferrenhas críticas de Carlos Lacerda ao governo de Vargas enfraqueceram a imagem do presidente perante a mídia, já no início de sua campanha em 1951, Getúlio não pôde contar com a mídia envenenada por Lacerda em sua campanha. Dentro deste cenário, surge o Jornal "A Última Hora", fundado em 1951 pelo jornalista Samuel Weiner, que nas palavras de seu fundador: um "jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo".

A imprensa em geral, principalmente as encabeçadas – direta ou indiretamente - por Lacerda, atacavam as propostas políticas, econômicas e sociais de Vargas. A resistência partia do imaginário ligado a política do Estado Novo, quando se construiu uma imagem de Vargas como autoritário e ditador. Aponta-se que a constituição de 1937 abolira a liberdade de expressão e mídia, uma vez que os veículos comunicação foram então submetidos à censura.

O conflito midiático com o governo Vargas se fortaleceu durante o ano de 1953, pois durante esse período Lacerda encontrou eco em espaços exteriores ao seu jornal. O rádio e a televisão, foram importantes aliados e potencializadores do discurso de Lacerda.

O clima tenso entre a oposição e o governo resultou a Carlos Lacerda, um atentado que ocorreu em 5 de agosto de 1954. Esse episódio foi um marco inicial para a movimentação da imprensa em geral, que se manifestaram em editoriais, colunas e artigos contra a permanência de Vargas no comando do Brasil. A repercussão dos jornais atesta um comportamento diferenciado na abordagem do governo em relação a crise.

9 APRESENTANDO OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: A ANÁLISE DO DISCURSO

9.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA E IDEOLÓGICA

Com relação ao *corpus* de análise, considera-se a importância da determinação das formações discursivas em jogo. No processo analítico, trabalhamos com as seguintes formações discursivas: Getulista, Formação discursiva anti-getulista e a formação discursiva midiática.

A seguir, serão expostos alguns conceitos referentes à Formação Discursiva e Ideológica, ambas necessárias para a análise. O conceito de formação ideológica e de formação discursiva são fatores conceptuais primordiais na medida em que o estudo pretende investigar a ideologia na sua materialização: o discurso. Os dizeres, historicamente inscritos, são vinculados a saberes provenientes de conjunturas sociais e interiorizados pelos sujeitos através da linguagem. A formação ideológica (FI) é caracterizada por Pêcheux e Fuchs como:

[...] posições políticas e ideológicas que não se devem aos indivíduos, mas que se organizam em formações mantendo entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. [1975](1997, p.166)].

Assim, essa conjuntura ideológica de um grupo com “atitudes e representações” peculiares é nomeada de formação ideológica, cuja composição dá-se pelo arranjo de uma ou mais formações discursivas, que, por sua vez, determinam os discursos cabíveis ou não em uma conjuntura sócio-histórica. As FI, segundo Pêcheux e Fuchs:

Comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um relatório, de um programa, etc.), a partir de uma dada posição em uma conjuntura, em outras palavras, em uma certa relação de lugares interna a um aparelho ideológico e inscrita em uma relação de classes. Diremos assim que toda formação diz respeito a condições de produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar. [1975 (1997, p. 166)].

Em relação à formação discursiva (FD), de acordo com Pêcheux [1975 (1995, p.162)], toda ela dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas. Esse “todo complexo com dominante” pode ser chamado de interdiscurso, à medida que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, sob o complexo das formações ideológicas. É por intermédio dos saberes transmitidos interdiscursivamente, que o domínio do saber de uma formação discursiva pode ser constituído e, desse modo, os saberes de uma FD são visualizados pela organização do conjunto de formulações em rede que a compõe. Para Pêcheux:

Uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos) [1983 (1997, p. 314)].

Segundo Foucault (1969), define-se uma FD “(pelo menos quanto a seus objetos) se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar.” Pêcheux vai abordar a noção de Formação Discursiva somando ao aspecto determinante, o da ideologia, mais que isso o que se tem no funcionamento do discurso é: “Conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”. (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166)

Courtine assinala que a construção de um *corpus* discursivo que seja apropriado à elaboração teórica do conceito de FD, apenas poderá ser resolvido pelo tratamento de um campo discursivo de arquivo como dispositivo experimental (2009, p.80), em termos de análise, examina-se a história na formulação do *corpus*, “o interdiscurso como o lugar da construção dos elementos pré-construídos e da articulação desses elementos” (p.81) perceptíveis na análise dos sentidos linearizados.

Sendo assim, considera-se o campo discursivo de referência do trabalho uma fronteira entre o político e o midiático, pois aqui analisamos a influência do discurso da mídia, através das consequências do atentado da Tonelero, evento político do segundo governo de Vargas.

Courtine discorre sobre o sistema de distanciamento das Formações Discursivas, uma vez que o resgate dos elementos anteriormente mencionados apenas é viável através dos traços, das marcas, dos pontos de deriva permitíveis no discurso.

Com relação à Formação discursiva e o Interdiscurso, resgata-se Courtine que aponta:

a) A instância ideológica estabelece, sob a forma de uma contradição desigual no seio de aparelhos, uma combinação complexa de elementos dos quais cada um é uma FI. As FI têm um caráter “regional” ou específico e comportam posições de classe. O que explica que se possa, a partir de FI antagônicas, falar dos mesmos “objetos” (a democracia, a liberdade, o pluralismo, etc.) e deles falar “diferentemente” (“as palavras mudam de sentido em função das posições daqueles que as empregam” (HAROCHE *et al.*, 1971, p.84). b) As FD são componentes interligados das FI. Isso implica que as FD que constituem a mesma FI possam ser distinguidas umas das outras (em razão, por exemplo, de sua “especialização”), mas sobretudo que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas etc. mantêm entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FD, isto é, em sua materialidade linguística. Se uma FD é o que, em uma dada FI e em uma conjuntura, determina “o que pode e dever ser dito” (o que equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas); convém acrescentar que essa característica não é isolada das relações contraditórias que uma FD estabelece com outra FD (2009, p. 72-73).

É no interior de uma FD que se realiza o “assujeitamento” do sujeito (ideológico) do discurso. Designa-se pelo termo de processo discursivo “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimos, etc., funcionando entre elementos linguísticos” (PÊCHEUX, 1975, p. 146) que aparece como matriz de constituição do sentido para um sujeito falante no interior de uma FD. Se uma dada FD não é isolável das relações de desigualdade, de contradição ou de subordinação que marcam sua dependência em relação ao “todo complexo com dominante” das FD, intrincado no complexo da instância ideológica, e se nomeamos “interdiscurso” esse todo complexo com dominante das FD, então é preciso admitir que o estudo de um processo discursivo no interior de uma dada FD não é dissociável do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso. “Isso implica, notadamente, que o descompasso entre duas FD, de tal modo que a primeira sirva de “matéria prima representacional” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p.13) para a segunda, deve ser necessariamente levado em conta tanto em teoria como em análise do discurso e que “o próprio de toda FD é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, (...) o fato de que ‘isso fala’ sempre antes, em outro lugar, ou independentemente” (PÊCHEUX, 1975, p.147), isto é, sob a dependência do interdiscurso”. (COURTINE, 2009, p.72).

A partir do interdiscurso as modalidades do assujeitamento poderão ser analisadas. Courtine expõe que o interdiscurso é o espaço no qual se fundam, para um sujeito falante,

produzindo uma sequência discursiva denominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciativo se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciativo vai dar coerência à sua declaração, aquilo que Courtine (2009) chama de, depois de Pêcheux (1975), “o intradiscorso da sequência discursiva que ele enuncia” Pêcheux (1975, p. 51-68)

Assim, os entendimentos de Pêcheux têm as seguintes implicações:

- 1) “É no interdiscurso como lugar de formação dos pré-construídos e de articulação dos enunciados que se constitui o enunciável como exterior ao sujeito de enunciação”.
- 2) “A interpelação-assujeitamento do sujeito falante como sujeito de seu discurso se realiza pela identificação deste último ao sujeito universal da FD; o sujeito enunciativo é, nessa perspectiva, produzido como um efeito das modalidades dessa identificação; é, nos termos de Pêcheux, o domínio da forma-sujeito”. De acordo com o autor, o pré-construído corresponde ao ‘sempre-já ali’ da interpretação ideológica que fornece-impõe a realidade de seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade(‘o mundo das coisas’), enquanto a articulação constitui o sujeito na sua relação com o sentido, de sorte que ela representa no interdiscurso o que determina a dominação da forma sujeito (1975, p. 92).

A partir do *corpus* deste trabalho, evidencia-se que o discurso resgatado, via pré-construído, é dado a emergir como um discurso outro, desencadeando outros efeitos de sentido no enunciado. Assim, resgatam-se pré-construídos que remetem, como diz Orlandi (2001), ao dizer imediatamente de uma formação discursiva assim como de uma formação ideológica, e não de outra, a dominante naquela circunstância.

O pré-construído é um saber do interdiscurso que é o espaço externo onde são localizados e ativados diferentes discursos que estão em órbita de um determinado enunciado; eles são constitutivos da FD. O interdiscurso se lineariza no intradiscorso. Salienta-se então que, para o presente trabalho, as análises dos enunciados dos jornais selecionados ocorrem no espaço que vai da formação dos sentidos, através do interdiscurso, até a sua caracterização via intradiscorso, pelo viés da identificação de elementos da ordem do pré-construído.

Como exemplo de pré-construído, tem-se o enunciado publicado no jornal de Carlos Lacerda em 14 de agosto de 1954. Não pretendemos aqui fazer uma análise profunda com relação ao enunciado e com o pré-construído, e sim fazer uma pequena exposição da presença desse mecanismo no trabalho em questão.



Figura 11: Tribuna da Imprensa, 14 de agosto de 1954

O enunciado em questão carrega um pressuposto inicial, “um dia Vargas teve autoridade para governar”, esse enunciado resgatado através da negação entra em contradição com o enunciado divulgado no jornal de Carlos Lacerda. Porém, ele aparece na linearidade do discurso graças a noção de pré-construído que, no caso, diz respeito ao fato de que quem não atende às responsabilidades de um cargo público não pode governar.

O pré-construído é um elemento que sempre fala antes, de outra ordem e independentemente, estabelecido materialmente no interdiscurso. Em outras palavras, o pré-construído é um elemento pertencente ao interdiscurso que emerge através do intradiscurso do sujeito e se configura por ser oriundo da exterioridade, origem que é esquecida.

Tem-se no enunciado um antagonismo de formações discursivas, inicialmente o discurso lacerdista pertencente a uma formação discursiva anti-getulista e uma formação discursiva getulista.

Porém, é através das condições de produção imediatas da época, crise de 1954 e o veículo em que o enunciado é veiculado, Tribuna da Imprensa, que se percebe que esse enunciado baseia-senum elemento pré-construído.

Ao detectarmos o pré-construído no intradiscurso é possível se deparar com a rede de saberes constituída no interdiscurso, e é desta maneira que se faz a passagem, na AD, do interdiscurso para o intradiscurso. O interdiscurso surgirá na forma de pré-construído e só assim se pode percebê-lo.

9.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

É considerado importante para a presente Tese a delimitação das condições de produção, para descrever a cena onde o discurso emerge. Para isso tomamos Courtine:

“A determinação das condições de produção de uma sequência discursiva só deve efetuar-se no quadro de definição que constitui o conceito de FD, a partir do interdiscurso da FD que domina essa sequência como “conjunto complexo imbricado de FD e de FI” (COURTINE, 2009, p. 76). Dessa forma, Courtine consegue reordenar a noção de “condições de produção”, rompendo com a concepção psicossocial das CP dos discursos como circunstâncias de um ato de comunicação. O autor faz intervir na análise o vínculo entre uma definição teórica das CP de um discurso – colocadas sob a dependência da relação que uma FD mantém com a “pluralidade contraditória” de seu interdiscurso – e as operações de constituição de um “corpus” discursivo.

Com relação à Memória, devemos olhar para memória discursiva, que é utilizada como sinônimo de interdiscurso, e diz respeito aos saberes já ditos que retornam ao dizer, que são inscritos intradiscursivamente. Cada palavra adquire sentido, relacionado à FD a qual está sustentada. Esse retorno da memória à materialidade linguística permite ressignificar os sentidos: a todo o momento, o dizer resgata e renova o sentido.

O dizer é, portanto, uma constante ressignificação. Se para cada enunciado proferido, o sujeito se filia a uma determinada significação, ele automaticamente rejeita outros enunciados, que poderiam estar presentes no discurso. Essas operações são inconscientes.

A etapa inicial se deu na constituição do *corpus*. Buscamos selecionar jornais que representassem os dezenove dias finais do governo getulista, mais especificamente, o recorte abordou do dia 5 de agosto, dia do atentado da rua Tonelero até o dia 24 de agosto, dia do suicídio de Vargas.

O *corpus* do trabalho (cf. COURTINE, 2009), é chamado de *corpora de arquivos* (constituídos a partir de materiais preexistentes, como aqueles como os quais, por exemplo, os historiadores são confrontados).

Uma vez com o material, partimos para seleção das SDRs. Foram elencados três temas norteadores: o discurso sobre a punição do atentado, o discurso sobre a Constituição Federal e o discurso de referência sobre o atentado.

Durante a tentativa de destituição do presidente, três elementos – o discurso sobre o atentado, o discurso da punição e o discurso sobre a Constituição Federal – foram os mais utilizados na desconstrução do governo de Vargas. A mídia se utilizou do discurso da referência sobre o atentado para culpar Getúlio Vargas e induzir a população de que ele era o mandante intelectual do crime.

Ao tratar do discurso de punição do atentado, a imprensa da época estabeleceu relações entre o atentado da Rua Tonelero e o governo, reforçando a ideia de que o crime foi organizado internamente, com aval do presidente.

Por fim, o discurso sobre a Constituição Federal tem por objetivo no recorte resgatar a imagem de um Getúlio déspota, que agia à revelia de qualquer regra, mesmo que essa fosse a lei máxima da nação.

Entendemos que esses três temas são de grande importância, pois foram os mais abordados pela formação discursiva anti-getulista durante a abordagem jornalística do acontecimento da Tonelero. Esses elementos foram utilizados como mecanismo de manipulação do povo para a desconstrução de Getúlio Vargas.

A partir dessa tentativa de proferir um golpe, os militares, parte da população e a grande imprensa pediram o impedimento do presidente, alegando que o mesmo feria a Constituição Federal. Lacerda e a grande mídia se utilizaram desses mecanismos para derrubar o presidente.

Através das questões norteadoras, buscamos investigar, nos principais jornais da época, como era abordada a crise daquele momento. Os jornais escolhidos foram O Globo, por pertencer a uma organização considerada grande mídia, O Diário Carioca, jornal da capital federal, O Tribuna da Imprensa, sendo este o veículo do principal opositor do presidente e o jornal A Última Hora, periódico que recebia investimento direto do governo.

Foi através da noção de arquivo, baseada em Foucault, que definimos o recorte utilizado nesta Tese. É relevante apontar que tal conceito é uma importante estratégia de rememoração. Segundo o autor:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é também o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma multidão amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos. (2007, p.147)

Não se deve pensar no arquivo como simples registro ou registro histórico como se fossem um conjunto de textos engavetados para o futuro, o arquivo deve ser visto como um sistema de discursividade que faz ligação com uma rede de saberes do discurso, selecionando e excluindo elementos que serão conectados à História.

Ao se tratar da presente Tese, entende-se que o arquivo é importante na medida em que se consegue um recorte dos quatro principais jornais da época. O recorte unido ao gesto

interpretativo auxilia a evidenciar as posições sujeitos e formações discursivas que atuavam desde o atentado da rua Tonelero até o suicídio de Getúlio Vargas.

A estruturação de um *corpus* discursivo significa ordenar através de um dispositivo material, hipóteses lançadas no estabelecimento dos objetos de pesquisa. Após selecionar os materiais, o analista procura retirar elementos para análise. Tais elementos são denominados de sequências discursivas.

Com relação ao campo discursivo de referência do trabalho, têm-se a fronteira entre o campo político e midiático. Através dele serão retiradas sequências discursivas para realização da análise. Acerca das sequências discursivas, Pêcheux diz: “É impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”. (PÊCHEUX, 1997, p. 79)

Courtine (1981, *apud* SARGENTINI, 2005), reorienta a noção de corpus discursivo antes concebida como “conjunto de sequências discursivas estruturado segundo um plano definido em referência a um certo estado das condições de produção do discurso”, introduzindo a noção de forma, como princípio de estruturação de um corpus discursivo:

Uma tal concepção não considerará um corpus discursivo como um conjunto fechado de dados que emergem de uma certa organização; ela fará do corpus discursivo, ao contrário, um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada já no estado inicial do procedimento de análise: conceber-se-á, aqui um procedimento de análise do discurso como um procedimento de interrogação regulado de dados discursivos que prevê as etapas sucessivas de um trabalho sobre corpora ao longo de todo o procedimento. Isso implica que a construção de um corpus discursivo possa perfeitamente ser concluído apenas no final do procedimento. (COURTINE, 1981, p. 3)

Ao evidenciar o conceito de condições de produção, mostra-se que, na origem dos processos discursivos, além da materialidade simbólica, se faz presente uma materialidade histórica, concebida pelas relações sociais de uma determinada formação social, em meio às quais (e para as quais) os sujeitos históricos estão inseridos, a formulação dos “seus” dizeres, provocando agitações nas filiações dos sentidos e gerando novas práticas discursivas.

Contudo, as condições de produção voltam a exercer uma função exterior, anterior e independente vinculadas ao trabalho específico que é realizado. Essa noção serve para descrever a cena do evento histórico abordado. As condições de produção tornam-se importantes mecanismos no recorte das sequências de referência.

A análise aqui desenvolvida partirá da observação das sequências discursivas de referência (SDRs). As SDRs são compreendidas, segundo Courtine, como “sequências orais ou escritas de dimensão maior que a frase, e representarão cada recorte temático realizado no *corpus*, sendo numeradas para efeito de organização durante a análise” [1981 (2009, p.55)]. Segundo o autor, a SDR é uma sequência discursiva escolhida como ponto de referência do qual o conjunto dos elementos do corpus receberá sua organização. Coloca ainda que “[...] a SDR está atrelada a um sujeito de enunciador, bem como a uma situação de enunciação que possam ser afastados em relação a certo número de coordenadas espaço-temporais e, mais geralmente, circunstanciais” [COURTINE, 1981 (2009, p. 107-108)].

As SDRs não têm apenas a função de organizar a análise e a escritura do texto. É através delas, no intradiscurso, que se consegue acessar as formações discursivas (FD), uma vez que, do processo de divisão do todo discurso para análise, resultam fragmentos representativos do discurso em questão. A determinação das sequências discursivas parte de critérios que permitem adentrar nos saberes referenciados de uma FD. Para isso, deve ser notada, a partir de elementos formais, a ligação do intradiscurso com a FD e com a memória do dizer, percebendo a recorrência de saberes estabelecidos pelas formulações.

É importante salientar que as SDRs não podem ser interpretadas de modo isolado, pois elas mantêm implicações com as que as precedem e com as que as seguem. Invariavelmente, elas se relacionam umas às outras semanticamente. Cabe ao analista perceber essas relações, quando necessárias para fins de análise, uma vez que podem auxiliar a identificação de saberes evocados ou apagados e, assim, determinar que posições-sujeito e formações discursivas estão em jogo. É necessário, também fazer referência à formação discursiva, conceito inicialmente proposto por Foucault, reconfigurado por Pêcheux e, mais tarde, usado por Courtine.

O atentado da Rua Tonelero foi um dos principais estopins para a crise do governo Vargas. A crise já era considerada uma bomba-relógio, através da pressão midiático-militar. Através da análise das sequências discursivas de referência é possível perceber essa crise e as posições-sujeito em jogo.

10 TRABALHANDO OS ENUNCIADOS JORNALÍSTICOS: AS ANÁLISES

Os gestos de interpretação aqui empreendidos terão como base a articulação entre os elementos presentes no nó de ressignificação anteriormente descrito.

Os elementos a partir de agora analisados terão como propósito problematizar a história tida como oficial. Aqui, consideramos o recortados jornais utilizados para análise. Podemos reforçar que, como história oficial, utilizaremos a narração do atentado da Tonelero pela grande mídia, interpelada por saberes militares, a fim de desvelar o interesse desses grupos na desestabilização do governo. Precisamos esclarecer que a análise dos enunciados serve de cenário e base para análise e compreensão da situação política-social da época.

Os elementos a partir de agora analisados terão como propósito problematizar as consequências nos discursos propagados na mídia, se utilizando do acontecimento do atentado, com o intuito de desestabilizar o governo Vargas. Não caberá as análises a incumbência de criar uma nova história, mas sim desestabilizar saberes que são impostos como inquestionáveis por pertencerem a uma determinada ordem. O objetivo principal está em problematizar o que é construído pela história oficial no que se refere ao atentado da Rua Tonelero.

Cabe ressaltar que a análise partirá de um *corpus* coletado de jornais, por isso tratar-se-á de um discurso jornalístico. Segundo Cyrre (2013), o texto jornalístico não é uma unidade fechada e é incompleto; se o considerarmos como discurso, reinstala-se a sua incompletude. Em vista disso, estudar o texto/discurso de jornal significa compreender não só como o texto produz sentido, mas para qual sociedade historicamente determinada produz sentido.

Não se trata de analisar um texto ou um enunciado que compõe uma notícia, e sim evidenciar saberes que estão na órbita de uma materialidade. Para Orlandi, “O texto não é ponto absoluto de partida nem ponto absoluto de chegada”. Portanto, ao analisar o texto de jornal, não é sobre o texto que falaremos, mas sobre os discursos aí presentes. Isso acarreta trabalhar, simultaneamente, com a língua e com o interdiscurso e com todas as suas implicações ideológicas. Porque, de acordo com essa perspectiva discursiva, interpretar não é atribuir sentidos, mas “expor-se à opacidade do texto”. (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 1998, p. 16)

Os jornais abordados procuraram manter uma postura racional e objetiva com relação ao atentado, buscam o ilusório comprometimento com a verdade, porém ali estão sob a égide

da formação discursiva e ideológica que as regem, e assim a mídia passa o efeito de sentido de que a notícia é produzida sem interpretação daquele que a escreve. Porém, pode-se perceber através da Análise de Discurso, que não existe um tipo de linguagem neutra, isenta da influência do sujeito. A própria seleção da materialidade utilizada na composição da notícia, por mais que se tente através de mecanismos linguísticos apagar a presença da subjetividade, atestaria a posição daquele que descreveu o fato.

O próprio fato de os jornais explorarem um assunto e não outros já atesta o poder que a imprensa tem de selecionar aquilo que é seu interesse. Veja-se que, durante os dezenove dias, entre o atentado e o suicídio, mesmo Getúlio Vargas mantendo sua agenda de compromissos como presidente, apenas o seu jornal, *A Última Hora* divulgou seu encontro com Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais e seus discursos em fábricas na região do ABC. Enquanto isso, os demais jornais, exploravam incansavelmente o atentado, e a cada editorial, a cada matéria procuravam alimentar a ideia da deposição de Vargas perante a população.

Lancemos agora alguns pontos que norteiam o desenvolvimento das análises, quais sejam:

- a) Existem regularidades nos discursos dos jornais abordados? Essas regularidades podem ser entendidas como um mesmo discurso que tentava tirar Vargas do poder?
- b) Existem diferenças entre tais discursos? Se sim, essas diferenças poderiam ser relacionadas com o discurso da preservação da constituição?
- c) Com relação ao discurso de punição do atentado da rua Tonelero, é possível depreender alguma influência do discurso militar?

O recorte do trabalho teve por objetivo destacar três tipos de discursos nos jornais selecionados: a) o discurso sobre a punição do crime da Rua Tonelero, b) o discurso sobre a constituição e c) o Discurso de referência ao atentado, conforme colocado anteriormente.

As análises a seguir focalizam-se num recorte do *corpus* de enunciados retirados dos três jornais que fizeram a cobertura do atentado a Carlos Lacerda até o suicídio de Getúlio Vargas, julgados pertinentes para desenvolver os objetivos a que o trabalho se propõe.

Todos os enunciados recortados e submetidos à análise estiveram sob o olhar dos elementos do nó. Foi considerado o elo da história a narrativa do atentado da Tonelero, o elo da Memória, referente a saberes que resgatados do interdiscurso que resultaram na constituição do intradiscurso e o acontecimento como o movimento das redes de memória.

Faz-se necessário, nesta fase, destacar como o discurso midiático representou a voz da UDN e dos militares na arquitetura do golpe. Serão expostas as diferentes formas de

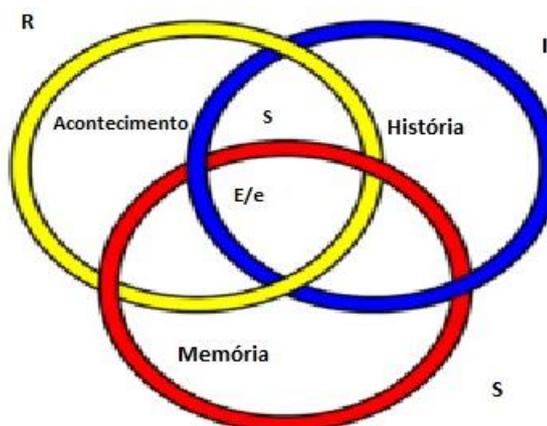
representações lexicais de acordo com o discurso sobre a punição do crime da rua Tonelero, o discurso sobre a constituição e o discurso de referência sobre o atentado.

Antes de entrarmos nas análises, é considerado importante explicar a funcionalidade do Nó no processo de (re) significar a história. Como já mencionado, o Nó de (Re) significação tem por finalidade alinhar, elementos da ordem do Acontecimento, da Memória e da História, para desestabilizar e evidenciar uma estrutura que se impõe como verdadeira e inquestionável, em outras palavras, descristalizar a História.

É necessário num primeiro momento, através do gesto do analista, selecionar as SDRs que farão parte da análise. Para o trabalho entendemos o Atentado da Tonelero como presente no primeiro ele do Nó, figurando o lugar do Acontecimento, após elementos da Memória, será ativado nas SDRs para evidenciar as FD's em jogo e com o elo da História revisitar o passado e recolher elementos que completem a análise.

Após a configuração da engrenagem do nó, busca-se os efeitos de sentido que estarão na órbita do discurso que envolve o atentado da rua Tonelero.

Entendemos com essa configuração que as SDRs selecionadas ativarão elementos da ordem do Acontecimento da Memória e da História, tal combinação fará com que surjam dois tipos de efeitos, o efeito de sentido primário (Ef1), na ordem da História Oficial e o efeito de sentido secundário (Ef2) elementos que estão à margem da História Oficial. Esses elementos servirão para levantar novos questionamentos com o propósito de desestabilizar e propor novas interpretações a grande narrativa histórica.



Após a compreensão do atentado da rua Tonelero como um Acontecimento, utilizarmos da História como ferramenta de acesso ao passado e da memória discursiva como forma de compor o saber, faz-se necessário elencar alguns fatores de descrição da análise, que no presente trabalho foi delimitado de três maneiras: Discurso sobre o crime da rua Tonelero, o Discurso sobre a constituição e o Discurso de referência ao atentado.

Após essa delimitação, é através da combinação do nó somados a ferramentas da Análise do Discurso que buscar-se-á as (re) significações que se tem na História.

A) Discurso sobre o crime da rua Tonelero

1. SDR1 - *A sociedade brasileira exige a punição* (vereador Mário Martins (UDN) – 5 de agosto de 1954 – Capa) / – Jornal o Globo

<p>“A sociedade brasileira exige a punição”</p> <p>O vereador Mario Martins, o primeiro político do Distrito a chegar, secretário da U.D.N. do Distrito Federal, assim se manifestou:</p> <p>— Aquêles que até aqui vinham roubando a Nação sem uma palavra de crítica que os apontasse à execração pública, já agora, entram pela senda do crime. O atentado contra Lacerda, que o feriu e roubou a vida de um democrata é bem um ato de verdadeiro gangsterismo. Os requintes de covardia demonstram que não é apenas o braço do assassino que devemos punir, mas também aqueles que, por detrás concertaram esse crime como mandantes. A sociedade brasileira exige a punição de todos esses criminosos e não admitirá a impunidade de nenhum deles.”</p>	<p>dirigido pelo major midades da residen desceram e manda voltaram ao carro. A Polícia do 2. declarações do mot Enca A Polícia encon Catete, próximo à Amparo O deputado Ari da Silveira, sob a</p>
---	--

2. SDR2 - *Milhares de brasileiros condenam o atentado* (6 de agosto de 1954 – p. 4) – Tribuna da Imprensa



3. SDR3 *A nação inteira está revoltada e exige a punição dos responsáveis* (6 de agosto de 1954 – p. 7) – Diário Carioca



É possível perceber, nos enunciados acima uma regularidade com relação ao discurso sobre o crime da Rua Tonelero. Tal regularidade marca a presença de saberes da FD militar, agindo no discurso midiático. Tal pressuposto pode ser confirmado no momento em que é possível perceber o espaço que os jornais davam a generais e políticos que defendiam a interferência militar no governo. É possível destacar a falta nesse discurso e levantar alguns questionamentos referentes às expressões presentes nas SDRs. Questiona-se: para quem está sendo referida a punição? Quem deve ser punido? O presidente ou o assassino de Vaz? Qual desses deve ser o responsável pelo atentado? Qual ou quais implicações se apresentam na medida em que fazemos essa pergunta?

Recorrendo às condições de produção do recorte temporal, do atentado ao suicídio, responde-se a primeira pergunta recorrendo à história que retrata a organização político-militar na construção de um golpe que acabasse com o governo de Getúlio Vargas. Cabe ressaltar que, para legitimar a ação militar, o foco do atentado deve se voltar para o Palácio do Catete, sendo colocado de lado o real assassino de Vaz, Alcino João do Nascimento.

As três mídias se utilizam de diferentes expressões que se referem ao povo brasileiro: *sociedade, milhares de brasileiros e nação*; porém, essas expressões estão sendo empregadas para representar os militares e os udenistas. Afinal, as forças armadas exigiram que as investigações fossem feitas por membros do exército e da aeronáutica, evento que ficou marcado na história como a República do Galeão, atestando, assim, os reais interessados nos desdobramentos do crime da Tonelero.

Enquanto o jornal O Globo e Tribuna da Imprensa remetem-se a uma parcela da população, O jornal Diário usa a expressão *inteira* reforçando a palavra *nação*, o efeito de sentido dessa construção sugere um efeito de totalidade, levando a crer que o país inteiro, sem exceção, está exigindo a punição dos culpados.

Acionando os elos da História e da Memória, apresentamos a charge na qual um patíbulo com força representa a figura de Getúlio Vargas como um réu no atentado da

Tonelero. Tal charge tem seu sentido intensificado e representado na SDR2. Carlos Lacerda, ao compor esse texto, associa a condenação de Getúlio a um tribunal medieval, ligando a figura de Vargas a um traidor. Mesmo com a falta presente na charge, é possível associar essa incompletude à figura do presidente Vargas, uma vez que, através das condições de produção do discurso e da memória do dizer temos remontada toda a ligação de antagonismo entre Vargas x Lacerda, abrindo espaço para a inferência de que o espaço vazio da força é destinado ao presidente. Outra questão relevante que se pode tirar dessa construção, é a forma como se pode perceber a participação e a indução da presença da voz da sociedade.

Com relação a falta presente na charge, temos em Ernst:

A falta, relacionada mais diretamente à ocultação de elementos do interdiscurso de uma dada formação discursiva que só poderão ser resgatados a partir do apelo aos exteriores da linguística, provoca um contingenciamento discursivo. Isso se estabelece em função de determinadas condições de produção históricas e/ou enunciativas, referentes à relação do sujeito com o objeto de que fala, com a língua que fala e com o interlocutor com quem fala. (2009, p. 4)

Lacerda buscou ferozmente atacar e desconstruir a imagem de Getúlio perante a população e foi a partir do atentado da Tonelero que seus discursos de golpe tomaram força e ganharam cenário popular. Ao lançar um discurso que remete a uma FD medieval, de um tribunal inquisidor, o jornalista resgata, através da charge, que no período em que essa prática estava em voga, a participação popular se fazia valer, inclusive, por vezes, fazendo papel de júri, e na grande maioria dos casos, optava pelo enforcamento do condenado.

O palanque ou estrado montado em local aberto permitia a participação popular no momento da execução. Os inquisidores da época também se certificavam de tentar desconstruir a imagem daquele que estava presente no julgamento perante a população para assim ganhar o apoio necessário, ao menos no ato do julgamento.

As SDRs 1 e 3 buscam ancorar-se no discurso de dois parlamentares, Armando Falcão do PSD e Mário Martins da UDN. Ambos os políticos eram contrários a Vargas e tinham ligações com os militares, Armando falcão, inclusive seria nomeado Ministro da Justiça no governo Geisel, enquanto o segundo apoiou a investida militar em 1964. Além disso cabe ressaltar que nenhum dos jornais deu espaço a alguém com ligação a Vargas a não ser através das abordagens da Tonelero.

B) Discurso sobre a Constituição Federal

1. *Não há motivo* nem clima para golpe (14 de agosto de 1954 – p. 6) – Jornal O Globo. - Alexandre Zacarias de Assunção, Governador PSP-Pará.
2. Getúlio *quer rasgar* mais uma constituição (18 de agosto de 1954 – p. 3) – Tribuna da Imprensa
3. *Saída de Vargas*, mas dentro da constituição! (12 de agosto de 1954) Capa – Diário Carioca

Os discursos em destaque apontam para uma relação de paráfrase entre os enunciados 1 e 3 como relação a destituição de Vargas. O enunciado número 1 mostra que não há ambiente para uma tomada de poder contra Vargas, porém as condições de produção da época apresentam uma crise política que estremecia e se encaminhava para uma insustentabilidade do governo. Ainda no enunciado 1 cabe destacar a negação que age como um discurso transversal e acaba afirmando o oposto daquilo que explicita, uma vez que é possível perceber historicamente um cenário propenso para um golpe. A voz militar que defendia os preceitos da constituição é o mesmo que sorrateiramente articula a investida contra o governo.

Com relação ao enunciado 3, destacamos a exigência da saída de Vargas do poder de qualquer forma, porém dentro da legalidade; ambos os enunciados ordenam a saída do presidente seja pela renúncia ou pelo impedimento.

O enunciado 2, vinculado ao Tribuna da Imprensa, resgata e caracteriza Getúlio como o ditador do Estado Novo. Tal mecanismo pode ser interpretado na medida em que o interdiscurso é acionado e resgata o episódio da revolução de 30 em que Getúlio põe fim na segunda fase República Velha.¹⁹

C) Discurso de referência ao atentado

1. *A tocaia* (6 de agosto de 1954 – capa) – Jornal O Globo
2. Ao mestre *da tocaia* (6 de agosto de 1954 – capa) – Tribuna da Imprensa
3. Miserável Tocaia (6 de agosto de 1954 - capa) – Diário Carioca

No dicionário Aurélio *online*, a respeito da significação de "tocaia", temos as expressões "emboscada para matar ou caçar", "cilada". Entretanto, na perspectiva teórica aqui adotada, as designações dizem respeito às posições-sujeito. Guimarães assim se pronuncia:

¹⁹Cabe ressaltar que a República Velha foi dividida em dois períodos: o primeiro Chamado de República da Espada que engloba os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Foi durante a República da Espada que foi deferida a Constituição que iria nortear as ações institucionais durante a Primeira República e o segundo, denominado República Oligárquica ou Política do "Café com Leite" que foi ao qual Getúlio pôs fim.

Essa questão mostra, ao mesmo tempo, que nas nomeações podem-se cruzar regiões diferentes do interdiscurso (posições de sujeito diferentes).[...] cruzam-se duas posições de sujeito [...] O agenciamento enunciativo específico é afetado pela memória do dizer, pelo interdiscurso. (2002, p. 22)

É importante ressaltar a questão da designação da palavra. O atentado é traçado pelos jornais como “toçaia”. Tal expressão não apenas tenta apontar um golpe contra o opositor de Lacerda como direciona a culpabilidade de tal feito para os getulistas e, até mesmo, a Getúlio Vargas.

Essa expressão não é escolhida por acaso, pois ela carrega consigo uma memória que a emprega negativamente, não é caracterizado como um crime, mas afirmada como algo execrável e premeditado.

Dessa forma, as palavras ou expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam (GUIMARÃES, 2002, p. 5) e com o texto, como conceituado por Guimarães (2011, p. 9). Portanto, a expressão *toçaia* tem sua significação graças ao acontecimento da Tonelero. As palavras devem sempre ser pensadas em relação a outras, pois isso permite pensar como a palavra está significando no enunciado e se referindo ao atentado, que outras palavras que poderiam figurar ali que não atestariam, ou direcionariam o discurso. “Toçaia” não tem o mesmo sentido que atentado, ainda mais na condição de produção do atentado. Para a Formação discursiva anti-getulista, “toçaia” carrega o sentido que melhor se adapta ao seu posicionamento contra o governo.

Com referência ao discurso sobre o atentado, a regularidade está novamente presente, através das repetições, até de termos iguais, dos jornais. Aqui é possível recorrer ao conceito de excesso de Ernst. Segundo a autora:

[...] o excesso – estratégia discursiva que se caracteriza por aquilo que está demasiadamente presente no discurso. Consiste: 1) no uso de incisivas, considerado na gramática como um acréscimo contingente (cf. Haroche, 1992), de intensificadores ou na repetição de palavras ou expressões e orações. Tais usos, na perspectiva aqui adotada, constituem-se em “acrécimo necessário” ao sujeito que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem; 2) na reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos que tomam formas diferentes no intradiscurso, mas mantêm os mesmos pressupostos ideológicos com vistas ao estabelecimento. Em suma, trata-se, nos dois casos, de buscar estabelecer provavelmente a relevância de saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição. (2009, p. 4)

As repetições das expressões carregam consigo um efeito condenatório de que Getúlio era, no mínimo, o mandante intelectual do crime. O excesso presente nos três jornais através

da marcação do termo "tocaia" tem como proposta atestar o envolvimento do governo em uma conspiração para eliminar Lacerda. O excesso no uso da expressão contribui para que esses saberes sejam cristalizados, porém cabe ao analista se questionar o porquê dessa expressão e se questionar quais elementos outros poderiam figurar nesse discurso e qual seria os efeitos dali depreendidos.

Substituído o termo pelas expressões “O crime”, “O atentado” e “O delito”, não atestariam de forma explícita a participação do governo. Valendo-se das três SDRs veiculadas nos jornais, os enunciados mostram-se como denunciante da posição dos veículos midiáticos, acerca do atentado ao principal opositor de Getúlio, o deputado Carlos Lacerda.

A ideia do enunciado “A Tocaia” leva o leitor a entender que tal investida foi premeditada e previamente organizada pelo governo. Tomando-se por base as pistas discursivas utilizadas na reportagem e no depoimento do deputado ao jornal, podemos concluir que “a tocaia” (novamente, algo inevitavelmente premeditado) tenha sido planejada pelo então presidente Getúlio Vargas.

De acordo com Orlandi (1987), o analista de discurso busca compreender de que forma os objetos simbólicos produzem sentido, voltando-se para a análise dos mais variados gestos de leitura e interpretação realizados pelos sujeitos.

Ao abordar o atentado sob o viés histórico, se fazem necessários alguns questionamentos:

- a) A história oficial tem poder para encobrir, silenciar e apagar fatos? Se sim, quais implicações surtem no discurso?
- b) Levando em consideração o tema de pesquisa, a mídia influencia(ou) na mudança da narrativa histórica?

Tomando como ponto de partida a frase de Walter Benjamin (1987, p. 230) “a história contada pelos vencedores”, é possível perceber que a história tem mecanismos para cristalizar saberes dominantes. Vale-se do argumento de autoridade para se justificar, passando assim, um ilusório efeito de homogeneidade do seu discurso, sendo esse efeito determinado pela formação discursiva a qual o narrador está inserido.

Segundo Gregolin,

os efeitos de sentido materializam-se nos textos que circulam em uma sociedade. Como o interdiscurso não é transparente nem, muito menos, o sujeito é a origem dos sentidos, ninguém consegue enxergar a totalidade significativa nem compreender todos os percursos de sentido produzidos socialmente. (2007, p. 5)

Com relação à influência da mídia, a formação de uma tentativa de concretude, se faz presente nesse discurso. A mídia exerce um papel de intermédio entre os locutores e a “realidade”. A fonte midiática fornece não uma realidade, mas a sua realidade, pautada pelos interesses da classe dominante.

Gregolin afirma que “na sociedade atual a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tenciona a memória e o esquecimento”. (2007, p. 16)

Assim é possível perceber que a cobertura dos fatos do atentado da rua Tonelero pela mídia, destacando enunciados de generais e membros do governo militar e dando pouco espaço para família Vargas teceu o quadro discursivo, conforme os parâmetros da classe dominante – em conluio com as forças armadas –, descontente que estava com as ações de Vargas.

O destaque de discursos militares já no início do acontecimento contribuiu para que as investigações se tornassem um Inquérito Policial Militar, permitindo que os militares julgassem a seu bel-prazer os suspeitos, sem levantar estranhamento popular.

A seguir, alguns enunciados retirados de jornais que são atravessados pelo discurso militar:

- a) “O Crime será esclarecido, doa a quem doer” (Coronel Paulo Tavares) – (9 de agosto de 1954 – capa) – O Globo
- b) Sejam quais forem, os culpados devem ser entregues a justiça. (ministro da guerra Zenóbio da Costa) – (14 de agosto de 1954 – pag. 2) – O Globo
- c) Os Bombeiros Reunidos – Decisão unânime: Renúncia de Vargas (23 de agosto de 1954) – Tribuna da imprensa
- d) Insiste Dutra: Getúlio deve renunciar. (22 de agosto de 1954) – Diário Carioca
- e) Povo e classes armadas unidos no enterro do Major assassinado (pág 8) – Tribuna da Imprensa.

Os enunciados em destaque carregam a voz do discurso militar que se utiliza do campo midiático como forma de propagação. Os mecanismos da mídia potencializaram de tal forma essa voz que, em certo período, fez com que o governo Vargas perdesse poder também com relação à população que começou a acreditar que a melhor solução para a crise seria a intervenção militar.

Cabe ressaltar que o jornal A Última Hora teve como objetivo manter-se sempre ao lado do governo. O periódico conduziu a abordagem dos fatos, pontuando as questões da constituição e condenando os culpados, principalmente Climério que, naquela oportunidade se

transformou na melhor peça que governo dispunha para desviar o foco da família Vargas, com suposto envolvimento no atentado. Alguns enunciados são usados como exemplo dessa afirmação:

- A) Cabe ao poder judiciário punir os autores do covarde atentado. (6 de agosto de 1954 – capa) – A Última Hora
 - B) “Agora mais do que nunca não há clima para golpes” 5 de agosto de 1954 (capa) – A Última Hora
 - C) Acima de tudo a defesa do regime (9 de agosto de 1954 – pág 2) – A Última Hora
 - D) Mobilizados todos os recursos do governo para esclarecer o crime (5 de agosto de 1954 - capa) – A Última Hora
- a) Discurso sobre a punição do atentado

O Globo	Diário Carioca	Tribuna da Imprensa
SDR1 Para honra da nação brasileira, confio que esse crime não ficará impune. (5 de agosto de 1954 - capa)	SDR2 A nação inteira exige a punição dos responsáveis. (6 de agosto de 1954 – p. 7)	SDR3 A nação exige o nome dos assassinos (5 de agosto de 1954 – p. 2)

Quadro 1
Fonte: do autor

As três sequências apresentam uma regularidade. A expressão nação é difundida pelos veículos. O que se observa nessa regularidade é um processo de substituição que visa a deslocar sentidos, permitindo assim que a mídia atue como porta-voz da nação, porém dá abertura para o discurso militar. O objetivo dessa articulação pelos jornais auxilia o desgaste do governo perante a população. Efetivamente, não é importante para a mídia honrar a nação e sim depor um presidente que não se encaixa na sua ideologia.

Se o termo "nação" fosse substituído por Forças Armadas ou Aeronáutica, esses termos se encaixariam, pois o atentado culminou na morte de um oficial e quem profere o enunciado é o tenente-brigadeiro Eduardo Gomes. Teríamos um deslocamento de FDs, o que acarretaria em ressignificações de sentido. A sociedade, aqui atribuída ao termo nação, seria atrelada a FD militar, o que, de certa forma, isolaria a participação do povo na tentativa de derrubar Vargas. Assim, teríamos como consequência a narrativa de forma explícita e o embate entre a FD militar e a FD do governo. De certa forma, o uso da expressão “nação” mascara a presença da FD militar que é resgatada no interdiscurso através das condições de produção.

b) discurso sobre a constituição

O Globo	Tribuna da Imprensa	Diário Carioca
SDR1 Em qualquer eventualidade o exército manter-se-á dentro dos preceitos constitucionais (16 de agosto de 1954 – Capa)	SDR2 Getúlio quer rasgar mais uma constituição (18 de agosto de 1954 – p. 3)	SDR3 “A hora do impeachment” (17 de agosto de 1954 – p. 4)

Quadro 2

Fonte: do autor

Os enunciados em questão fazem referência à condição de estabelecer a constituição caso o presidente seja deposto. Após o atentado da Tonelero, muitas tratativas se fizeram para conseguir um afastamento de Getúlio Vargas, que em 23 de agosto concorda em se afastar até que o crime fosse desvendado, porém descobre que independentemente do resultado ele não voltaria a assumir seu posto e então comete o suicídio na madrugada do dia 24.

Através dos enunciados é possível perceber que os jornais estão mantendo a mesma regularidade, o que sustenta a ideia de que se faz necessário fixar o sentido de que é indispensável que o presidente saia do poder seja por decisão própria ou pelo impeachment. Tal regularidade entra em choque com o imaginário célebre constituído por Vargas e apaga toda política e ideologia praticada por ele durante seu mandato. Getúlio era conhecido por seus feitos com os trabalhadores, proporcionando-lhes condições melhores de trabalho.

Assim, na medida em que os periódicos impõem que o presidente é o foco da crise de forma tão categórica, aqueles que se filiam a FD jornalística apelam para o fato de que Getúlio é o principal elemento que deve ser cortado para o término da crise no país.

Esse tipo de manipulação não se esgota apenas na Era Vargas, ao contrário se estende e atinge a atualidade. O discurso jornalístico se utiliza e ganha mais força com o advento da internet, e não raramente, busca justificativas em outros campos do saber, como o campo científico, área do conhecimento e da validação dos fatos que se utiliza de números e estatísticas para validar seu discurso.

Outro fato que chama a atenção é a capa do jornal O Globo, que apresenta um enunciado referente à presença da voz militar que tenta através da FD jornalística passar um efeito de imparcialidade. Porém, através das condições de produção do discurso percebe-se a interferência direta das forças armadas na tentativa de depor Getúlio.

c) discurso de referência ao atentado

O Globo	Tribuna da Imprensa	Diário Carioca
SDR1 A Tocaia (6 de agosto de 1954 – Capa)	SDR2 Ao mestre da tocaia (6 de agosto de 1954 – capa)	SDR3 Miserável Tocaia (6 Capa)

Quadro 3

Fonte: do autor

Referindo-se aos enunciados recortados a respeito do atentado, observa-se que o que foi explorado foi a maneira como o crime ocorreu. Apontar a tentativa de atentado à Lacerda como uma tocaia significa alicerçar o sentido de que o governo tinha conhecimento e armou a emboscada. Porém, Getúlio, ao ter conhecimento da tentativa de matar Lacerda, que tinha tirado a vida de um major, profere a seguinte frase: “Esse tiro que acertou o major Vaz acertou-me pelas costas”.

O uso da expressão em destaque “tocaia” utilizada pelos jornais atesta que os veículos compactuam com a ideia de que Getúlio Vargas teria tramado o atentado, enviando seus homens para aniquilarem Lacerda. Sendo assim, o enunciado traz consigo um efeito de conspiração palaciana, com o intuito de assassinar Carlos Lacerda.

As expressões “O crime”, “O atentado” e “O delito”, se utilizadas no lugar de “A tocaia”, não atestariam de forma explícita a participação do governo, como colocado anteriormente.

Valendo-se das três SDRs, veiculadas nos jornais, os enunciados mostram-se como denunciadores da posição dos veículos midiáticos, acerca do atentado ao principal opositor de Getúlio, o deputado Carlos Lacerda.

A ideia do enunciado “A Tocaia” provoca no leitor o entendimento de que tal investida foi premeditada e previamente organizada pelo governo. Tomando-se por base as pistas discursivas utilizadas na reportagem e no depoimento do deputado ao jornal, podemos concluir que “a tocaia” (novamente, algo inevitavelmente premeditado) tenha sido planejada pelo então presidente Getúlio Vargas.

Como consequência, o enunciado além de denunciar a posição dos jornais, leva o leitor a filiar-se ao proposto tanto pelo jornal quanto pelo líder da UDN.

A Última Hora apresenta-se, nesse contexto, como a voz do contra discurso, sendo o único periódico de expressão pró-governo devido ao financiamento lhe facultado por Vargas.

O jornal encontra-se em contradição com os outros jornais. Para abordar a noção de contradição, fazemos referência a Courtine (2009) que, em sua tese “O discurso comunista

endereçado aos cristãos”, estuda a categoria de contradição. Tal categoria foi inserida na Análise do Discurso através do conceito de enunciado dividido. Para o autor, a contradição é o princípio constitutivo da formação discursiva, unidade dividida e heterogênea. Em suas palavras:

[...] uma FD é heterogênea a ela mesma: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de uma vez por todas, separando um interior de um exterior, mas se inscreve entre diversas FD como uma fronteira que se move em função dos interesses da luta ideológica (COURTINE, 1980, p. 4)

Assim sendo, as contradições ideológicas podem ser recuperadas no interior da própria FD. Ele salienta que, ao invés de se considerar a FD em si, isoladamente, devemos focalizar a sua relação com outras FDs, visto que ela é paradoxalmente una e dividida, constituindo-se através de uma contradição desigual. Para isso, torna-se necessário verificar como os elementos pré-construídos, produzidos no exterior da FD, são (re)configurados, (de)negados ou ainda ignorados por ela. Assim, uma FD deve ser entendida como uma unidade contraditória e, portanto, dividida e heterogênea. É esse o seu pressuposto fundamental. Seus contornos são fundamentalmente instáveis. Não há limites estáveis a separar os seus elementos internos daqueles que provêm de seu exterior. O domínio de saber de uma FD estabelece-se como um princípio de exclusão daquilo que nela não pode nem deve ser formulado em função da FI a qual se encontra vinculada.

Retomando de Foucault o conceito de enunciado [E], Courtine considera-o como elemento de saber próprio a uma FD e também como um esquema geral que governa a repetibilidade no interior de uma rede de formulações, compreendendo-a, pois, no segundo caso, como “o conjunto estratificado não sintagmatizado de formulações (reformulações) possíveis em [E]”(2009, p. 101). Trata-se da dimensão interdiscursiva, lugar em que os objetos se formam como pré-construídos.

As redes de formulações que se formam numa determinada FD são responsáveis pelo (s) processos(s) discursivo(s) estabelecidos. Os enunciados articulam-se entre si no interior dessa rede, estabelecendo a referência dos elementos de saber que lhes são próprios.

Portanto, mesmo os jornais pertencendo a mesma formação discursiva, eles entram em relação de antagonismo. É o caso da Última Hora.

A seguir, alguns enunciados retirados do Jornal de Vargas. A contradição nesses enunciados estão presentes no momento em que o jornal tenta, sem sucesso, servir de escudo às acusações que o governo sofria.

A Última Hora		
Discurso sobre a punição do crime da Rua Tonelero	SDR1	Cabe ao poder judiciário punir os autores do covarde atentado. (6 de agosto de 1954 – capa)
Discurso sobre a Constituição Federal	SDR2	Acima de tudo a defesa do regime (9 de agosto de 1954 – p. 2)
Discurso de referência ao atentado	SDR3	Mobilizados todos os recursos do governo para esclarecer o crime (5 de agosto de 1954 – capa)

Quadro 4

Fonte: do autor

- A) Discurso sobre a punição do crime da Rua Tonelero
- B) Discurso sobre a constituição
- C) Discurso de referência ao atentado

Com relação ao discurso do jornal A Última Hora, este funcionou como mecanismo de defesa contra as outras formas de mídia. Com a popularidade abalada, Getúlio se viu obrigado a investir em um jornal que mais tarde sofreria denúncias de corrupção, assim como seu governo. Era o único veículo que durante as investigações do atentado, seguiu explorando a agenda do presidente.

Na tentativa de se manter no poder, a SDR1 condena o atentado, demonstrando o distanciamento do envolvimento do governo, combatendo o que os outros jornais estavam propondo, assim como tratando de manter evidente a manutenção da constituição, evocando a voz do judiciário. Focalizamos a substituição operada pela relação de metáfora entre o enunciado do Última Hora em oposição aos enunciados do Diário Carioca e do Tribuna da Imprensa, “Getúlio quer rasgar mais uma constituição” e “A hora do impeachment”.

Mas qual o efeito de sentido dessa oposição? Os enunciados do Tribuna da Imprensa e do Diário Carioca carregam uma memória de um Getúlio líder da revolução de 30. O Getúlio que garantiu eleições e, no final, se manteve no poder, enfim a imagem de um ditador do Estado Novo.

Dessa forma, os enunciados selecionados nos jornais não foram por meras escolhas estilísticas, mas sim discursivas, na medida em que são utilizados instrumentos que remetem a uma formação discursiva contrária a Vargas.

Enquanto de um lado tem-se um discurso que tenta resgatar uma representação de um imaginário do passado de um Vargas autoritário, há por outro uma tentativa de manutenção de um imaginário positivo, um presidente “pai dos pobres”. Assim, a relação desses discursos desencadeia um processo de metaforização, que se opera na tentativa de um deslocamento: “Ditador x Pai dos pobres”.

A leitura que podemos fazer dessas proposições é de que acusam Getúlio de corrupto, uma vez que não respeitou a constituição na década de 30. Há, portanto, uma justificativa para o ataque e para manipulação popular.

Com relação ao discurso de referência sobre o atentado e sobre a punição do crime, o jornal se posiciona de forma enfática de que é necessário que a justiça comum exerça sua função e comande as investigações, sem intervenção externa. Esse dizer é de fato um combate velado à troca das investigações com o exército. Quando o nome de Climério apareceu como assassino, o jornal se posicionou a favor da sua prisão, uma vez que as evidências estavam sendo construídas para a culpa recair sobre Getúlio. Defender a prisão de Climério foi uma tentativa frustrada de afastar a família Vargas do envolvimento do crime, uma vez que Climério era membro da polícia pessoal de Getúlio.

Recorrendo às condições de produção, o táxi que fora contratado para levar os sicários até a Tonelero fazia ponto na esquina do Catete. Ao ser preso, Climério confessa que agira a mando de Gregório Fortunato.

O Anjo Negro, por sua vez, alegou que apenas seguia Lacerda para se fazer visível e fazer terror psicológico contra o opositor de Getúlio. Essa questão poderia ser melhor respondida se Gregório Fortunato não tivesse sido assassinado na prisão anos mais tarde.

Retomando a reflexão de Courtine sobre a contradição que o constitui as formações discursivas, podemos dizer que deve ser expandida a todo e qualquer enunciado, mesmo àqueles que não apresentam, de forma explícita, elementos formais que a materializem.

Tomar, portanto, esse conceito como mote de análise direcionado ao Jornal a Última Hora implica atentar para a maneira como os saberes ligados ao atentado da Rua Tonelero, provenientes de diferentes FDs, e inseridas nos processos discursivos, ligados à FD dominante, trabalham as formas de articulação que se estabelecem na relação entre o intra e interdiscursivo.

Entender os saberes vinculados em cada jornal como antagônicos é levar em consideração as diferentes maneiras de ressignificar um mesmo acontecimento. Foi possível perceber na análise a forma como a resultante derivada do mesmo recorte de análise (O discurso sobre o atentado, o discurso da punição e o discurso sobre a Constituição Federal) são (re) simbolizadas a partir da posição ideológica de cada um.

Acredita-se importante essa percepção, pois cada resultante de análise é considerada um “e”, que engendrada no mecanismo proposto na Tese, o Nó de ressignificação, age de forma a desestabilizar e estremecer elementos do saber que são cristalizados no fio do discurso.

EFEITO DE CONCLUSÃO

Neste trabalho, procuramos apresentar as diferentes manobras utilizadas pela mídia jornalística se utilizando de um fato para assim gerar novas significações que resultam num efeito de manipulação do discurso, na tentativa de ganhar credibilidade e derrubar um presidente. Buscamos reconhecer processos discursivos com vistas a descristalizar elementos da história que passam ao longo do tempo blindados de quaisquer tipos de questionamentos.

Através da História, buscamos resgatar saberes interdiscursivos e o jogo linguístico-enunciativo que se associa e dissocia na linearidade significante do discurso por força das Formações Discursivas. No processo analítico, visamos responder às seguintes questões:

1) Por que trabalhar com o episódio histórico da Rua Tonelero?

Durante todo período do governo Vargas, um dos fatos mais controversos foi o atentado da Tonelero, episódio que pode ser considerado o estopim para a ruína de seu mandato e o mote para seu suicídio. O atentado da rua Tonelero foi o que a grande mídia precisava para aniquilar Vargas e mostrar o poder que tem para (des)construir a imagem (Vargas), manipular eventos que ressoam no fio do discurso, criar um mito (major Vaz) e construir um salvador (Lacerda).

Explorar esse fato não é apenas interpretar um fato histórico, é perceber que existem veículos que procuram naturalizar estranhamentos, mascarar contradições e vender uma falsa-história como verdade absoluta e inquestionável.

2) Por que recolher enunciados da imprensa e não da história oficial sobre esse episódio? Que efeitos de sentido produzem esses enunciados jornalísticos?

O discurso midiático se torna um perigoso e poderoso influenciador na formação social. A mídia tem o poder de reorganizar saberes, deslocar, reelaborar e/ou (re)significar sentidos para assim transformar o fato em história. Grande parte da história oficial referente ao episódio tem inspiração nas fontes midiáticas. E esse poder manipulador se torna evidente no instante em que se percebe que os mesmos membros das forças armadas e a mesma mídia que esteve envolvida na queda de Vargas foram os que incentivaram e implementaram dez anos mais tarde o golpe de 64.

3) Que "realidade(s)" é (são) criada(s) por eles? Que palavras e expressões são ditas, mas também que lapsos, lacunas, não ditos podem ser aí surpreendidos, apontando para sentidos outros?

As realidades criadas são apontadas como novas histórias, as palavras e expressões que eram utilizadas serviam de motivação para alimentar a queda de Vargas. Também podemos nos perguntar que tipos de questionamentos, no que se considera estranho no fato, podem ser desencadeados e que sentidos outros desencadearíamos caso pudéssemos nos questionar o que fazia um major ao lado de Lacerda? Que mecanismos o discurso militar usaria para se infiltrar na mídia caso Rubens Vaz não tivesse falecido? Por que o prontuário de Lacerda não existe? Por que o jornalista não entregou sua arma para perícia e também por que isso não foi exigido? E por que a mídia não abordou tais questionamentos? O que ela ganhou subtraindo, ressignificando, e modalizando o discurso ao seu favor?

4) Até que ponto o imaginário de gerações de brasileiros foi afetado pelos efeitos do discurso jornalístico da época? Será que de alguma forma reverberam em discursos políticos atuais ou foram esquecidos?

Lacerda era bancado pelos Estados Unidos e tinha apoio da classe média que estava descontente com a implementação dos direitos trabalhistas, com a Petrobrás e com a entrada em cena das classes mais baixas (que passavam a definir eleições – votando em Vargas ou nos candidatos apoiados por ele).

O discurso de Lacerda pode ser encontrado ecoando no cenário político atual, ressignificado e adaptado a uma nova realidade. Lacerda se direcionava a Vargas como um “corrupto”, um “bandido comandando uma quadrilha”. Assim como atualmente o governo do Partido dos Trabalhadores foi rotulado por sua oposição.

Em 1954, assim como em 2016, o cerco se fechou. A imprensa passou a falar em “Mar de Lama” no governo. Vargas foi cercado no palácio. E num gesto dramático, o presidente suicidou-se. Em 2016, o ato não foi tão radical, mas foi possível perceber a pressão da mídia utilizando de mecanismos muito parecidos para derrubar uma presidente eleita pelo voto da maioria.

Com o tiro no peito e uma Carta-Testamento, Vargas virou o jogo. A parcela social que foi influenciada pela forte campanha midiática anti-Vargas ficou do lado daquele que deu sua vida pela nação.

Atualmente, assim como na década de 50, a mídia tratou de construir discursos que legitimassem o impeachment de Dilma Rousseff. Portanto, a opinião pública, ou melhor, a opinião divulgada pelos órgãos supremos, contribuiu para a formatação de sentidos que resultaram na deflagração do golpe.

Por vezes, um dos elementos de legitimação desse discurso foi o regaste histórico do episódio do presidente Fernando Collor. Tal referência trazia argumentos de autoridade como

o Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que o órgão legitimara o processo, silenciando a posição de vários juristas que afirmavam a inconstitucionalidade do ato.

Assim como durante no período varguista, a grande imprensa baseou-se na voz de uma parcela da opinião pública que pedia o impedimento, silenciando mais uma vez a voz dos protestos a favor, inclusive marginalizando todo discurso pró-Dilma.

Para depor um presidente constitucionalmente, são necessários elementos muito precisos, porém as mídias das diferentes épocas coincidentemente, ou não, preferiram criar interpretações de fatos. Nessas interpretações, o acontecimento da Rua Tonelero seria culpa do presidente e, como consequência, deveria ser ele impeditado; numa correlação possível com o que aconteceu com a Presidenta Dilma Rousseff, engendraram-se pressupostos legais (falsos) para o seu afastamento.

Não cabe aqui comparar ou julgar ambos os casos, mas nada impede que levantemos questionamentos e tentemos mostrar de que forma as materialidades são produzidas pelos meios de comunicação. Assim, se tais fatos não forem abordados de maneira crítica, a mídia continuará utilizando seu poder de manipulação, transpassando o sujeito, fazendo-o filiar-se ao seu discurso sem ousar se rebelar.

O passado deve ser olhado como uma gama de oportunidades para pensarmos como paramos neste estágio, "como seria se fosse de outra forma". Žižek (1996) defende que devemos "pensar para trás" e pensar nas decisões que nos fizeram chegar ao estágio atual, e, ao mesmo tempo, questionar essas decisões. No momento aberto das decisões, devemos refletir sobre nossas escolhas no contexto em que estamos vivendo, para escolher de forma acertada.

O trabalho procurou criar uma tríade de significação, utilizando-se de três conceitos discursivos: o Acontecimento, a Memória e a História. Usou a noção de Acontecimento para marcar os efeitos de sentido de uma ruptura com a atualidade, a história para (re) visitar o passado, narrar e apresentar os fatos e a memória para resgatar o imaginário que se tem sobre determinado saber.

A principal motivação e prospecção deste trabalho deu-se a partir do sentimento de necessidade de estimular o senso crítico e o questionamento, e, principalmente, como diria Pêcheux, de questionar no óbvio.

Atualmente, o sujeito da pós-modernidade está submerso num bombardeio constante de informação. Os meios de comunicação ganharam com a internet um espaço dinâmico onde a informação simplesmente é largada à própria sorte, demandando interpretação.

Usamos aqui o acontecimento do Atentado da Tonelero não por questão de afinidade ou por sensacionalismo. A escolha se deu para podermos evidenciar a postura ideológica da grande mídia e suas manipulações em busca de apoiar o que pretende, mesmo que para isso precise manipular o discurso social com a finalidade escusa de implantar um golpe.

Também deixamos claro que a história não se estanca em uma década ou em um fato cronológico. É possível percebermos na atualidade a reverberação desses discursos midiáticos na construção do golpe que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff, em moldes parecidos com os de mais de sessenta anos atrás.

A união entre Análise do Discurso e a História serviu para mostrar a forma como as duas teorias podem surtir efeitos em conjunto. Os pressupostos teóricos de cada teoria serviram para ampliar o horizonte de interpretação não apenas para o objeto abordado na tese, mas abre-se uma oportunidade para qualquer abordagem de análise.

A fim de compreender o funcionamento de um discurso que exclui saberes e se diz oficial, percebemos através das análises as outras vozes que rodeiam o discurso da História Oficial, apontando elementos outros que são ofuscados da rede de saberes para a manutenção de um discurso de imposição adotado pela mídia não só no período varguista, mas ao longo de toda a história.

Assim sendo, essa forma de seleção, imposta pela grande história, não apenas despertou o interesse de nós pesquisadores, como modificou a forma de olhar para a história. Dessa forma o arcabouço teórico da teoria pecheutiana serve de bússola na interpretação de novos sentidos e uma importante ferramenta de combate contra discursos que tentem passar um efeito de verdade.

A história até o século XIX, influenciada por Comte, era uma história positivista, um tipo de discurso que se utilizava de argumentos e justificativas que apresentavam o fato como puro, sem a influência do historiador, o objeto era livre de qualquer interferência e falava por si. Com o surgimento da Escola dos Annales, esse conceito entra em discussão e acaba sendo ressignificado, a subjetividade do historiador é vista como fator de influência na análise e ou até em uma simples descrição do objeto. Apesar de todo o avanço teórico-metodológico, que permitiu um aprofundamento reflexivo das ciências humanas e filosóficas, ainda hoje se valida a história narrada ao estilo de Comte como História Oficial. Apresenta-se uma história compacta e limitada a si mesma com todas as possibilidades de perguntas e respostas habitada na própria história.

Fazer uma análise de um fato da ordem da história através da AD permite que essa estrutura seja ao menos abalada e polemizada, apresentando outras possibilidades de interpretação pelo viés de outras histórias que se fazem presente no discurso histórico.

A presente pesquisa apresentou uma análise discursiva de fatos históricos através de sequências discursivas de referência coletados de uma ordem midiático-jornalística. Procuramos inicialmente não apenas apresentar conceitos, mas elencar e unir três principais conceitos na figura de um nó e analisar um discurso considerado fechado e com interpretações previamente formadas. Observamos que através das sequências coletadas do discurso jornalístico pode-se traçar elementos que nos auxiliaram a descrever as condições de produção da época e verificar a forma como o discurso atuava nela.

Com isso foi necessário mobilizar os saberes como os do Acontecimento, da Memória e da História, para dessa forma, junto com os demais recursos metodológicos atingir e desestruturar o objeto de análise, os discursos preestabelecidos pela história.

Podemos afirmar que durante o processo de recorte e análise do *corpus*, conseguimos compreender o discurso histórico como um ambiente heterogêneo no qual as relações com os outros saberes são estabelecidas através de um discurso hegemônico que atravessa essa ordem filtrando certos saberes e demarcando seu lugar social.

Sendo assim, a Análise de Discurso serviu para examinar a história na constituição do discurso midiático frente aos acontecimentos políticos sejam eles passados ou presentes. As suas ferramentas ajudaram a entender o que é da ordem do acontecimento e o que é da ordem da língua. Ainda, ajudam a preservar o velho jargão de autor desconhecido da história: “Povo que não conhece sua história está condenado a repeti-la”.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, P. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M. do R. *et al. Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- BENJAMIN, W. *Ensaio sobre as Afinidades Eletivas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- BRANDÃO, H. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- COURTINE, Jean-Jacques. *O chapéu de Clémentis*. Observações sobre a memória e os esquecimentos na enunciação do discurso político. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L. (org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.
- _____, Jean-Jacques. *Análise do Discurso Político: O Discurso Comunista Endereçado aos Cristãos*. EdUFSCar. 2009.
- _____, Jean-Jacques. *Análise do Discurso Político: O Discurso Comunista Endereçado aos Cristãos*. EdUFSCar. 1981.
- CYRRE, Magda Regina Lourenço. *Reflexões Sobre o Discurso Jornalístico: Contribuições para interpretação*. Revista Entrelinhas – Vol. 7, n. 1 (jan./jun. 2013).
- ERNST, A. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição do corpus discursivo. In: *IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso. 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso, 2009*, Porto Alegre. *IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso. 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- FALCÃO, A. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FAUSTO NETO, A. *Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1969.
- _____. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 2007.
- GETÚLIO (Filme). Direção João Jardim. Produção Pedro Borges, Carla Camurati e Carlos Diegues. Distribuição Copacabana Filmes, 2014. 140min. 2014.
- GOMES A. *O desafio da análise de discurso: os dispositivos analíticos na construção de estudos qualitativos*. R Enferm UERJ. 2006.
- GREGOLIN, M. *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*. São Carlos: Claraluz, 2007.
- HAROCHE, C. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

HARTLEY, L. *O Mensageiro*. São Paulo: Nova Alexandria, 1953.

INDURSKY, F. *Trabalho Discursivo do Sujeito entre o Memorável e a Deriva*. In.: Signo y Seña, n. 24, p. 91 a 104. Buenos Aires: Editora da Universidade Aberta de Buenos Aires – Facultad de Filosofía y Letras (UBA), 2013

JENKINS, K. *A história repensada*. Tradução de Mario Vilela. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2013

LACERDA, C. *Depoimento*. Coleção Brasil Século 20. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

LE GOFF, J. *Memória*. In: LE GOFF, Jacques História e Memória. 5.ed. Campinas, SP: UNICAMP, p. 419-476, 2003.

MARIANI, B. *O Comunismo Imaginário Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989)*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1996.

_____. *O PCB e a imprensa*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. *Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *Discurso Fundador*. Pontes. Campinas, 1993.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. São Paulo: Códex, 2002.

NASCIMENTO, P. *Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete*. São Paulo: Annablume, 2012.

NOGUEIRA, A. Getúlio (1945 – 1954) relata atentado a Lacerda; leia trecho. Publicado em Folha de São Paulo Online em 17/07/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2014/07/1487196-getulio-1945-1954-relata-atentado-a-lacerda-leia-trecho.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2016.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6.ed. Campinas: Pontes, 2005

_____. *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*. Editora Unicamp. 1996.

_____. *Terra à Vista: Discurso do Confronto, Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990.

_____. *Interpretação: autoria e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 1987.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (1969)*. In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Unicamp, 1969.

_____. *Análise Automática do Discurso (1969)*. In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de EniPuccinelliOrlandi. Campinas: Unicamp, 1975.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pucinelli Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990.

_____. *Rôle de lamémoire*. In: Histoire et linguistique. Paris: Editions de la Maison desSciences de l'Homme, 1984.

_____. *Semântica e discurso - uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pucinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora Unicamp. 1983.

_____. *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora Unicamp. 1997.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1975.

_____. *Papel da memória*. In: ACHARD, P. *et al.* (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M.; LÉON, J. *Análise Sintática e Paráfrase Discursiva*. In: ORLANDI, E. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. [1975] *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. p. 163-252 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PERES, E. *Uma Análise sobre o Discurso da Revista Veja em Relação às Manifestações De Junho de 2013*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), 2014.

POSADA, A. *La noticia: construccion de larealidad*. In: LEREE, Beatriz Solis (coord.). *Las industrias culturales. Comunicación, identidad e integraciónlatinoamericana II*. México: Opcion, 1992.

RABINOVICH, D. *A angústia e o Desejo do Outro*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

RAGO, M. *A história repensada com ousadia*. In: JENKINS, KEITH. *A história repensada*. Tradução de Mario Vilela. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

REIS, J. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SARGENTINI, V. *A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na Análise do Discurso*. Anais do II SEAD 2013 Seminário de Estudos em Análise do Discurso, v. 2, p. 1-6, 2005..

SCHERER, A. E.;TASCHETTO, T. *O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguístico-discursivos*. Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista, 2005.

SILVA, C. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para a abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2002. In: *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.

VELLOSO, M. *A dupla face de Jano: romantismo e populismo*. In: GOMES, A. C. (org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. da Fund. Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

VEYNE, P. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

ŽIŽEK, S. (org). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXOS

ANEXO B

«Para Honra Da Nação Brasileira, Confio Que Esse Crime Não Ficará Impune» — DECLARA EDUARDO GOMES A "O GLOBO"

O ATENTADO CONTRA CARLOS LACERDA MORTO AO SEU LADO UM OFICIAL DA AERONÁUTICA E FERIDOS O COMBATIVO JORNALISTA E O VIGILANTE MUNICIPAL QUE TENTARA PRENDER UM DOS CRIMINOSOS

Apresentam-se o dono e o motorista do carro que transportou os criminosos — O "chauffeur" diz que costumava servir ao pessoal do Palácio do Catete — Carlos Lacerda e seu filho, Sergio, fazem impressionantes relatos a O GLOBO — As primeiras suspeitas — Reune-se a UDN para exigir medidas energéticas — Também se reúne a ABI — O chefe de Polícia fala a O GLOBO sobre as graves ocorrências — Entre as testemunhas oculares o advogado Lacerda Tinoco — O resultado da autópsia — Projetos de arma de guerra mataram o major Rubens Vaz — Dados biográficos do oficial — Seus colegas exigem punição — A Polícia e as forças militares de sobreaviso — Falam os líderes dos partidos — As 17 horas, os funerais — O ministro da Justiça declara que recomendou o máximo rigor na apuração do gravíssimo acontecimento



O cargo de major Rubens Vaz, logo após haver sido a aeronáutica morto

ANO XXX — Nº 3064 — RIO — Quinta-feira, 5 de agosto de 1954

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO Diretor-Residente: Cláudio — ROBERTO MARINHO Diretor-Executivo: HERBERT MOSES Diretor-Administrativo: RICARDO MARINHO Diretor-Administrativo: ROGERIO MARINHO



RECONSTITUINDO O ASSASSINIO — O "brevê" sobre o crime... O veículo que conduziu os assassinos, e o seu dono



Abalado como testemunha se estabelecer do major Rubens Vaz. Foi o artilheiro principal por uma das balas que feriu, morto da cabeça esquerda, no momento em que o crime se consumou

Section titled 'O MAIOR ASSASSINADO' and 'O FILHO DO JORNALISTA'. Includes portraits of Carlos Lacerda and Sergio Lacerda, along with biographical text about their lives and the circumstances of the crime.

OS FERIDOS — Os dois, o jornalista e o combativo, foram atingidos por tiros de revólver e de pistola. O jornalista sofreu ferimentos graves na cabeça e no peito. O combativo sofreu ferimentos graves no peito e no abdômen.

A BALA QUE QUASE ATINGIU SERGIO LACERDA — A bala que quase atingiu Sergio Lacerda, filho do jornalista Carlos Lacerda, foi desviada por um objeto que se encontrava no chão.

Section titled 'Indignação na Aeronáutica'. Includes a portrait of Major Rubens Vaz and text describing the reaction of the military and aviation community to the assassination.

Continuation of the main article text, providing further details about the investigation, the involvement of various groups, and the public reaction to the crime.

ANEXO D



TRIBUNA DA IMPRENSA



ANO VI — N. 1.402 —

UM JORNAL QUE DIZ O QUE PENSA PORQUE PENSA O QUE DIZ

— Quinta-Feira, 3 de Agosto de 1934

EDUARDO GOMES

“A HONRA DA NAÇÃO BRASILEIRA EXIGE A PUNIÇÃO DÊSTE CRIME” (Pág. 3)

A Nação exige os nomes dos assassinos

O sangue de um inocente



RUBENS Florentino Vaz, herói do Correio Alvorada... Temoz dito isto. Há neste país quem não saiba que a corrupção do governo Vargas gera o terror de seu bando?...

CARLOS LACERDA



Carlos Lacerda, já no Hospital Miguel Couto, recebe de dr. George Sumner Filho um momento de atenção médica. Foi atingido quando, ao chegar em casa, de volta de uma conferência no Estoril de São João, se despetiu de seu amigo, que tombou sob as balas assassinas.

Um grupo de capangas tenta assassinar Carlos Lacerda — Morto, com dois tiros no coração, o major-aviador Rubens Florentino Vaz, amigo de Lacerda, apesar de ferido, travou tiroteio com o único assassino visível — Sérgio, filho mais velho de Lacerda, saiu ileso — Moreno, magro, de terno cinza — O major estava apreensivo com a operação de sua filhinha hoje — Deixa mulher e quatro filhos — Sérgio ficou ao lado do pai — Alvejado pelos ossos de um guarda municipal — (Leia na página 2)



Ele — morto com duas balas no coração — Rubens Florentino Vaz, major-aviador, amigo de Carlos Lacerda, morreu sempre e feliz. Tinha três pequenas por bom desempenho de suas funções militares. Deixa mulher e quatro filhos menores. Primeira vítima de fúria assassina de quadrilha de Indúrios que assolou a Pátria no Brasil. Sua morte será vingada.

ELEMENTOS DA GUARDA PESSOAL DE VARGAS

Não momento em que encontramos esta edição telefônica para a redação da TRIBUNA DA IMPRENSA... ELEMENTOS DA GUARDA PESSOAL DE VARGAS... BUNDEARIA DA LAPS LEVA...



Logo que soube do atentado, o brigadista E. Duarte Gomes dirigiu-se ao Hospital Miguel Couto, onde viu Carlos Lacerda e providenciou a saída do major Rubens Vaz. Com a senhora Hamilton Rodrigues, assim parecia a saída de Rubens Vaz ao Instituto Alvim Legal.

OS ASSASSINOS FUGIRAM EM CARROS DIFERENTES



Fra e senhores que mandaram um dia de volta ao centro da cidade, um abraço de despedida... OS ASSASSINOS FUGIRAM EM CARROS DIFERENTES... FUGIRAM EM CARROS DIFERENTES...

ANEXO E

GREGORIO FORTUNATO FOI PRESO E RECOLHIDO, INCOMUNICAVEL, AO HOSPITAL CENTRAL DA MARINHA

Novas Prisões de Implicados no Atentado, Inclusive um Vigilante Municipal do Rio!

NAS PEGADAS DO CHEFE DOS PISTOLEIROS

Climério Eurides de Almeida, de refugio em refugio, desafiando a Policia, nas inundações do Rio — A reportagem do GLOBO, em diligencias diligenciais, seguindo os passos do sicario sinistro — Um perigoso ladrão que teria a chave do misterio do homicidio — Detido no Hospital Central da Marinha Gregorio Fortunato — Reconhecido Alcino pelo jornalista Carlos Lacerda, pelo "chauffeur" Raimundo e pelo vigilante baldeado por ocasião da fuga do sicario, após o atentado — Desfazendo uma trama que visava a apresentar como mandante o industrial que se suicidou, sexta-feira, no Recife — Entre as novas prisões a de um vigilante municipal seriamente comprometido — Ademir Garnier Pereira, o empregado de Climério, também preso, faz declarações — Procurou ocultar o patrão na casa de sua mãe — José de Oliveira, o barbeiro, compromete João Valente de Souza — Importante diligencia na manhã de ontem — Carlos Lacerda depôs perante a Comissão de Inquérito Militar — Outros prisioneiros inéditos — (Texto na 6.ª página)

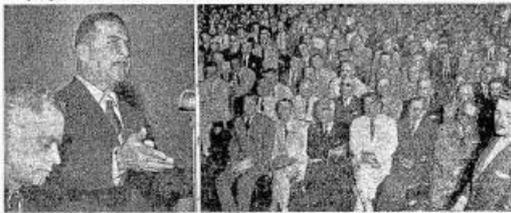


Ademir Garnier Pereira, o empregado de Climério, que está preso.

Modificada a Política Cambial Para Conseguir o Aumento da Exportação!

O objetivo fundamental das alterações é defender o nosso café, tornando possível maiores vendas nas mercados estrangeiros — Houve uma desvalorização do cruzeiro — Os preços mínimos serão atingidos — Medidas complementares — As mudanças da importante resolução seguem o ministro da Fazenda

EM QUALQUER EVENTUALIDADE O EXERCITO MANTER-SE-A DENTRO DOS PRECEDENTES CONSTITUCIONAIS



4 NO XXX — N.º 8073 — RIO — Segunda-feira, 16 de agosto de 1934

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO Diretor-Diretor-Chefe — ROBERTO MARINHO Diretor-Substituto — RICARDO MARINHO Diretor-Substituto — HERBERT MOSES Diretor-Substituto — EDESSO MARINHO Diretor-Substituto

GOA EMPAZ

Não houve os esperados conflitos — Alguns voluntários, apenas, atravessaram o fronteira em passeio pacifico, sob a vigilância de policiais portugueses — Derrotas pelas autoridades indonésias em diversos pontos onde se encontravam sobre Dondo, (Tel. no 5.ª pag.)

O COMPROMISSO DE HONRA DOS CHEFES MILITARES

Fala o O GLOBO sobre o moço votado no aniversário do Clube Militar o ministro da Guerra Não foi chamado ao Clube — "Quanto a mim, Sr. general Jacobo da Costa, tenho sabido que o meu ponto de vista é de dignidade, da liberdade e da apuração honesta da verdade." Abordada unânime pelo O GLOBO, o general Jacobo da Costa entendeu que tivesse sido chamado ao Clube, pois não havia em seu caráter militar, após o resultado da sessão do Clube Militar. — Não existe em Portugal. É realmente a notícia, mas, ela é infundada. O general não está sendo no meu gabinete e no livro para minha casa. Era seguida, sim, a reação do general Jacobo da Costa em resposta. — Não sou jornalista que busquemos o Sr. de Almeida e dos generais, fazemos apenas, sob compromisso do honorário, que os companheiros Azeite Torres e Camêlo Pereira da Costa, entre outros de direção do Clube, não se levantem por aquela ocasião, que se apresenta o ponto de vista das Forças Armadas. E, quando a coisa, talvez não seja, que meu ponto de vista é de honra, de dignidade, de liberdade e da apuração honesta da verdade.

Mais milhões de cruzeiros, além de um emprego, sob o pretexto da indenização! AO QUE SOBRIAMOS — E isto constitui desobediência da sociedade desta cidade do Nascimento, a promessa que lhe fizeram de pagamento pela compra e a suspensão de pagamentos nos primeiros, além de um emprego de três mil cruzeiros mensais.

UMA NOVA DIREÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

Fala o O GLOBO o delegado Sílvia Terra. Uma mudança no chefe do Inquérito Policial, de quem se espera que seja mais eficiente, mais zeloso e mais dedicado ao serviço da justiça. O novo chefe do Inquérito Policial, Sr. Sílvia Terra, é um homem de grande capacidade e de grande experiência. Ele foi nomeado para substituir o Sr. Sílvia Terra, que foi afastado por motivo de saúde. O Sr. Sílvia Terra é um homem de grande capacidade e de grande experiência. Ele foi nomeado para substituir o Sr. Sílvia Terra, que foi afastado por motivo de saúde.

INTENSA REPRÊSÃO AO ALCOOL NA RUSSIA

300.000 lit. de álcool — A imprensa e a opinião pública russa estão muito preocupadas com a situação do álcool na Rússia. O governo russo está tomando medidas para reduzir o consumo de álcool. A imprensa e a opinião pública russa estão muito preocupadas com a situação do álcool na Rússia.



Ademir Garnier Pereira, o empregado de Climério, que está preso.



A residência do senhor Cláudio Barbosa, em Vila das Torres, que foi invadida pelos partidários da Anarchia que procuravam Climério.

Nenhuma Promessa de Apresentação dos Culpadados até Amanhã

O coronel João Adil de Oliveira desmente declarações que lhe foram atribuídas durante a sessão do Clube Militar. O coronel João Adil de Oliveira desmente declarações que lhe foram atribuídas durante a sessão do Clube Militar.

Des Oficiais de Apurandica no Povo

350 euros de multa — A imprensa e a opinião pública russa estão muito preocupadas com a situação do álcool na Rússia. O governo russo está tomando medidas para reduzir o consumo de álcool. A imprensa e a opinião pública russa estão muito preocupadas com a situação do álcool na Rússia.

SEVERA VIGILANCIA DA FAB E DA POLICIA EM SÃO PAULO



SÃO PAULO (16 de agosto) — Uma polícia rigorosa de fiscalização de veículos em São Paulo. A polícia está realizando uma operação de fiscalização de veículos em São Paulo. A polícia está realizando uma operação de fiscalização de veículos em São Paulo.

ANEXO G

TRIBUNA PARLAMENTAR

JOÃO DUARTE, DDA

O companheiro dos trabalhadores

Quando o Sr. Duque se apresenta ao povo, ele se apresenta ao povo trabalhador... O Sr. Duque é um homem que se preocupa com o bem-estar do povo...

Necessária a renúncia do presidente nominal

A substituição seria o reconhecimento de uma situação de fato — Sucessão de crimes, immoralidades e roubos — Ninguém confia mais no Governo — Discurso do senador Othon Mader

O Sr. Othon Mader não pensa de um presidente nominal, que não tem mais qualquer autoridade para o exercício de suas funções... A situação atual exige a renúncia do Sr. Vargas...

Ao Público

Evitamos por algum tempo fazer novos lançamentos de incorporações, porque os preços dos materiais de construção subiram de maneira impressionante...

Getúlio quer rasgar mais uma Constituição

Não pode continuar no Governo, porque perdeu a autoridade moral para exercê-lo — Os exemplos históricos aconselham-no a renúncia — Discurso do deputado Herbert Levy, na Câmara

O Sr. Levy não acha que o Sr. Vargas tenha perdido a autoridade moral para continuar no Governo... A situação atual exige a renúncia do Sr. Vargas...

AFANAMENTO DE GETÚLIO

Getúlio Vargas está muito preocupado com a situação atual... Ele está tentando encontrar uma solução para o problema...

Evita a obesidade "SAL DE FRUCTA" ENO

CIB ALUGA-SE CAMINHÕES Cr\$ 60,00 por hora

PNEUS RECAUCHUTA DORA CONTINENTAL LDA

SANTOS VAHLIS INCORPORA E VENDE IMÓVEIS DESDE 1933

GETULIO PREPARA O ESTADO DE SITIO

OS ANTECEDENTES... A RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE...

A OFICIALIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

em plena ação os "GENERAL"

PNEUS GENERAL S.A. ...custam um pouco mais, valem muito mais

...custam um pouco mais, valem muito mais

PNEUS GENERAL S.A. ...vão longe para fazer amigos

Diário Carioca

Fundado em 17 de Junho de 1928
Diretor: Heitor de Oliveira
Vice-Diretor: Álvaro de Azevedo
Redator-Chefe: Alberto Torres
RIO DE JANEIRO, 17 DE AGOSTO DE 1934

SEM GOVERNO LEGAL

PERO DANIAS
(Coluna petroleira do D.C.)

É oportuno examinar a situação real do país, sob o ponto de vista da sua conduta social e no que diz respeito ao plano jurídico-político, sob o aspecto da realidade de que vivemos...



CIÊNCIA AO ALCANCE DE TODOS
DOENÇA DO SONO

O primeiro especialista em medicina do sono, o Dr. Carlos de Azevedo, afirma que a doença do sono é uma verdadeira epidemia...

Deve-se tratar com a doença do sono com a mesma atenção que se dá ao tratamento de qualquer outra doença...

A nossa opinião

A renúncia

A falta de outros argumentos, os poderes políticos remanescentes do governo fazem a defesa do seu chefe, cuja renúncia a opinião pública vem pedindo reiteradamente...

Essa pressão da opinião pública sobre o Sr. Getúlio Vargas, para que se demita, é um processo normal, um meio de estrangulamento de que legitimamente se usa o povo...

Um episódio destes dias

Em 17 de agosto de 1934, o Sr. Getúlio Vargas, em um momento de exaltação, fez uma declaração que não passou despercebida...

Expurgo na Polícia

O chefe da Polícia de Trêz, Sr. João de Deus, anunciou que estava fazendo um expurgo na polícia...

Tudo pode

Em 17 de agosto, o Sr. Getúlio Vargas, em um momento de exaltação, fez uma declaração que não passou despercebida...

Resolução ou despejo

A situação do país é crítica e a resolução do problema depende da atitude que o governo tomar...

Desfesa do sueste da Ásia

Georges Hovart discute a situação política e econômica do sueste da Ásia...

Placa de bronze sobre o atentado na Rua Toneleros

Uma placa de bronze será colocada na Rua Toneleros para lembrar o atentado ocorrido em 1934...

Indústrias norte-americanas na CNI

Indústrias norte-americanas estão se estabelecendo na Comissão Nacional de Indústria...

Novo Impulso de Reclamações da Central

A Central de Reclamações da CNI está dando um novo impulso para atender às demandas dos cidadãos...

A hora do "impeachment"

É hora de se discutir a possibilidade de impeachment do Sr. Getúlio Vargas...

S. A. DIÁRIO CARIOCA

Table with subscription rates for S. A. Diário Carioca, including prices for different durations and locations.

EFEMERIDES

- List of dates and events: 17 de agosto, 18 de agosto, 19 de agosto, etc.

Hospitais no S. Francisco e Rio Dece

Relatório sobre a situação dos hospitais em São Francisco e Rio de Janeiro...

Indústrias norte-americanas na CNI

Indústrias norte-americanas estão se estabelecendo na Comissão Nacional de Indústria...

Novo Impulso de Reclamações da Central

A Central de Reclamações da CNI está dando um novo impulso para atender às demandas dos cidadãos...

ANEXO J



TRIBUNA DA IMPRENSA

ANO VI — N. 1.405 —

UM JORNAL QUE DIZ O QUE PENSA PORQUE PENSA O QUE DIZ

— Sexta-Feira, 6 de Agosto de 1934

Povo e classes armadas unidos no enterro do major assassinado (Pág. 8)



Milhares de pessoas acompanharam o enterro do major Vaz — do Clube de Armas e do Cemitério de São João Batista. Em primeiro plano, o povo manifestou o seu protesto contra o atentado de Rua Taveiraria.

Houve pelo menos dois assassinos

A versão do delegado Pastor ("um homem só") está errada — Tirou conclusões sem ouvir a vítima sobrevivente — O número das tiroz prova que havia mais de um facinoroso — O motorista sabe mais do que contou — (PAGINA 6)



O delegado Jorge Pastor, do escritório de Polícia do bairro de Taveiraria, que investigou o assassinato e o sequestro do major Vaz.

Carlos Lacerda escreve: COMEÇOU A IMPOSTURA DOS MANDANTES

Querem ganhar tempo e garantir a impunidade — As fontes do crime estão no Cateite — Distinção hipócrita do Ministro da Aeronáutica — O Chefe de Polícia está mentindo — A morte de Rubens Vaz foi um crime político — Provocações da "Ultima Hora" — Tudo acabará na farsa de sempre — Governo de bondades — Vargas fez correr o sangue de um inocente — (PAGINA 4)

Publicaremos amanhã, com fotografias, a reconstituição exata do atentado

DE LUTO OS ESTUDANTES (Pág. 2)



O general D. Jaime de Barros Câmara, o brigadeiro Eduardo Gomes e o major escrivão D. José Taveira, no enterro do major Rubens Florêncio Vaz.

REPERCUTE NA AMÉRICA

MEXICO, 6 DE ABRIL. — O assassinato do major Rubens Florêncio Vaz repercutiu na América Latina, onde se tem observado uma grande preocupação com a segurança pública. Em México, a imprensa destacou o caráter político do crime e a falta de eficiência da polícia brasileira na investigação. O fato é considerado um precedente alarmante para os países vizinhos.



O corpo do major Rubens Florêncio Vaz, não exposto no caixão sobre o Clube de Armas e do Cemitério de São João Batista. Milhares de pessoas acompanharam o seu sepelimento e o enterro no Cemitério de São João Batista.

AO MESTRE DA TOCAIA

ALONSO BALBEIRO
O mestre da tocaia, o homem que vive escondido nas sombras, é o verdadeiro chefe do crime organizado. Ele é o cérebro por trás de todas as operações ilegais, desde o tráfico de drogas até o sequestro de pessoas. Sua atuação é silenciosa e letal, tornando-o um dos maiores perigos para a sociedade. A polícia deve focar suas investigações na identificação e captura deste tipo de criminoso para acabar com o ciclo de violência.



Amigos do major Vaz, como o brigadeiro Eduardo Gomes, e oficiais das Forças Armadas, como o general Cândido de Castro, acompanharam o caixão até o cemitério.

VIOLENTA A REACÇÃO DO CONGRESSO

Parlamentares de todos os partidos exigem a punição do crime — Projeto de emenda à Constituição do major Rubens Vaz — (Na página 3)

ORGANIZADA DA LAPA LTDA
11, Rua do Ouvidor, 21, Rio de Janeiro, RJ
Mês de 10 de cada mês

ANEXO K

CHOROU A CIDADE; INDIGNADOS OS MILITARES

Povo chora, ajoelha e grita na rua

Diario Carioca

Vai reunir-se toda a FAB; a policia, nada

Acoganhada por mais de cinco mil pessoas, a mar...
Povo chora e personalidade...



A viúva de Eduardo Gomes presente a tudo

Garante em 24 horas o assassino

O Ministro da Justiça garantiu aos diretores da ABE que a culpado pelo...

LACERDA COMO HEROI



Foto de Lacerda em um momento heroico

Exemplo e inspiração, o major

Que tem morte, Voz, representa a...

Outras cores

Em roupas "A Esplanada" e que resolve!



Reunión de deputados em sessão

Reagem a Câmara e Senado

O Vice do Centro da Câmara...

Responsável pelo "Gestemilicídio"

Esta sessão de manhã o correio...

O GRÁFICO DO ATENTADO

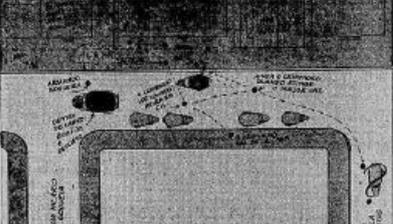


Gráfico do atentado - Detalhes do trajeto

LEVADO A PÉ PELAS RUAS



Manifestação popular em frente ao Palácio



Cartão de protesto: PARA HONRA DA NAÇÃO CONFIAMOS QUE ESSE CRIME NÃO FIQUE IMPUNE

Periga o regime e urge à Nação reagir, dizem os partidos

O Partido Republicano, protestando contra o atentado...



O atentado perpetrado por um grupo de militares...

Miserável tocaia

É, então, evidente, entre tantos militares...

J. E. DE MACEDO SOARES

ANEXO N

Carta-Testamento

“Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam; e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras, mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder. Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo e renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotam respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo, de quem fui escravo,

não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.”

Palácio do Catete, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954.

ANEXO O

O relato de Armando Nogueira

“Eu vi o jornalista Carlos Lacerda desviar-se de seis tiros de revólver à porta de seu edifício, na rua Tonelero”, narrou Nogueira, em um texto que precisou ser escrito às pressas, a tempo de sair na primeira edição do dia. “Carlos Lacerda acabara de se despedir de um amigo — o major Vaz — e já ia entrando em casa quando um homem magro, moreno, meia altura e trajando terno cinza surgiu por trás de um carro e, de cócoras, disparou toda a carga do revólver, quase à queima-roupa. Lacerda foi acertado no pé esquerdo; o major, atingido no peito, morreu pouco depois.”⁴ Carlos Lacerda deu uns saltos na direção da garagem, sacou do revólver e respondeu com outros seis tiros, enquanto o capanga corria feito um louco até dobrar a esquina da rua Paula Freitas. Eu estava a uns cinco metros do tiroteio. Acabava de saltar do carro de meu colega Deodato Maia, que viajava com outro colega, o Otávio Bonfim. Eles dois ainda viram o capanga dobrar a esquina da rua Paula Freitas. O atentado durou dois minutos (era meia-noite e quarenta e cinco). Nosso carro parou à porta do meu edifício, o Otávio Bonfim nos mostrou: ‘Olha ali o Carlos Lacerda’. Carlos Lacerda, rindo, despedia-se do amigo, o major Vaz, e ainda meio de banda, caminhava para o portão de edifício. Teria sido morto se tivesse tomado a escada central de entrada e não a rampa de acesso a automóveis. Isto porque o capanga surgia precisamente de trás do carrinho (que me pareceu ser o do major) que estava estacionado exatamente na frente do edifício de Carlos Lacerda. Pois foi isso que aconteceu ao major Vaz, que ficou parado ao lado de seu carro, por conseguinte, na trajetória ideal das balas. [...] Lacerda entrou no edifício, o major ficou estirado junto ao meio-fio e nós — os três repórteres do Diário Carioca — rodamos até o botequim para telefonar para o jornal e a polícia. Pelo fato de termos arrancado o carro, com velocidade, chegou-se a suspeitar — pessoas que chegaram em seguida e o próprio filho de Carlos Lacerda — tivesse o atentado partido do Chrysler de Deodato, principalmente porque eu, no momento do tiroteio, estava fora do carro, conversando com os dois colegas, já também na despedida. [...] Dois minutos depois do tiroteio, meu colega Deodato correu até o corpo do major Vaz, que já agonizava, com a camisa toda ensanguentada. Logo atrás, vindo de dentro de seu edifício, chegava Carlos Lacerda que, ao reconhecer o amigo, quis

carregá-lo nos braços. Deodato, então, ponderou talvez fosse melhor não levá-lo dali, para que a polícia fizesse a perícia. "Meu Deus, meu amigo Vaz está morto"—gritou Lacerda.²⁰

²⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2014/07/1487196-getulio-1945-1954-relata-atentado-a-lacerda-leia-trecho.shtml>>. Publicado em: 17 jul. 2014.